

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO E TRABALHO

PRODUÇÃO AGRÍCOLA INTEGRADA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E
HUMANO
E A EDUCAÇÃO

ROQUE STRIEDER

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO/1996




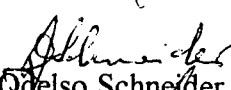
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

*"PRODUÇÃO AGRÍCOLA INTEGRADA-DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO E A EDUCAÇÃO".*

Dissertação submetida ao Colegiado do Curso
de Mestrado em Educação do Centro de
Ciências da Educação em cumprimento parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Educação.

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 09/08/96


Prof. Dr. Norberto Jacob Etges-(Orientador)


Prof. Dr. Pe. Odilso Schneider (Examinador)


Prof. Dr. Luiz Salgado Kläes (Examinador)

Prof. Dr. Lauro Carlos Wittmann (Suplente)


ROQUE STRIEDER

Florianópolis, Santa Catarina, agosto de 1996.

AGRADECIMENTOS:

À Tasi, companheira e esposa, pelo incentivo carinhoso, pela força e compreensão.

Aos filhos: Charlie, Diovana e Magda, por terem compreendido as minhas ausências e pelo carinho de seus sorrisos.

Ao Prof. Dr. Norberto J. Etges, pelo desafio, pela exigência rigorosa, na abertura do fantástico mundo conceitual e de desenvolvimento da inteligência humana, mas e, principalmente estima e pela grande amizade.

Aos integrados produtores, em especial ao meu irmão Hilário e aos meus pais, pela beleza e riqueza das nossas conversas, discussões e, porque as vossas ações produtivas, altamente qualificadas, são orgulho e contém o gérmen da universalização e da construção de sujeitos livres e plenos.

Aos amigos e colegas, pelos debates e pelas críticas.

“É na diversidade das condições e dos objetos que intervém, que se desenvolve a cultura teórica. Constitui ela não só um variado conjunto de representações e conhecimentos mas ainda mobilidade, rapidez e encadeamento das representações e conhecimentos bem como a compreensão de relações complicadas e universais, etc... No entanto, o que há de universal e de objetivo no trabalho, liga-se à abstração que é produzida pela especificidade dos meios e das carências e de que resulta também a especificação da produção e a divisão dos trabalhos. Pela divisão, o trabalho do indivíduo torna-se mais simples, aumentando a sua aptidão para o trabalho abstrato bem como a quantidade de sua produção. Esta abstração das aptidões e dos meios completa, ao mesmo tempo, a dependência mútua dos homens para a satisfação das outras carências, assim se estabelecendo uma necessidade total. Em suma, a abstração da produção leva a mecanizar cada vez mais o trabalho e, por fim, é possível que o homem seja excluído e a máquina o substitua”. HEGEL, G.W.F. Filosofia do Direito, 1990:187/88.

ABSTRACT

This dissertation takes as its object the productive activities of the small farmer in the Integrated Agribusiness System. It tries to analyze the social, intellectual and economic development of the Integrated farmer, as he manipulates new modern technologies, genetic engineering and develops new forms of organization by connecting other similar agents of agricultural production to each other through networks of autonomous associates or as associates of a new type of independent cooperative agribusiness firms.

Abstract Human Labor is the all important explaining category, as the objective organizing principle or force, of the intellectual, technological and organizational revolution taking place in agricultural production as it is in other areas of industrial and business organizations. The Integrated small farmer does not seem to resist modernization of productive structures as many other subsistence peasants do, and he becomes thus a man of decentralized abilities, a much more flexible man, open to establish new social and economic relations, not only with his partners in the community, but with "strangers" in the larger world.

In his actual dependency to big agribusiness the small Integrated farmer certainly does undergo many constraints which oblige him to work in ways he was not used to, but at the same time, there seems to lie the infra-structure or the condition of his new view of economic and social development. He now visualizes ways to industrialize his agro-produces in his own property, thus aggregating much more value to his final products. This, of course, demands new forms of organizational thinking, new ethical attitudes and behavior, new ways of tackling time/space relations, new hygienic conditions of production, a new view of quality production in the interests of the consumer, and of course, a new view of man himself, not just as a mere consumer, but as a fully human being, free of alienated work, deserving the best of his attention. In a word, the small farmer may become, effectively, a new man in a new and better world.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	004
CAPÍTULO I -	010
A PRODUÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO	011
I.1 - A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE	011
I.2 - A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE	014
I.2.a - EM BUSCA DA COMERCIALIZAÇÃO	014
I.2.b- SURGEM AS AGROINDÚSTRIAS	018
I.3 - NOVA GENÉTICA: NOVAS FORMAS DE PRODUZIR	019
I.4 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ESCALA INDUSTRIAL: A NECESSI- DADE DA AGROINDÚSTRIA	023
I.5 - O SURGIMENTO DE TUNAS	028
I.6 - CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	029
I.7 - A PEQUENA PROPRIEDADE	031
I.8 - A PEQUENA PROPRIEDADE INTEGRADA	033
CAPÍTULO II -	037
A ESTRUTURAÇÃO PARA UMA PRODUÇÃO CAPITALISTA	038
II.1.a - MÃO DE OBRA	038
II.1.b - O TRABALHO DA MULHER E INFANTIL	039
II.1.c - UMA FORMA TERCEIRIZADA DE PRODUÇÃO	040
II.1.d - A FORMA DE PAGAMENTO	042
II.1.e - O COMPROMISSO DO AGRICULTOR INTEGRADO	047
II.1.f - A PROXIMIDADE COM TECNOLOGIAS PRODUTIVAS E GE- NÉTICAS	048
II.1.g - UM AGRICULTOR COM PODER DE DECISÃO	049
II.1.h - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS INTEGRADOS	050
II.1.i - A INFLUÊNCIA RELIGIOSA E ESCOLAR	052
II.1.j - O JOGO DO VAI E VEM DA INTEGRAÇÃO	053
II.2 - PRODUÇÃO CAPITALISTA: UM IMPASSE OU UMA IMPOSSI- BIIDADE AO DESENVOLVIMENTO PLENO	055
II.3 - INTEGRAÇÃO NOVAS OPORTUNIDADES	057
II.4 - A ESTRUTURA DA INTEGRAÇÃO	058
II.4.a - AVES	059
II.4.b - SUÍNOS	059
II.4.b.1 - UPL - UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LEITÕES	059
II.4.b.2 - TERMINAÇÃO	061
II.4.b.3 - INTEGRADO DE CICLO COMPLETO	062
CAPÍTULO III -	066
A REORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: DE AGRICULTOR PARA PRODUTOR, UMA GLOBALIZAÇÃO	067
III.1 - DA GLOBALIZAÇÃO PARA A SUBMISSÃO, PARA A GLOBALI- ZAÇÃO	067
III.2 - DE SUBALTERNO PARA PRODUTOR PLENO	074
III.3 - BUSCANDO A UNIVERSALIZAÇÃO	084
III.3.a - PRODUTOR HISTÓRICO	086
	091
CAPÍTULO IV -	

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO HUMANO ABSTRATO.....	092
IV.1 - A GÊNESE DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO.....	092
IV.1.a - A PRODUÇÃO ARTESANAL	093
IV.1.b - MANUFATURA: DIVISÃO DO TRABALHO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO	094
IV.1.c - A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO	096
IV.1.d - TRABALHO, VALOR DE USO E VALOR DE TROCA	098
IV.1.e - MÁQUINAS E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	100
IV.1.f - PRODUÇÃO INFORMATIZADA	103
IV.2 - TRABALHO HUMANO ABSTRATO	104
IV.2.a - O PRESSUPOSTO DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO	106
IV.2.b - UMA ABSTRAÇÃO: VALOR DE TROCA	108
IV.2.c - A OBJETIVIDADE DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO	110
IV.2.d - TRABALHO HUMANO ABSTRATO, UM DEVIR HUMANO	111
IV.3 - ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR: UM TRABALHADOR PLENO	113
CAPÍTULO V -	118
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO: DE AGRICULTOR A PRODUTOR PLENO	119
V.1 - REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS	119
V.2 - CIÊNCIAS E TECNOLOGIA: NOVOS CONCEITOS DE ESPAÇO E DE TEMPO	120
V.3 - TEMPO E ESPAÇO E AS NOVAS NECESSIDADES DE UMA EXISTÊNCIA MAIS PLENA	124
V.4 - A NOVA FONTE DE VALOR	127
V.5 - SUPERANDO IMPASSES E EQUÍVOCOS	132
V.6 - PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS DE AÇÃO	137
V.7 - DIALÉTICA DAS ESTRUTURAS DE AÇÃO E, AUTONOMIA	140
V.8 - O TRABALHO HUMANO ABSTRATO, PÔE O SUJEITO COM TEMPO LIVRE	144
CONCLUSÃO	149
BIBLIOGRAFIA	154

RESUMO

O presente trabalho, toma como objeto de investigação a prática produtiva no Sistema de Integração, da Região do Extremo Oeste de Santa Catarina e analisa o desenvolvimento social, intelectual e econômico do agricultor integrado, ou seja, produtor da matéria prima carne - frangos e suínos - junto à Agroindústrias da Região. É uma análise das possibilidades de construção do homem agricultor, uma vez que, ao manipular através de suas novas atividades, modernas tecnologias produtivas, organizacionais e da engenharia genética, encontra a perspectiva de estabelecer uma rede de relações entre estas novas tecnologias e o desenvolvimento da inteligência humana.

Desde a década de 60, a agricultura da Região, objeto do presente estudo, e certamente do país, vem sofrendo uma intervenção para que as atividades agrícolas ingressem em outros ritmos de objetividade e racionalidade, agora proporcionados pelos avanços das conquistas tecnológicas e das pesquisas da engenharia genética. A urgência em satisfazer as crescentes e os cada vez mais exigentes carecimentos humanos, aponta para os limites, tanto qualitativos quanto quantitativos da produção alimentar obtida nas práticas da agricultura tradicional. Assim, após um vagaroso e longo processo de implantação e introdução das novas técnicas de produção, com uma engenharia genética que exigiu a re-estruturação das concepções de tempo, de espaço, de organização da propriedade, supera-se a produção tradicional. O que se presencia agora em grande número de propriedades do Oeste Catarinense, é a presença de uma racionalidade e objetividade material produtiva. A anterior e tradicional produção, quase que exclusiva para a sobrevivência, assume nestes novos padrões, proporções gigantescas, tornando o integrado produtor, um alguém com presença garantida no mercado em fase de globalização.

Na insistência em conhecer e apreender os segredos das novas linhagens de frango e de suíno, o seu manuseio mais objetivo, mais sistemático, exigindo uma maior presença, o uso de novos equipamentos, o integrado passa a conviver com as profundas alterações nas relações de produção e de trabalho inerentes à sociedade capitalista, em fase de re-enquadramento nas quase infinitas possibilidades da terceira Revolução Industrial. Todas estas formas de re-organização nas atividades produtivas em sua propriedade, requerem

do integrado produtor, uma maior capacidade no executar de atividades mais intelectuais e de tomar um maior número de decisões.

Para que essa percepção se fizesse possível, tomou-se como base teórica o conceito de Trabalho Humano Abstrato, cujo processo de desenvolvimento aqui se justifica e encontra aplicação. A lógica do desenvolvimento do Trabalho Humano Abstrato, passa a ser o princípio organizador de toda a revolução tecnológica e intelectual em ocorrência e, causa das possibilidades da informatização e da automação. Ele é um princípio de ação, um devir do trabalho simples, cuja dinâmica determina todas as formas históricas do trabalho e das forças produtivas. Assim, as profundas alterações emergentes na sociedade capitalista, são resultado de um longo processo de desenvolvimento da inteligência humana, cujo fundamento encontra seu princípio ativo e primeiro, no Trabalho Humano Abstrato. O integrado produtor encontra pois, na produção integrada um catalisador, que o força a, num espaço de tempo mais reduzido, absorver as alterações nas relações produtivas, e organizações de trabalho. Aparece então intermediado pelas infinitas possibilidades do Trabalho Humano Abstrato, a condição para o surgimento de novas estruturas cognitivas que possibilitam a saída das condições de vida confinadas à propriedade, lançando o integrado produtor dentro de um novo universo de relações sociais, econômicas e intelectuais.

As transformações tecnológicas, a produção de mais e melhores produtos, o estabelecimento de um novo mundo de relações, de interdependências, a necessidade de estar informado, de adaptar-se às constantes e incessantes inovações na genética, no consumo, na compressão do binômio tempo/espaço, exigem-lhe nova escala de valores, novos ritmos, novas normas a serem construídas e seguidas e conseqüente novas estruturas de pensamento. Suas ações já não se resumem à comunidade, mas se estendem a nível universal. O integrado produtor torna-se mais flexível e certamente prepara-se para a tomada de decisões muito mais particularizadas e detalhadas. Toda esta sua nova conjuntura, transforma-o num alguém com conhecimento de causa, encurtando a distância entre a escolha e a decisão de o que e como produzir. Mobilizado por esta nova dinâmica, o integrado produtor prepara-se para não apenas atuar de forma adequada e ética dentro das condições que a sociedade capitalista lhe oferece, mas torna-o capaz de produzir e criar novas condições, cuja ética, embasada neles mesmos, possibilita a quebra da relação

de pura dependência, enquanto o prepara para agir de forma mais universalizada e dentro de condições de vida mais humanizantes. Muito mais do que o agricultor que resiste à modernização da estrutura produtiva, o integrado produtor, torna-se um homem com capacidade descentralizadora, um ser mais aberto, superando suas angústias, dúvidas e medos, bases necessárias para iniciar um processo de relacionamento como sujeito que conquistou autonomia e que é ao mesmo tempo muito mais flexível, diante da grande diversidade de frentes de atuação que o desafiam no cotidiano.

O desenvolvimento das forças e formas produtivas de trabalho, levados a efeito pelo capital, tendo como princípio ativo o Trabalho Humano Abstrato, hoje proporciona as condições para o não trabalho manual e concreto, ou seja está permitindo que o homem se coloque como alguém singular, sujeito do processo de sua própria construção. A tecnologia presente na informatização, na automação, põe as condições para que o homem, o integrado produtor, sinta-se diante das condições que tornam concreto o seu ser pensante, pois é através do conceitual, do abstrato, não do esforço físico, que ele produz e melhora as suas condições de vida. Resta, como se afirma na conclusão, criar e materializar concretamente as condições que viabilizam a industrialização da produção em sua propriedade, o que exige o estabelecimento de um novo e diverso mercado de consumo. Este no entanto, está a exigir um novo código de ética, novas normas de organização, de relação com binômio tempo/espço, de condições de higiene, de critérios e de qualidades mais orgânicas dos produtos, que superem e extrapolem os interesses da racionalidade capitalista. São pressupostos para se construir o novo, o homem livre do trabalho alienado e, ao mesmo tempo são pressupostos para a materialização da sociedade de decisões.

INTRODUÇÃO

Desde a década de sessenta que a região do Extremo Oeste Catarinense está sofrendo uma reestruturação do processo de produção agrícola, principalmente no setor de frangos e suínos. A partir dessa década tem início a implantação gradativa da produção integrada. Mais conhecido como Sistema de Integração, ela caracteriza-se como uma articulação entre empresas industriais e pequenos proprietários produtores. Os integrados são produtores, cujo processo de produção uma vez iniciado insere-se na lógica racional da produção industrial, onde a aplicação dos conhecimentos científicos, principalmente os da engenharia genética assumem papel preponderante.

Por ter acompanhado o processo de implantação do Sistema de Integração, experimentado as grandes contradições que a acompanham, por ser filho de produtor integrado, por atuar como educador numa região essencialmente dependente da produção agroindustrial e por considerar que a literatura referente era descontínua e em vários aspectos descritiva e, pela oportunidade e necessidade acadêmica de elaborar uma dissertação de Mestrado, decidi pelo presente estudo. A ótica do mesmo, não objetiva em seu eixo central a análise da agroindústria e a estrutura de seus mecanismos que passam a controlar não só a produção mas todo o processo produtivo. A temática central é o produtor integrado. Não se pretende enxergar também este produtor pela simples fórmula do explorado e subjugado. O interesse é o de avançar para além de conceitos e das práticas que a eles são inerentes.

A integração cerca o produtor integrado de um mundo de aparências cuja decodificação não é alcançada se no centro da análise e se a direção do olhar tiver como ponto de partida a agroindústria estendendo-se sobre os integrados. É certamente a atitude mais correta quando se pretende ver o integrado como homem sofrido e manietado por uma relação contratual com a empresa. Vê-lo assim é confiná-lo à passividade sem a menor preocupação e interesse em saber como ele se sente, o conceito que ele tem de si, o quanto ele se reconhece útil e imprescindível dentro do mercado produtor de carne.

Neste sentido, as aparências são insuficientes para explicar e entender quais são de fato e concretamente as possibilidades e os limites da integração: um processo produtivo

que comunga padronização e qualidade com a tecnologia da engenharia genética. É na investigação concreta, objetiva e direta junto ao produtor integrado, de como produz, que meios materiais utiliza para produzir a matéria prima carne, enquanto e em paralelo vai produzindo a sua auto-confiança, que será possível desvelar o real conteúdo presente na prática quotidiana desse tipo de produção. Ao mesmo tempo as aparências mais tangíveis são incapazes de escamotear por completo, elementos essenciais que possam induzir ao melhor e mais profundo conhecimento de si e da materialidade posta. São esses ingredientes que integram a investigação por terem a capacidade de despertar a curiosidade, motivando o estudo.

O produtor integrado ao ser analisado e, quando esta análise se mantém atenta às condições materiais ultimamente emergentes da e na sociedade, deduz-se facilmente que existe uma gradual revolução em andamento, na qual ele também está inserido. Estas mudanças patrocinadas pelas conquistas da ciência, afetam inteira e internamente o integrado. Profundas são as alterações que a tecnologia genética e organizacional tem provocado nas condições materiais de produção. As consequências imediatas desse processo transformador são as significativas alterações do conceito de produzir, do conceito de trabalho, das noções de tempo e de espaço, da estrutura organizacional e que por sua vez afetam a própria forma de vida do integrado, o seu relacionamento consigo e com os não integrados, exigindo profundas modificações na sua forma de ser e de pensar. Não há como negar que a modernização do processo produtivo implica na também reconstrução do homem - produtor integrado. O seu novo cotidiano é o ambiente propício para a ocorrência de significativos avanços cognitivos. Ou seja, é viável enxergar a nova estrutura produtiva como uma perspectiva de que a medida que avançam as suas relações, os seus contatos com novas e modernas tecnologias, como oportunidades de desenvolvimento da sua inteligência.

A inserção numa nova realidade produtiva, e o reconhecimento dessa realidade não são segundo o materialismo histórico suficientes para transformá-la. Nem o pesquisador e nem mesmo o integrado modificam a realidade objetiva em função da apreensão que cada qual tem da mesma. Nem sempre a realidade pensada encontra simetria com a realidade objetiva e material. Essa contradição é conflituosa também na integração, cujos elementos interceptam-se entre ser tão somente um modelo produtivo que reforça o sis-

dade objetiva e material. Essa contradição é conflituosa também na integração, cujos elementos interceptam-se entre ser tão somente um modelo produtivo que reforça o sistema capitalista e, ou tornar-se uma prática revolucionária capaz de romper com a reprodução das relações sociais de produção capitalista. É correto afirmar que a integração reproduz o modo de produção capitalista, mas como a forma de produção capitalista é por si só contraditória, a produção integrada tem a imanência da contradição. Uma contradição na qual existe a possibilidade revolucionária, encontrando impulso na necessidade do sistema de integração de construir e produzir um homem mais confiante, mais autônomo e com muito mais decisões a tomar. As estratégias de uma maior racionalidade na organização material do processo produtivo colocadas à disposição dos integrados para o desenvolvimento de suas novas atividades produtivas, tornam-se os responsáveis pelo rompimento de suas tradicionais estruturas e verdades internas bem como oportunizam a criação das novas estruturas que por certo o alavancam para um agir mais produtivo tanto nos aspectos econômicos quanto sociais, políticos e intelectuais. Sem dúvida nenhuma a mediação do Professor Dr. Norberto Jacob Etges, foi extremamente profícua a ponto de a sua qualitativa ação pedagógica ter propiciado a necessária sintonia entre as bases teóricas em Marx, Hegel, Giddens e outros, e o enxergar da possibilidade de construção de mais autonomia cognitiva e social a partir da integração. Acreditar no integrado e na sua capacidade e ao mesmo tempo encontrar nele vigorosas marcas de autoestima são o pressuposto para o devir que em potencial nele existe.

Também à luz das discussões tanto no período de aulas quanto na fase de orientação, Etges proporcionou uma profunda apreensão do mundo conceitual e da fantástica possibilidade de desenvolvimento conceitual e material do Trabalho Humano Abstrato. O pressuposto do devir a ele imanente, permite o enxergar-se a passagem do trabalho imediato e concreto para o trabalho intelectual materializado na máquina. É ver no desenvolvimento das relações sociais e cognoscitivas, proporcionados pela integração, a possibilidade do agricultor passar a sentir-se mais gente na caminhada construtiva da autonomia.

O estudo se propõe a analisar as reais e concretas possibilidades da integração, enxergando o integrado como um ser potencialmente capaz de superar-se ao invés de sentir-se inepto e sem iniciativas, uma tão somente vítima da exploração capitalista. Na medida em

que a prática da integração alia-se à objetividade e racionalidade das conquistas da pesquisa científica e tecnológica, ela passa a favorecer a exteriorização do potencial produtivo. O conteúdo que impõe um processo mais racional, encontra-se na sua base material, na forma material de organização do novo modo de produção e na estrutura das relações sociais que o acompanham. A opção é pois entender como e concretamente o agricultor ao integrar-se passa por um processo de reconstrução de sua personalidade de seu modo de ser de sua nova escala de valores. Há elementos que determinam e constituem a integração e cuja materialidade podem ser o agente indispensável da busca de maior autonomia econômica e cognitiva.

Assim, no primeiro capítulo é feita uma análise do processo da implantação da produção para a integração. Configura-se como um resgate do contexto histórico e formal das formas materiais que se constituíram nos motivos e moldes da implantação do sistema integrado de produção. Faz referência aos aspectos históricos da colonização, especificamente da região do Porto Novo - hoje Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste - passa pela produção nos moldes artesanais, apontando os seus limites e, avança até a estrutura da integração. Analisa também os pressupostos materiais que orquestraram a viabilização da introdução dos modernos processos organizacionais e produtivos e a alta tecnologia genética. Portanto, o primeiro capítulo tem por objetivo, analisar o processo da transformação do agricultor tradicional para um produtor muito mais racional e muito mais comprometido.

No segundo capítulo, é analisado a implicação da passagem do agricultor para produtor e a forma gradual da globalização não só de sua produção mas também dele integrado, enquanto homem. Inicia uma análise das condições, conflitos e contradições que envolvem o setor agrícola e dentro das quais podem encontrar-se um compromisso com o rompimento da condição de subalterno e de trabalhador desqualificado. A matéria, a sociedade, a lógica do progresso estão impondo os limites para as ações de cunho artesanal. Mas é importante constatar e reconhecer que estas circunstâncias, na qual os pequenos agricultores “não têm outra escolha” não são de per si uma dissolução ou negação de suas ações. O poder da agroindústria exercido sobre o produtor integrado, não deve ser concebido como uma estrutura de dominação firmada e compromissada com a laboriosa produção de “corpos dóceis” ou sujeitos submissos com comportamentos de

autômatos. O “poder” do agro-industrial está regulado por relações de autonomia e de dependência e portanto de interação. É o que expressa Giddens: **“Mas todas as formas de dependência oferecem alguns recursos por meio dos quais aqueles que são subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores”** (Giddens, 1989:12). Assim, a condição do produtor integrado em ser responsável pelas próprias atividades, habilitam-no a argumentar as razões dessa mesma responsabilidade. Uma auto-responsabilidade que encontra justificativa compartilhada no reconhecimento de que todos os seres humanos são dotados de potencialidades e capacidades intelectuais e cognitivas.

No terceiro capítulo, buscam-se as bases teóricas e materiais da gênese do Trabalho Humano Abstrato. Seguindo a lógica do desenvolvimento das formas materiais, o homem está em condições de, pela apreensão do devir legado pelo Trabalho Humano Abstrato, transformar-se num ser conceitual, capaz de abstrair a materialidade do mundo, tornando-a mais humana e mais solidária. E, no eixo dessa possibilidade conceitual, o quarto capítulo analisa a reorganização dos processos produtivos de forma ampla e geral e as contrações das grandezas tempo/espço. A medida que o binômio tempo/espço fica submetido mais amplamente ao domínio da ciência, da genética e da informatização, exige-se uma rápida e constante adequação do modo de ser, do modo de agir e do modo de pensar, como elementos necessários para uma existência mais plena. Destaca-se como fator relevante do extremo sucesso da produção agro-industrial sobre a produção familiar, domiciliar e tradicional ao triunfo da concentração tecnológica nas propriedades integradas. Com a tecnologia que implica num domínio extremamente maior e mais racional do binômio tempo/espço, o mercado tradicional familiar perde a razão material de sua existência dentro dos parâmetros de acumulação capitalista. Nessa racionalidade está presente a necessidade de deixar de lado hábitos desordenados de trabalho e a consequente adoção de ações com extrema regularidade, invariabilidade e sistematização. Também este capítulo avança, embasado em Marx, Hegel e Etges, na perspectiva da superação radical da estrutura das relações sociais opressoras e simuladoras com cunho de perenidade. À luz do conceito de Trabalho Humano Abstrato e suas reais possibilidades conceituais e materiais, postas hoje pelo avanço fantástico da tecnologia científica está dada a possibilidade do declínio da magnitude de trabalho empregado como gerador de riqueza. Rapidamente o valor passa a ter uma nova fonte: a da qualidade e do volume de satisfação que pode proporcionar. Essa profunda transformação, expondo mais intensamente a matéria como submissa ao homem, não escapa ao produtor integrado. O seu

cotidiano contato com a moderna engenharia genética e modernas estruturas organizacionais e de equipamento, aproximam-no do tempo livre. A partir daí ele não pretende retornar à produção tradicional basicamente de exclusiva subsistência. Deseja sim, imensamente ver a quantidade e a qualidade de seu produto exposto nas vitrines e na mesa da “Aldeia Global”. Renega as formas tradicionais de produção agrícola, cuja obsolescência, em nada podem contribuir para resolver o grave problema da alimentação do homem planetário.

Os principais pressupostos teórico/metodológicos, encontram sustento:

- a) Nem na prática da agricultura de quase exclusiva produção para a subsistência e nem como produtor integrado, o agricultor exercia ou exerce o controle do preço de seu produto. No entanto pela vastidão de abertura e de oportunidades em poder contatar com modernas tecnologias produtivas, organizacionais e da engenharia genética, esta resulta como grande perspectiva de saída do arcaísmo do seu limitado estado social político e cognoscivo.
- b) Uma vez inserido na nova racionalidade produtiva, o integrado se apossa de elementos estruturais dessa nova prática produtiva, que ampliam as suas condições produtivas, tornando-se a alavanca de sua universalização e autonomização.
- c) A medida que a magnitude do tempo de trabalho imediato deixa de ser o fator único e imprescindível de geração da riqueza e “a produção passa a depender do ‘estado geral da ciência e do progresso da tecnologia’” (Etges, 1994:09 Sociedade do Trabalho sem Trabalho), põem-se efetivamente as condições da sociedade do não-emprego que terá como princípio organizador o Trabalho Humano Abstrato. Também o Trabalho Humano Abstrato é o princípio organizador do trabalho produtivo do integrado. É ele o princípio que ordena e determina todas as formas da produção do integrado. O Trabalho Humano Abstrato, que se transforma em valor que por sua vez se transforma em capital, põem as efetivas condições de liberação do homem integrado das condições do trabalho manual, que passa a realizar-se como trabalhador intelectual abstrato e livre.

CAPÍTULO I

A PRODUÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO

I.1 - A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE

O meio rural do Brasil, sua ocupação e transformação em áreas produtivas foi preocupação desde o período colonial. A forma de ocupação que passou a emergir foi o sistema latifundiário com sólida base na relação escravagista. Já no Período Imperial, devido a manifestações contrárias à escravidão, aliado ainda às dificuldades de trazer os escravos negros, pelo bloqueio imposto pelos ingleses, tornam-se necessários a elaboração de novas estratégias que garantam a ocupação e a produtividade dos territórios nativos e improdutivos em termos agrícolas. Foi assim que se estabeleceram as normas que viabilizaram a execução de uma política que permitisse a imigração de trabalhadores que pudessem atuar livremente, com direito à posse e propriedade de terras rurais. Foi neste sentido que divulgações foram feitas nos países da Europa, promulgando as facilidades para a aquisição de terras no Brasil. Especificamente o Governo Brasileiro dirigiu sua atenção e divulgação na Europa, visando a possibilidade da vinda de agricultores conhecedores da lida com a terra, bem como da lida com animais domésticos, dentro de um sistema mais modernizado das técnicas produtivas além de estes grupos humanos apresentarem aspectos culturais e visões de mundo superiores aos escravos africanos e mesmo aos índios brasileiros.

A vinda dos imigrantes europeus e o seu estabelecimento no Brasil, principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como pequenos proprietários, não significou a ruptura do sistema latifundiário já amplamente difundido e com nítidos traços de servidão e escravidão. Mesmo assim a elite latifundiária passou a ver nos projetos de colonização uma ameaça aos privilégios dos quais eram beneficiários. Apesar da colocação de vários obstáculos, dentre eles os sucessivos cortes de subsídios que haviam sido assegurados, servindo de estímulo à imigração, várias regiões foram sendo ocupadas pelos imigrantes europeus e no caso específico imigrantes não portugueses. Nessa ocupação a prática agrícola diversifica a produção, ao contrário e em oposição às monoculturas dos latifúndios e firma-se, embora com bastante fragilidade, a pequena propriedade como produtora de riqueza.

A partir de 1820, o Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul e o Vale do Itajaí em Santa Catarina, começam a receber imigrantes alemães. Por volta de 1870, é a vez dos imigrantes italianos ocuparem terras na região serrana do Rio Grande do Sul, região Sul de Santa Catarina e, em menor intensidade regiões do Estado do Paraná. A vinda desses imigrantes permitiu a expansão de um modelo de produção agrícola de pequenas propriedades e de produção familiar. Estes agricultores ao aqui chegarem, trataram de preservar a herança cultural, em cuja bagagem os traços típicos referiam-se tanto a aspectos econômicos, políticos, religiosos, sociais e morais. Isto permitiu a formação das peculiaridades de cada núcleo de igual origem.

Já a colonização do Oeste Catarinense, tem início no final do século passado. Basicamente os agricultores que aqui chegaram são descendentes dos imigrantes europeus que viam tornar-se impossível a reprodução da pequena propriedade, devido a escassez e mesmo falta de terra, e nem mais possível a redivisão da propriedade em outras menores ainda. Outro aspecto que induz à impossibilidade da reprodução, é a exploração imposta pelo capital ao pequeno proprietário. Inicia-se assim uma rota migratória, cujo vetor aponta para o Norte, tornando-se conhecido entre os agricultores como o “Caminho do Norte”.

As propriedades a serem adquiridas, representavam pequenos lotes, numa média aproximada de 25 hectares. Elas podiam ser adquiridas junto às empresas colonizadoras, notadamente de origem gaúcha. A forma de obtenção das terras pelas empresas colonizadoras, era normalmente pagamento por prestação de serviços, tais como: aberturas de estradas e construção de ferrovias. Estas empresas ficavam com o compromisso de dividi-las em lotes, vendê-las e fazer com que fossem ocupadas, tornando assim a região produtiva.

No caso específico da região que abrange os hoje municípios de Itapiranga, Tunápolis e São João do Oeste, a empresa colonizadora foi a Volksverein für Deutschen Katholiken - Sociedade Popular para Católicos de Língua Alemã. Essa empresa colonizadora adquiriu em torno de 58.500 hectares de terra da Empresa Peperi-Chapecó, situados entre os rios Uruguai, Peperi-Guaçu, e das Antas. A Volksverein,

também conhecida como Sociedade União Popular - SUP, foi criada em 1912 pelo Pe. Theodor Amstad. No congresso dos católicos realizado em Novo Hamburgo nos dias 14 a 16 de março de 1925, decidiu-se pela organização de expedições para conhecimento das terras a serem adquiridas. Neste congresso também marcaram presença 53 caixeiros - Caixa Rural - para juntos decidirem os caminhos da colonização de Porto Novo - hoje Itapiranga. Uma das expedições foi organizada pelo Pe. Max Von Lassberg, que aqui chegou no dia 10 de abril de 1926. Ao atravessarem o rio Uruguai, encontraram a hoje sede de Itapiranga, desmatada e coberta por capoeira, destacando-se em seu interior bergamoteiras, laranjeiras e limoeiros, bem como pés de milho e de mandioca. Posteriormente constatou-se a presença dos "wald leufes"- andarilhos do mato: caboclos e indígenas, como autores das plantações. Como bem frisa o nome, Volksverein für Deutschen Katholiken, a Companhia Religiosa dos Padres Jesuítas, sob o comando do Pe. Max von Lassberg, funda a colônia Porto Novo. No dia 11 de abril de 1926 o Pe. Lassberg reza a primeira missa, local atualmente identificado por um monumento em homenagem aos pioneiros. De volta para as "Colônias Velhas" - RS, iniciam-se as campanhas para a imigração com slogans, como: "das schönes land" - as lindas terras. Paralelamente instala-se o filtro de ordem étnica e religiosa, uma vez que só se permitia a entrada de imigrantes de origem alemã e católicos. Sendo de origem alemã, mas não católico era-lhe dado a oportunidade de ser batizado, tornando-se católico, satisfazendo assim as condições de permanência. Esse controle da religião e da língua foi mantido até o ano de 1965. Inicialmente o atendimento religioso era feito pelo Padres da Sagrada Família. Em 01 de abril de 1927, chega a Porto Novo o primeiro cura, Pe. Henrique Ofenhitzer da SSJ - Ordem da Sagrada Família. Em 1929 é substituído pelo cura Pe. Pedro Ver Haelen, seguido do Pe. Miguel Nan em 1930. Por desentendimentos e pela não comunhão de idéias entre a Diretoria da Colonizadora e os padres, fez-se a troca pela congregação dos Pe. Jesuítas em 1931, com a vinda do Pe. João Riek.

No entanto, é preciso salientar que a primeira família de brancos, moradora de Porto Novo foi a de Johan e Margarida Dünkersleber, vinda da Alemanha com 10 filhos, entrando via Porto Feliz - hoje Mondai - e fixando residência em Linha Poná - hoje Linha Chapéu. Esta família chegou em 1925. Porto Novo passou a denominar-se Itapiranga em 01 de Maio de 1938. Itapiranga é um nome de origem indígena - guarani - que quer dizer Pedra Vermelha. Aqui encontram-se muitas pedras dessa cor. A primeira escola iniciou

suas atividades de ensino em 19 de abril de 1927, com 20 alunos, tendo como Prof. o Pe. Henrique Ofenhitzer. Professores leigos só eram aceitos após terem passado pela aprovação junto aos padres. Em 14 de janeiro de 1938, chegam à Itapiranga a Congregação das Irmãs da Divina Providência, ficando responsáveis pelos setores da saúde e da educação. Já em dezembro desse ano de 1938, inaugura-se o Hospital Sagrada Família, ainda hoje existente e administrado pelas irmãs. Destaca-se na área da saúde a presença das parteiras, sendo que a primeira, a senhora Elizabeta Rost, inicia suas atividades em 1927. A partir de 1933, Porto Novo contava com a presença do médico Sr. Ulrich S. Neff, mas que por motivos políticos instalou-se na comunidade de Sede Capela, distante da sede 6,5 km(1).

I.2 - A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO OESTE CATARINENSE

I.2.a - EM BUSCA DA COMERCIALIZAÇÃO

Como nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, as práticas agrícolas já não eram estritamente para uma agricultura de subsistência, apresentando significativos índices comerciais, os imigrantes que aqui chegaram deram continuidade ao processo de produção em escala comercial. Processava-se assim a continuidade da prática da agricultura comercial que já não lhes era estranha. As dificuldades iniciais, devido a precariedade dos instrumentos para o desmatamento, construção de casas, galpões, galinheiros, chiqueiros e estrebarias, bem como da obtenção de sementes para o cultivo, aliado às dificuldades de transporte, obrigaram os agricultores à prática da agricultura de subsistência nos primeiros anos. Mas tão logo esses entraves e obstruções foram sendo superados iniciou-se aqui o processo de produção em escala comercial. Produzir excedentes para o mercado, além de ser uma necessidade, para que pudessem comprar aquilo que não podiam ou mesmo não queriam produzir na propriedade, é também uma necessidade de externar um valor cultural que era de praxe nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, já trazido pelos imigrantes alemães e italianos de seus países de origem. Caracteriza-se ainda como um elo de ligação entre produtores agrícolas e consumidores urbanos. Como estímulo à produção de excedentes, temos a própria demanda nacional, que aqui se fez presente através de firmas que se localizavam no Rio de

Janeiro e principalmente São Paulo. Essa demanda nacional, exigia principalmente carne de porco, banha, manteiga e galinha caipira.

Tão logo as condições permitiram e, possibilidades de transporte se ofereceram, começaram a se constituir pequenos estabelecimentos comerciais. O primeiro comerciante de Porto Novo foi o Sr. Serafim Rech. A ele seguem-se outros, sendo que a iniciativa normalmente partia de algum dos novos imigrantes. Estes estabelecimentos comerciais, fixavam-se em locais destinados a serem os centros/sedes das localidades, projetando-se desde logo também os locais para a escola e a igreja, que em inúmeras comunidades se anteciparam à instalação dos estabelecimentos comerciais. Esses pequenos comerciantes passaram a garantir e servir de intermediadores comerciais passando via repasse a fornecer aquilo que os agricultores estavam impedidos ou não queriam produzir. Os comerciantes passaram a fornecer o tecido em metro - usado para a confecção da roupa de trabalho e de domingo -, a querosene - para queimar nas lamparinas que serviam de fonte de luz -, o sal, ferramentas agrícolas como: enxadas, pás, foices, facões, machados, serrotes, armas e munições, e outros produtos industrializados. Em contrapartida os comerciantes recebiam - compravam - os produtos agrícolas excedentes dos pequenos proprietários, possibilitando o seu escoamento para os centros industriais. Para fazer esse escoamento dos produtos agrícolas, considerados excedentes, os agricultores produtores não dispunham dos recursos financeiros e materiais para realizar o deslocamento até o mercado consumidor. É esse fato que faz o comerciante entrar em cena, tornando-se um elemento quase que central na vida dos agricultores. A ligação dos comerciantes locais com os setores industriais, permitiu a constituição de um capital comercial emergente na região.

Esse capital comercial fortaleceu a figura do comerciante, de uma forma peculiar e característica. O comerciante passa a ser uma espécie de central de pedidos de coisas, fatos e até pessoas, tudo em nome da “amizade” e da “confiança” comercial e política. A ele o agricultor leva as lamentações como: falta de braços - filhos ainda pequenos -, falta de sementes, de reprodutores, ausência de assistência técnica e financeira, o não encontrar um preço justo para os produtos produzidos e, muitas vezes até de problemas familiares. Acaba o comerciante tornando-se uma espécie de conselheiro para tudo e para todos. Esta busca de conselhos, ou simplesmente o ato de lamentar-se, torna o comerci-

ante um elemento importante. O seu poder sobre os agricultores se expande gradativamente e por outro lado força o aumento da relação de dependência do agricultor em relação a ele. O comerciante passa a ser um alguém que sabe mais, que tem mais, e estar de seu lado significa “status”. Daí ele não faltar em festas de casamento, ser o eleito para integrar diretorias, para representar a comunidade, ser o escolhido para padrinho dos filhos. São significativos os casos em que o casal comerciante são padrinho e madrinha de dois filhos de uma mesma família. Esta situação toda é uma mostra, um diagnóstico que demonstra com precisão o estado de fragilidade em que se debatia o agricultor.

Compreender e desvelar a centralidade do comerciante na vida do pequeno produtor agrícola, é fundamental para entender e apreender a posterior relação com o agro-industrial, na medida em que ele passa a ser o comercializador de sua produção. Basicamente ocorreu uma transferência da relação de dependência: do comerciante para o agro-industrial. Significa compreender que a propalada dependência do produtor integrado da agroindústria não é exclusivamente produto da penetração destas empresas industriais capitalistas.

Conforme frisado acima, o papel do comerciante não se restringia à aquisição dos produtos excedentes produzidos pelos agricultores, mas também fornecia tudo o que eles precisavam. Na maioria dos casos as compras eram feitas sem dinheiro e o agricultor mantinha uma espécie de “conta corrente” junto ao comerciante. Esta relação estabelecida exigia uma troca de confiança. O agricultor se comprometia a lhe entregar toda a produção destinada à venda. Com isso a “conta corrente” sofria constantes atualizações e variações entre crédito e débito. Pela supremacia econômica, conhecimento do ato de comercializar, por exercer uma espécie de domínio cultural e político, não é difícil de entender que quem fixava os preços dos produtos a serem vendidos ou comprados pelo agricultor, era o comerciante.

Dessa compreensão e análise, deduz-se que a existência de liberdade para comerciar e mesmo para estabelecer preço para seus produtos, não se constitui uma prática histórica no seio dos pequenos agricultores. Contraditoriamente o produtor agrícola tem quase que assimilado a condição de espera pelo outro - comerciante, governo: preço mínimo, agro-industrial - para eles fixarem o preço para seus produtos. O atual sistema de inte-

gração compareceu para dar uma nova forma e uma maior racionalidade a essa prática já antiga e tradicional. Sabia o produtor agrícola e sabia o comerciante o tamanho da relação de dependência que haviam estabelecido. Para o agricultor, o não fornecimento dos produtos excedentes, quando existiam e a conseqüente não quitação de parte ou da “conta corrente”, implicava num possível não fornecimento por parte do comerciante de outras mercadorias necessárias. Com certeza isto significava a existência de poucas alternativas de sobrevivência até a próxima safra. Para o comerciante o não recebimento dos excedentes agrícolas implicava no não pagamento das dívidas o que significava dificuldades para a continuidade de seus negócios. A relação caracteriza-se então como um compromisso mútuo. Apesar de este compromisso ou acordo ser apenas informal, o agricultor dificilmente entregava a sua produção excedente a outro comerciante. É uma relação que se configura na troca de bens distintos, portanto ela é assimétrica e persiste enquanto houver um saldo devedor.

As características dessa relação marcam significativa presença na atual relação integrado e agro-industrial. É a agroindústria que determina e impõe o preço, exige exclusividade na entrega da produção, exerce significativa influência cultural, domina mais e melhor o conhecimento técnico científico, têm maior representatividade política. Tudo isto pela supremacia de seu poder econômico. É importante salientar que aqui, grande Oeste Catarinense, os produtores agrícolas estiveram historicamente dependentes dos comerciantes e com raríssimas exceções, em nenhum momento participaram da fixação de preços, tanto de produtos que colocavam à venda, quanto dos que compravam para o consumo.

Pela tradição dos pequenos agricultores descendentes tanto de alemães quanto de italianos na criação de porcos, de gado, e conseqüentemente do fabrico de queijos e embutidos, bem como na tradição do plantio de uva, fumo e vários cereais, possibilitou-se a expansão desses setores. O desenvolvimento da oportunidade de expansão da produção de porcos esteve também aliada à associação do capital comercial local ao capital industrial das indústrias do setor de carnes, principalmente de São Paulo. Na seqüência desse processo de comerciar a carne de porco, a região do Oeste Catarinense prepara-se para a constituição e implantação de frigoríficos abatedores de porcos.

Assim, a partir de 1940, numa associação do capital comercial e de fundos de reserva dos pequenos agricultores, iniciou-se a construção dos primeiros frigoríficos, que passam a partir de então a comprar e industrializar a produção de porcos da região. No início e ainda por um razoável período de tempo esta comercialização é intermediada pelo comerciante, proprietário dos caminhões de coleta e de transporte até o frigorífico de abate. Na sua quase totalidade, o dinheiro investido pelos agricultores, que deveria servir como forma de aquisição de cotas ou ações, junto às empresas frigoríficas em fase de formação, na realidade não passou de contribuições sem retorno, negando-lhes com o passar do tempo o título de sócio ou acionista. Em outras oportunidades as chamadas ações ou cotas perderam totalmente o seu valor em função de não serem reajustados ou atualizados dentro do grande fluxo de trocas e cortes na nossa moeda.

I.2.b - SURGEM AS AGROINDÚSTRIAS

Amparado nesta nova modalidade de exploração e intervenção, cria-se em 1940 o frigorífico PERDIGÃO S/A COMÉRCIO E INDÚSTRIA em Videira. Segue em 1942, no município de Joaçaba a empresa COMÉRCIO E INDÚSTRIA SAULLE PAGNONCELLI. Em 1943 é a vez da SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO CONCÓRDIA, em Concórdia. Este nome muda em 1944, passando a ser SOCIEDADE ANÔNIMA CONCÓRDIA - SADIA. Em 1952, no município de Chapecó, cria-se a SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO CHAPECÓ - SAICC -, atualmente denominada de CHAPECÓ INDUSTRIAL. No município de Seara, cria-se em 1956 o FRIGORÍFICO SEARA, cuja denominação atual é SEARA INDUSTRIAL. Já em 1962, no município de Itapiranga, funda-se a SOCIEDADE ANÔNIMA FRIGORÍFICO ITAPIRANGA - SAFRITA. No município de Salto Veloso, em 1963 cria-se a UNIFRICO - SOCIEDADE ANÔNIMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. No município de Ouro funda-se a INDÚSTRIAS REUNIDAS OURO SOCIEDADE ANÔNIMA e, em Chapecó a COOPERATIVA CENTRAL OESTE CATARINENSE, ambos em 1969. FRIGORÍFICO SÃO CARLOS no município de São Carlos em 1975.

Como as décadas de setenta e oitenta são consideradas a nível nacional, mortas economicamente, também aqui a crise generalizada se fez sentir. Aliada ou amparada na famigerada peste suína africana, a suinocultura sofreu um grave revés. O resultado

foi sem dúvida drástico para os produtores de suínos e também para os setores frigoríficos com menor potencial econômico, sucumbindo diante da crise. Para outros o resultado foi benéfico, pois possibilitou uma grande concentração de capital industrial. Do total de empresas instaladas, cinco sucumbiram, sendo incorporadas às cinco maiores. Esse processo de concentração e contração ocorreu basicamente no quadriênio 1978 a 1982. Como exemplo temos os grupo PERDIGÃO, de Videira, que adquiriu os frigoríficos PAGNONCELLI e INDÚSTRIAS REUNIDAS OURO; o grupo HERING-CEVAL, do município de Blumenau, adquiriu os frigoríficos SEARA e SAFRITA, constituindo a SEARA INDUSTRIAL S/A.

Neste novo contexto e na nova e atual configuração do potencial econômico agro-industrial e dominando cem por cento do mercado produtor de aves e suínos, temos as cinco empresas restantes, quais sejam: SADIA, PERDIGÃO, SEARA INDUSTRIAL, GRUPO CHAPECÓ E COOPERCENTRAL. Estas empresas mantêm unidades industriais em várias regiões do Brasil e hoje com a integração do MERCOSUL, com projetos de expansão para o exterior.

I.3 - NOVA GENÉTICA: NOVAS FORMAS DE PRODUZIR

É importante ressaltar aqui que a ligação do pequeno agricultor com a indústria ou frigorífico era intermediada pelo comerciante da localidade. Este fato ocorria quando ainda o porco era levado para os frigoríficos de São Paulo e, também nas primeiras décadas em que os porcos passaram a ser abatidos na própria região.

Inicialmente os agricultores produziam e comercializavam o porco mais conhecido como porco comum, porco tipo banha, cujo abate ocorria com uma média de idade de 14 meses. Uma de suas principais características era a espessa camada de gordura - banha - e partes de gordura associadas à carne. Neste contexto, não havia contato direto nem controle, nem relação direta do agricultor com a indústria de abate. No entanto talvez motivado pelo excesso de gordura - banha - e talvez por se ter encontrado um substituto à banha - a extração de óleo da soja, ou mesmo outros óleos vegetais, motivado ainda pelos reclames do excesso de gordura na própria carne de porco, por exigências do mercado exportador, por alusões sanitárias e de doenças atribuídas ao

consumo da carne e gordura animal - colesterol -, as indústrias frigoríficas decidem intervir diretamente no mercado produtor da matéria prima a elas destinada.

A intervenção da agroindústria, começa a evidenciar-se na década de 1950. De uma forma muito sutil ela inicia um processo de subordinação do pequeno proprietário rural, dependente até então do comerciante. Tem início o processo da troca de dependência: do comerciante para o agro-industrial. A intervenção da agroindústria sobre a forma de produzir do agricultor, apresenta-se em todos os momentos com a face de melhoria estrutural e econômica da propriedade. É um processo lento mas seguro e que se estende de forma absorvente e inevitavelmente atinge todas as propriedades direta ou indiretamente. Possivelmente no primeiro momento o agricultor não tem parâmetros para proceder uma avaliação da perda de controle sobre a produção em sua propriedade. Relativamente a sua produção, ou pelos a dos produtos com os quais estabelece a integração, passa a ser controlada por elementos de fora de sua propriedade, por agentes externos. Para esses agricultores, a integração a uma agroindústria, apresenta-se como um rearranjo nas formas de produzir, comercializar e consumir, sem dúvida importantes, mas inovadoras e com características que muitas vezes lhe são estranhas.

Como acima referido, foi na década de 1950 que o processo de intervenção tem início. Começa com a introdução de uma nova raça de suínos, que gradativamente passa a substituir o porco tipo banha. Foi o grupo SADIA, que trouxe reprodutores e matrizes da raça DUROC JERSEY, importados dos Estados Unidos. Entre os agricultores, este porco passou a ser chamado de porco vermelho, devido a cor vermelha de seus pêlos. Uma das características do DUROC é o seu maior potencial produtivo de carne, bem como um maior potencial de conversão alimentar - maior peso, com menor consumo de alimento e também, em menor espaço de tempo pronto para o abate. Já na década de 1960, o mesmo grupo SADIA, introduz as raças européias denominadas de LARGE WHITE e LANDRASSE. Entre os agricultores estas tornam-se conhecidas como porco branco, por apresentar pelagem branca. Com um potencial produtivo maior ainda de carne, em relação ao DUROC, e conseqüentemente um maior valor comercial, o porco branco é o mais indicado e incentivado, passando por isso a ser produzido em maior escala.

Como forma inicial de forçar o agricultor a optar pela produção do DUROC ou preferencialmente do LARGE WHITE, os frigoríficos passam a praticar diferentes preços no mercado, para os também diferentes tipos ou raças de suínos. Assim começaram a praticar e categorizar um tipo de preço para o porco branco, ou tipo carne, também atrelada a uma determinada faixa de peso, outro preço para o porco misto - DUROC - ou o branco acima da faixa de peso, e um terceiro preço, obviamente menor ainda, para o porco tipo banha ou o DUROC acima da faixa de peso. Esta diferenciação de preço para o porco foi um forte argumento para que os agricultores rompessem com a prática e o costume de criarem o porco tipo banha. Diante da escala hierárquica fixada para os suínos, tipificando e estabelecendo diferenciação nos preços, a agroindústria encontrou um instrumento eficiente para provocar a derrocada do modelo produtor em vigor até então. Substituir a raça suína na propriedade significava uma reorganização de toda a propriedade bem como com a prática de novas normas e procedimentos com relação aos suínos. Todo um novo aprendizado, a partir de então se fez necessário, para que o projeto tivesse êxito. Os cuidados sanitários exigidos, passaram a ser maiores. O DUROC e, mais ainda o LARGE WHITE e o LANDRASSE exigiam cuidados especiais deste a ninhada, via um programa de vacinação, até a construção de chiqueiros mais adequados e fechados, pois o tipo banha normalmente era criado solto em cercados abertos e expostos ao tempo. O trato passou a ser diferente: o porco preto recebia algumas espigas de milho, das quais muitas vezes nem se tirava a palha. Este trato geralmente era acompanhado da lavagem, que era feita cozinhando-se batata-doce, mandioca, abóbora e a chamada melancia de porco, produtos oriundos da propriedade. Já as raças novas exigiam o milho quebrado, feito em forma de ração e mais ainda, ração balanceada, ou como ficou conhecida entre os agricultores: "o trato seco".

No momento em que as agroindústrias começam a perceber que o agricultor aprendeu a lidar de forma eficiente com as novas raças e que estas permitiam um maior acúmulo de capital para si, projetam e passam a executar uma intervenção ainda maior. Assim, a partir da década de 1960, novos argumentos são usados e justificam a introdução de novos elementos de intervenção nas propriedades, principalmente naquelas onde o potencial produtivo e a aprendizagem foram mais eficientes. O Grupo SA-

DIA, cria o sistema de fomento, passando a dispensar o comerciante como intermediário e acertando com o agricultor a aquisição de toda a sua produção. Começa a partir desse momento, portanto, a produção com exclusividade. A agroindústria passa a produzir a ração balanceada "trato seco", fornecendo-a ao agricultor e a ser paga com o lote de suínos quando do seu abate. Esse modelo rapidamente passa a ser seguido pelas demais agroindústrias. A integração de agricultores, produtores de suínos, passou por um processo lento e gradativo, para que o produtor acompanhasse e se adaptasse à evolução da técnica exigida no manejo dessas novas raças de suínos. No início as agroindústrias, também em fase experimental, aceitavam os integrados sem que dos mesmos fosse exigido a renovação das instalações e ou um número "x" de criadeiras. Bastava adquirir duas ou três criadeiras, um reprodutor e propor-se a ampliar gradativamente este número e em paralelo também melhorar as instalações, agora sim, dentro de padrões técnicos preestabelecidos. Já com a integração de aves, a implantação é instantânea, ou seja, ela foi e é feita via "pacote". Exigia-se a construção do aviário de 100 m por 12 m ou de 50 m por 12 m, com capacidades respectivamente para 12 mil e 6 mil frangos.

Na década de 1960, inicia-se pois a produção de frangos. A esse modelo dá-se o nome de Sistema de Integração. Por meio dele, a agroindústria fornece os pintinhos de um dia, a ração, a medicação e a assistência técnica/veterinária necessárias. O agricultor entra com a mão de obra, com as instalações e todos os equipamentos necessários e indispensáveis dentro do aviário. O Sistema de Integração configura-se hoje como a mais explícita, bem planejada e mais eficiente forma de intervenção das agroindústrias nas pequenas propriedades rurais.

Uma das grandes importâncias que a forma generalizada de penetração do modo de produção capitalista representa para o meio rural, a partir da década de 1960, é o desenvolvimento e a transformação do antigo padrão de produção para a sobrevivência, com comercialização dos só excedentes, em uma forma de produção para o mercado. E, ela aqui se expressa de forma mais intensa na geração de uma produção alimentar em escala capaz de atender a demanda não só do mercado urbano nacional mas também exportador - frango e suíno.

I.4 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA EM ESCALA INDUSTRIAL: A NECESSIDADE DA AGROINDÚSTRIA

A anterior caracterização da situação agrícola do Oeste Catarinense não é algo exclusivo da nossa região. Ela reflete uma realidade maior. É o espelho daquilo que a nível de país passa a ser incorporado como uma nova prática produtiva para a agricultura. É a partir de 1960 que a agricultura passa a caracterizar-se por uma redefinição das relações entre a indústria e a agricultura, a partir do início exatamente do desenvolvimento das agroindústrias. As agroindústrias tornam necessário a re-estruturação dos mecanismos e formas de produção agrícola viabilizando o seu ingresso no circuito da produção industrial. A agricultura do país precisa adaptar-se ao consumo de insumos e máquinas produzidas industrialmente, bem como enquadrar-se como produtora de matéria prima para posterior transformação industrial. Essa espécie de intercâmbio, necessário ao modelo de produção capitalista, passa a ser intermediado aqui e nas demais regiões do país pela agroindústria que assume o comando do processo de implantação dessa reorganização produtiva no setor agrícola. Com relação à força de trabalho, as formas tradicionais de exploração, são substituídas por novas formas, agora com presença de fortes traços de exploração da mais valia relativa, que encontra parâmetros no potencial de capitalização da pequena produção, que a bem ver torna-se o eixo central da re-estruturação das formas e dos conteúdos das novas relações de produção.

Também aqui, a praticamente única opção que resta ao pequeno agricultor é a entrada no modelo da produção agro-industrial, ou ser gradativamente empurrado à margem dos processos produtivos, pela baixa produtividade que representa e apresenta. Esse era o impasse sem opcional ao agricultor. Para a agroindústria e a implantação industrial na produção agrícola, era preciso romper com as relações tradicionais de dominação no setor agrícola. Pois de forma geral no país:

“O latifúndio era considerado o maior impedimento para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e na geração de um mercado interno para a indústria nacional, além do que os donos da terra eram considerados os principais aliados do imperialismo”. (Sorj; 1980:23) (2)

Como argumento para a integração encontra-se a lógica da produção que se fundamenta no assegurar das condições mínimas de reprodução da estrutura familiar no meio agrícola. Refere-se também às expectativas do agricultor de ingresso nos moldes de consumo básicos que caracteriza e são determinados pela sociedade capitalista. Caracteriza-se por uma integração por expressar a adaptação da expansão capitalista, à uma produção em pequena escala, submetendo de outro lado o pequeno proprietário à significativas transformações na sua estrutura interna, jogando-o no grande mercado industrial, comercial e financeiro que, em princípio podem integrá-lo ou marginalizá-lo. A integração, é pois uma situação de ajuste do mercado e ao mercado. Ela modifica e possibilita maiores e melhores oportunidades de acesso do produtor agrícola aos insumos de que necessita, tanto quanto em termos de segurança na colocação da sua produção. A decisão de integrar ou não, é uma decisão com estreita relação com o mercado da matéria-prima a ser produzida e com os insumos necessários para tal.

Podem-se associar as expressivas expansões no setor de produção agrícola, intermediados pela agroindústria, como uma necessidade da própria expansão industrial no país, na siderurgia, no setor de máquinas automotrizes, na indústria química, farmacêutica, na engenharia genética, na busca de novos campos de consumo, novos campos de valorização e maximização dos lucros. Diante do aceleração da produção industrial, dos incentivos a um maior índice de consumo torna-se necessário a expansão da produção de excedentes agrícolas. Torna-se necessário a existência de uma conseqüente adequação das forças produtivas agrícolas à economia industrial. É uma revolução que como tal precisa concretizar-se. Paralelamente ao aumento do mercado consumidor existe a exigência do crescimento acelerado da produção agrícola. Abre-se a porta para a implantação das agroindústrias. Os limites que se auto-impõe às formas produtivas artesanais já em fase de esgotamento e ao padrão de expansão, constituem-se estímulos à agroindústria, que se apresenta como forma de incrementar a produtividade agrícola.

A implantação das agroindústrias em nenhuma parte do país, ocorre pois de forma isolada. Ela se faz acompanhar de toda uma rede de indústrias a fornecerem produtos industrializados básicos para a sua implantação e expansão. No Oeste Catarinense, especificamente ela se faz acompanhar das indústrias de produção de rações. Assim, de 1966 a 1986, diversas firmas multinacionais se instalam no país e ingressam no mercado.

Dentre outras, as que mais aqui se fizeram presentes e ainda estão operando são a Purina e a Cargill, ambas de capital norte-americano. Elas são elementos importantes para o desenvolvimento e implantação do processo de modernização das instalações e das atividades nas propriedades. É delas também a iniciativa dos esquemas de orientação técnica aos produtores, sempre acompanhados de propostas e planos de financiamento para uma maior aceleração da modernização da produção de frangos e suínos. Fato que permite uma maior penetração dos produtos, por serem levados diretamente às propriedades para então serem comercializados. O agricultor não necessita sair em sua busca. De forma idêntica, os produtos veterinários começam a chegar aos produtores. As visitas diretas e a oferta promocional de produtos, favorece o início do consumo. Segundo Frederico, 1979, a liderança do setor veterinário encontra-se nas mãos da Bayer, da Pfizer, da Rhodier, da Ciba-Geigy, da Squigg e da Tortuga. Todas elas tem controle de capital internacional.(3) Também aqui, estas firmas dominaram e dominam até hoje esse mercado. É oportuno também frisar o incentivo dado pelos órgãos governamentais, no nosso caso a ACARESC - Associação de Crédito Rural de Santa Catarina - hoje EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - , o órgão de extensão rural, que promovia a modernização agrícola e em paralelo tornava-se um órgão propagador dos insumos industriais.

A modernização agrícola, determina uma profunda transformação qualitativa e quantitativa das características produtivas da pequena propriedade produtiva. A penetração mais intensiva do capitalismo na agricultura, impõem seu ritmo produtivo, não determinando em princípio a erradicação do pequeno proprietário na nossa região nem a totalidade da produção em pequena escala, mas a forma de produção. Ela se mantém mas, as características básicas que a sustentam a partir de agora passam a impor transformações conduzindo para uma agricultura extremamente capitalizada:

“o fato é que o capital busca sempre as formas mais seguras e rentáveis de investimento... Onde já existe uma fábrica esta continua a se desenvolver através da poupança” (Gramsci; 1987:63)(4).

Uma lógica que vale também para a agricultura. A propriedade que produz tecnologicamente, tende a crescer. As economias, as poupanças por escassas que sejam tornam-se o fermento desse desenvolvimento. Já a insistência nas formas produtivas pré-capitalistas, formas produtivas obsoletas, geram instabilidades e incertezas e não são de

forma alguma atrativas de capital nem para o capital. Este irá se colocar em propriedades ou locais onde a certeza de lucros imediatos e tangíveis são concretas.

A transformação industrial no setor de alimentos tem implicado em importantes modificações nos costumes tradicionais do consumo alimentar. Verificou-se isso na substituição de antigos produtos por outros, como é o caso da manteiga pela margarina, da banha pelos óleos vegetais - o que aqui implicou na gradativa substituição do porco tipo banha pelo suíno tipo carne -, além de favorecer o aparecimento de toda uma gama de novos produtos. Ao se suscitar a modificação da cesta básica alimentar, exige-se cada vez mais e maiores alterações nas produções agrícolas, na tentativa da adequação às novas demandas criadas pela agroindústria, cuja conseqüência é a variação nos hábitos alimentares.

As agroindústrias com maior penetração na região, tem o seu desenvolvimento assegurado, por permitirem e estimularem a transformação da agricultura via introdução da modernização tecnológica. Um serviço que é executado pelos técnicos em constante e sistematizado esquema de visitas às propriedades. O seu apoio à modernização agrícola encontra justificativa na necessidade de assegurar uma oferta constante e mesmo crescente de produtos com qualidade e quantidade homogeneizada. Todo esse empenho junto às propriedades encontra fundamento na necessidade das agroindústrias de assegurarem o nível de abastecimento dos produtos mercadorias, o que permite uma maior estabilidade dos preços, apesar das variações e instabilidades do mercado. Exige-se das agroindústrias o atendimento crescente da demanda consumista urbana. De imediato elas percebem a insuficiência de matéria prima fornecida pela produção de subsistência. Implantar um Sistema de Integração, passa a ser uma questão de sobrevivência. Seguramente é uma forma de produção mais estável garantindo por sua vez uma melhor qualidade dos produtos, sua maior oferta e oferta com preços mais baixos. Para que tal oferta seja garantida, as próprias agroindústrias apoiam e dirigem diretamente a modernização agrícola, especialmente aqui no setor de produção de carnes - frango e suíno. Apoio que se manifesta pela presença dos técnicos, pelo financiamento de reprodutores, tornam-se facilitadores para financiar melhorias nas instalações, fornecem a ração, os leitões e pintinhos do lote. Por outro lado, estes incentivos transformam-se em mecanismos de dependência dos produtores integrados em relação à agroindústria que lhe forneceu os insumos. A

utilização de mecanismos de financiamento e do rígido controle técnico da produção e do contrato de compra da produção constitui-se num dos pontos fundamentais e que caracteriza a expansão da forma de integração de aves e suínos. Por meio dela a agroindústria fornece a ração, os animais recém nascidos para serem criados pelos produtores em suas empresas familiares.

Estas empresas familiares fazem lembrar os primórdios da Revolução Industrial e de seus trabalhadores domiciliares. É uma forma de integração, que certamente dificulta a busca da autonomia produtiva dentro do mercado, mas também que não a torna totalmente impossível. A grande dependência do produtor, pelo menos na fase inicial do processo, caracteriza-se pela existência do contrato pré-fixado com a agroindústria, o que dificulta sobremaneira formas de solidariedade entre os produtores.

Uma possível solução viável para contrapor com a relação de dependência seria a associação de produtores e a criação de órgãos oriundos de um mesmo grupo de produtores que passariam a atuar como intermediadores entre os produtores e os agroindustriais. Entre as inúmeras atividades que poderiam se propor seria a da racionalização do crédito, promover a comercialização da produção, desafiarem-se na produção de sementes, garantirem uma assistência técnica também viável ao produtor, garantir e centralizar a comercialização de insumos, aventurar-se na pesquisa genética, como forma de garantia da qualidade e do melhoramento genético do plantel; garantir via instalação de silos comunitários a armazenagem de grãos e o fornecimento da ração; garantir a instalação de balanças coletivas para a pesagem da produção, ração e insumos a granel; iniciar um processo gradativo de implantação da transformação/industrialização da produção. Embora, estas associações pela necessidade do processamento e da administração de enormes volumes tecnológicos e financeiros, correrem o sério risco de elas mesmas se transformarem em modelos similares às agroindústrias. Exemplos de semelhante procedimento e também desse final, vemos encontrando terreno entre as cooperativas, como a COTRIJUÍ no Rio Grande do Sul e aqui a Cooperativa Central de Santa Catarina. Dessa forma a concentração em associações ou cooperativas que ao se tornarem grandes, não implicam necessariamente no melhoramento das condições materiais e sociais dos pequenos proprietários produtores. Pode simplesmente significar um deslocamento da relação de dependência. Essas cooperativas do tipo centrais que industrializam a produção dos

pequenos produtores não se diferenciam de forma significativa das agroindústrias privadas, passando mesmo a se tornarem concorrentes com elas. Além de ser extremamente difícil assegurar uma expansão favorável de associações pelo domínio oligopolizado exercido pelas empresas trans-nacionais, de forte influência e presença na reorganização do sistema capitalista de produção, tanto no setor da industrialização, comercialização e de processamento. Talvez seja viável especular a possibilidade dos integrados tornarem-se acionistas das agroindústrias. É notável em conversas com os mesmos a intenção de querer continuar no sistema, porém reivindicam insistentemente uma participação nos lucros.

O município de Tunápolis, embora pequeno em extensão territorial, é importante no setor da rede da integração. E, por tratar-se do meu município de origem e dentro do qual sinto mais intensamente o desenvolver da forma capitalista de produção e toda a sua força exploradora tanto da terra quanto do proprietário agrícola, farei algumas considerações sobre a vida de seus pioneiros, suas lutas, seus sonhos, angústias e lutas por uma produção para além da subsistência.

1.5 - O SURGIMENTO DE TUNAS

20 de setembro de 1951, é a data que caracteriza a fundação oficial de Tunas. Nesse dia nas proximidades de um riacho e rodeados por uma vegetação exuberante e variada, rezava-se a primeira missa, da qual participaram em torno de 50 pessoas, que acompanhavam o Pe. Balduino Schneider. Registros históricos assinalam que naquele ano o Sr. Emílio Germano Bieger, tornava-se o primeiro morador branco de Tunas. Ele possibilitou em novembro de 1952, a primeira atividade industrial: uma madeireira. O funcionamento da madeireira permitiu as tábuas e madeira quadrada para a construção das casas. Já no ano de 1953, o primeiro comércio é instalado e aberto pelo Sr. José João Hanzen. Tunas, teve este nome indicado pela colonizadora "Volksverein für Deutschen Katholiken" - Sociedade Popular para Católicos de Língua Alemã -, por aqui encontrar em grande quantidade o cactus dessa espécie.(5)

À luz de uma terra fértil e no bojo dos parcos instrumentos de trabalho - manuais - os primeiros colonos traziam o desejo indômito de melhorar de qualidade de vida. Na

coragem e no afoito da satisfação deste sonho realizável, homem, mulher e crianças, pela sua força de trabalho, adentravam verdadeiros clarões no meio do mato. Não tardava muito, e frutos suculentos eram colhidos. Estes constituíam a garantia da sobrevivência. A prática inicial de uma cultura de subsistência, trazia consigo a característica da propriedade inquestionável da produção. O pequeno proprietário rural, detinha os meios de produção, ou seja a matéria prima - terra, solo, sementes, etc. -, e os instrumentos de trabalho - animais de tração, enxada, arado, foice, carroça... -, logo, toda a produção para a subsistência bem como o excedente eram de sua propriedade. Sendo proprietário dos meios de produção, da força de trabalho, a produção era do agricultor. Isto lhe dava o direito de fazer com o produto excedente, o que melhor lhe convinha: trocá-lo por outros bens ou produtos em falta, ou mesmo trocá-los por moeda, via comércio que paulatinamente começava a emergir.

As relações sociais decorrentes desse processo de produção eram de auto-confiança relativa. Havia entre os agricultores um clima de euforia, de entre ajuda, de interação, apesar de limitados ao mundo da propriedade e ou da comunidade. Mais e mais roças iam surgindo. Crianças são geradas como garantia de mão de obra. Constantemente, mais e mais famílias chegam, atraídas pela saga de vencer na vida, impulsionadas também por aqui encontrarem uma forte intervenção católica, religiosidade que foi e continua sendo exercida pelos padres da Congregação dos Jesuítas.

Em 22 de fevereiro de 1954, 33 crianças acorriam à primeira escola. A primeira professora Senhora Helga Anschau, soube retratar dentro da sala, o rigor do tradicionalismo, a pressão moralista jesuítica e as relações de produção. Todo esse conjunto determinava a pedagogia e a prática disciplinar.

I.6 CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Vencidas as dificuldades iniciais de abertura das roças e primeiras construções, a estrutura das propriedades vai mudando e acena para um fortalecimento. São profundas as modificações que se fazem sentir tanto na realidade social quanto na econômica. Após alguns anos praticando uma agricultura voltada quase que exclusivamente para a subsis-

tência, ampliação das roças, comercialização da madeira, o agricultor começa a produzir um maior volume de excedentes. Podemos falar em:

“agricultura de subsistência quando a maior parte do produto agrícola é consumido dentro da comunidade produtora... Em geral, as comunidades estão incorporadas a uma economia de mercado e sofrem suas pressões” (Moser; 1985:45) (6)

Como já frisado anteriormente, a prática da produção para a comercialização não é estranha ao agricultor. Por meio dela os agricultores passam a firmar relações mercantis e, cada vez mais o comércio propicia e facilita a troca de produtos excedentes. Cada vez mais trocam-se os produtos excedentes pelo equivalente universal, dinheiro. Troca que é uma possibilidade que faz aumentar e alavancar a produção, enquanto que o dinheiro obtido, gera novos carecimentos, que com o mesmo podem ser satisfeitos. Esses carecimentos referem-se tanto a aquisição de equipamentos agrícolas, apesar de ainda primitivos e rústicos, construção de pocilgas, galinheiro, estrebaria, galpão ou até uma casa, quando a moradia ainda se dava num galpão; ele propiciava também a aquisição do tecido em metro para a confecção de roupas para o uso nos dias de serviço, ou até o traje domingueiro; também na cozinha e outras repartições da casa, começam a aparecer alguns novos equipamentos, panelas, talheres - sendo aos poucos substituídos pelos inoxidáveis - pratos e bacias começaram a substituir as tigelas de barro e ou gamelas de madeira; alguns mais ousados, até já compravam a farinha de trigo da espécie comum para misturar com a de milho na confecção do pão; material de limpeza e de higiene aos poucos também começa a fazer parte das compras, cera para o assoalho, embora ainda numa composição feita em casa, misturando-se parafina diluída com querosene; a querosene era também utilizada nas lamparinas que forneciam a luz nas primeiras horas ao escurecer, pois dormia-se cedo, para levantar cedo; também no setor de iluminação, as novidades chegam e passam a ser uma necessidade, era a vez do liquinho a gás, em suas diversas modalidades; também chegam as primeiras geladeiras que funcionavam à base de querosene...

A estrutura básica da produção segue guardando as mesmas características. É manual e com o auxílio dos animais de tração e se processa no círculo familiar. A demanda produtiva aumenta gradativamente em função da possibilidade da comercialização. Fato que altera as relações entre as famílias, cujo subjetivismo começa a tornar-se mais agu-

çado e o individualismo familiar toma as rédeas do produzir mais em detrimento do convívio e da entre-ajuda anterior. Logo nem as trocas de produtos entre as famílias, antes tão comuns, continuam acontecendo na mesma intensidade. A maior parte da ajuda em serviços passa a ser paga, a semente de algum produto ou pastagem, a simples rama da mandioca, as mudas de fumo, tudo é convertido em dinheiro, é capitalizado. Dessa maneira uma forma de comércio passa a ocorrer entre os próprios agricultores. E, quando o comércio impõe a sua necessidade e estrutura, provoca modificações nas relações sociais, que já não são mais cotadas na ajuda mútua ou prestação de favores, mas sim visando recompensa, visando benefício, visando lucro.

I.7 - A PEQUENA PROPRIEDADE

A configuração do relevo do terreno do extremo Oeste Catarinense caracteriza-se pela existência de acidentes naturais cuja delineação anatômica oferece um empecilho enorme para a mecanização. Além da Geografia, destacando ondulações íngremes, também se encontram grande quantidades de pedras tanto na superfície quanto no subsolo. Sendo inviável uma mecanização, as áreas de terras, quando demarcadas, em torno de 25 hectares em média, não possibilitaram a existência da grande propriedade rural, ou seja o latifúndio. Portanto destaca-se aqui a pequena propriedade e, como característica desta a diversificação das culturas. Os agricultores plantam pequenas quantidades de grande número de culturas, entre as quais podemos destacar: milho, soja, trigo, mandioca, feijão, arroz, amendoim, fumo, além da existência em cada propriedade de hortas e pomares, embora não delimitados especificamente como tais. Também em todas as propriedades, encontra-se a criação de galinhas, fornecendo ovos e carne, criação de porcos, fornecendo carne e banha, criação de gado, aproximadamente dez animais, constando obrigatoriamente de uma junta de bois, vaca de leite e terneiro destinado para o abate. O abate é feito à domicílio, trocando-se a carne com os vizinhos. Em algumas propriedades encontravam-se também patos, marrecos, gansos, perus, que além de ovos e carne forneciam penas para confecção dos acolchoados e travesseiros. Em toda esta produção o excedente era passível de comercialização.

A natureza, por sua vez, propiciava o equilíbrio ecológico entre seres daninhos e predadores naturais. Não se utilizava pesticidas de qualquer espécie, mesmo porque estes ainda não haviam chegado à região. Apesar dos clarões abertos na mata, para a abertura de roças, a diversidade da fauna e os seus predadores naturais garantiam uma relativa segurança às plantações. É óbvio que entre os agricultores também existiam os que se dedicavam à caça, tanto de animais terrestres quanto de aves de pequeno porte, que em sua grande maioria eram utilizados como alimento familiar. No entanto o grande destaque das propriedades da região era e ainda é a fertilidade de seus solos. Daí porque se justifica aqui o dizer “em se plantando dá”. Esta retribuição do solo, sua fertilidade, permitiu o plantio por longos anos sem ser necessário a adubação. Fator que fez e influenciou para que os agricultores se jogassem com maestria, arrojo, coragem e empenho em preparar a terra para o plantio, pois sabiam que a retribuição e compensação viria em forma de frutos e colheitas fartas, para os parâmetros regionais.

No entanto, a fertilidade do solo, o arrojo do agricultor proprietário, a luta quase obstinada de produzir não só para a subsistência mas de ter um excedente passível de troca por outros bens materiais, a disponibilidade de mão de obra - grande número de filhos -, estava por aguçar as narinas do capitalismo mais sedento. Empresas agroindustriais, plantavam interesseiros olhares na direção dessa região. De uma forma ou de outra era necessário e, hora de a forma produtiva capitalista, exercer um poder maior de domínio e de uma forma mais intensa, sobre essa parcela da população que, em algumas de suas atividades estava dando certo. A implantação de um sistema latifundiário estava fora de cogitação, pelo próprio capital, devido aos acidentes geográficos. Outra modalidade de domínio e de exploração dessa mão de obra, dessa riqueza do solo, do aumento crescente dos carecimentos, e a conseqüente necessidade de satisfazê-los, levou e induziu o capital a tomar a sua decisão. Essa decisão viria a preencher um vazio do próprio capital. Tornara-se uma necessidade das agroindústrias terceirizar a obtenção da matéria prima. O significado real da terceirização ligava-se a dois fatores básicos: garantir a própria sobrevivência e potencializar a obtenção de lucros via aumento da exploração da mais valia. Objetiva-se a criação de formas para submeter as condições de vida do pequeno agricultor, transformando-as basicamente em forças industriais.

Uma das formas encontradas de convencimento e “sedução” do agricultor, foi a utilização dos apêndices estaduais, ligados ao setor da agricultura. Foi assim que o psitacismo de técnicos da ACARESC, hoje EPAGRI, verdadeiros tentáculos do capital, se constituíram em um canal de uma mais rápida extinção ao sistema de produção aqui instalado. O discurso retórico, vinha entulhado de idéias da morte da forma de produção agrícola tradicional, enquanto disseminava propostas de modernização na propriedade e nas formas de produzir. A ACARESC foi criada na década de 50 e, a partir dos anos 70 começou a prática de um programa educativo, cuja linha mestra está calcada num modelo norte-americano. Esse programa - 4H nos Estados Unidos - transpôs-se para o Brasil, ficando conhecido como “Clubes 4S”: Saber - Head; Sentir - Heart; Servir - Hand; e Saúde - Heatcth. A ACARESC, também via os Clubes 4S estendeu-se como um verdadeiro canal de conquista junto aos agricultores, estimulando-os para presenciarem reuniões informativas. Executavam um vasto e variado programa de concursos, como forma de estímulo para novas experiências produtivas nas propriedades. Era significativa a distribuição de premiações bem como a participação em excursões de visitas à propriedades consideradas “modelo” em outras regiões e até mesmo outros estados. O interesse na modernização agrícola e agro-industrial, extrapolava pois os interesses nacionais. As multinacionais produtoras de fertilizantes, máquinas agrícolas, sementes e produtos veterinários marcam decisiva presença na mudança do processo produtivo.

Na esteira do sonho de melhorar a propriedade e de produzir mais, o agricultor perambula pois entre um envolver incitado a um envolver negociado e ou cooptado. A integração era e ainda é para um grande número de pequenos agricultores um grande impasse, um gigantesco dilema diante da não existência de alternativas concretizáveis, que lhe sejam mais viáveis.

I.8 - A PEQUENA PROPRIEDADE INTEGRADA

Surpreendidos e muitas vezes desprevenidos, sem ter a quem recorrer para certificar-se das informações passadas pelos técnicos, o agricultor sucumbe, diante de argumentos que sequer compreende. O enlevo diante da perspectiva de um trabalho mais fácil mais lucrativo remove os últimos resquícios de resistência. Era o milagre econômi-

co brasileiro, trazendo o milagre do lucro fácil e bem maior para o agricultor. Década de sessenta. Os primeiros aviários são erguidos, por entre o sorriso ingênuo do agricultor e o olhar perverso de dominação e exploração acirrada de mais valia que se aproximava. A euforia dos primeiros lotes de frango, em aviários de cem metros de comprimento e com capacidade para doze mil frangos, num misto de perplexidade, são motivo para mais um, mais outro, e mais e mais... Os primeiros resultados, propícios, sem dúvida, não permitem nem de longe uma análise do potencial de intervenção que se quis e se estabeleceu. Aqui convém ressaltar que a intervenção, substituindo a produção de porcos pela de suínos, na Região, é bem anterior. Ela começou com a introdução das raças DUROC, LARGE WHITE e LANDRASSE, por estas raças apresentarem um maior valor comercial e um maior potencial produtivo de carne em relação ao porco preto, comum ou tipo banha. Sobre essa introdução, já tratamos anteriormente.

À medida que o modelo se expande, começa a revelar verdades e condições não esclarecidas anteriormente. Outras faces, outras decorrências, outros envolvimento passam a exigir do agricultor, um novo ritmo no executar das atividades diárias. Feriados e domingos, antes religiosamente guardados e respeitados, tornam-se agora um dia comum de atividade. O trato, tanto do frango quanto do suíno, são tarefas diárias. Uma nova postura, um novo posicionamento se faz necessário, um novo homem precisa ser construído. Novas normas de conduta, novos conceitos são incorporados, enquanto outros perdem o sentido, são postos em dúvida e perturbam o modo de vida, pacato e perdido na mesmice até então. Mudanças profundas ocorrem nas relações familiares e sociais. Profundas são também as mudanças nos costumes, na saúde física e mental. Há novos carecimentos e novos envolvimento.

A implantação na região do Sistema de Integração nas suas mais diversas faces, implica na instalação de um novo paradigma produtivo. São intensas as modificações, que atingem não só a materialidade, mas passam a ter profundas repercussões na subjetividade do agricultor, afetando toda a sua forma de ser. A dimensão e o significado destas mudanças, bem como as conseqüências tanto no campo teórico quanto no empírico podem e devem ser visualizadas em toda a sua extensão e profundidade. A medida que a integração se expande, ou que o capital avança, o modo de produção para a subsistência vai sendo destruído ou reorganizado, tanto nos aspectos tecnológicos - engenha-

ria genética -, redimensionamento do tempo e do espaço, bem como técnicas e métodos de produção. Às atividades e produção, quase que exclusiva para o autoconsumo, impõem-se a partir de então uma produção mercantil, ou seja passa-se a produzir cada vez mais para o grande mercado consumidor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) WIGGERS, Terezinha. Levantamento de Dados do Município de Itapiranga, Datilog., 1969.
- 1) Jornal o Estado, de 27.10.1976, p. 17. Cinquentenário de Colonização.
- 1) ROHDE, F. Maria. Beitrag zur 25 Jährigen Geschichte der Volksverenskolonie - Porto Novo: Wie eine Frau eine Urwaldsiedlung Wachsen sah. Tipografia do Centro S.A., Porto Alegre. O ano de edição desse livro não consta mais nos exemplares 3 exemplares vistos em Itapiranga, por lhes faltar a capa. Existem articulações no sentido de que seja feita uma reedição desse livro, inclusive uma com tradução para a língua portuguesa, pela equipe de redação da revista Paulusblat, revista editada na língua alemã, criada em 1927, com o objetivo de relatar e servir de material de informação da Volksverein.
- 2) SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980, p. 23.
- 3) FREDERICO, A. Produção de leite e integração dos produtores na cadeia agro-industrial: O caso dos produtores ligados à Nestlé. Belo Horizonte: Dissert. De Mestrado., UFMG, 1979.
- 4) GRAMSCI, Antônio. A questão meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p.63.
- 5) Arquivo histórico do Colégio Estadual Pe. Balduino Rambo.
- 6) MOSER, Anita. A nova submissão. mulheres da zona rural no processo de trabalho Industrial. Porto Alegre, Edições Paz e Terra, 1985, p. 45.

CAPÍTULO II

II.1 - A ESTRUTURAÇÃO PARA UMA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Certo é que a aliança ou a implantação da terceirização, via agroindústrias, no meio agrícola do Oeste Catarinense não pode ser visto como algo estanque e muito menos separado de uma realidade maior, pois significa a inserção do agricultor num contexto maior e a conseqüente necessidade de expansão das relações de produção dominantes em nossa sociedade. Uma série de fatores precisam ser analisados. Dentre outros destacamos:

II.1.a - MÃO DE OBRA

A mudança conceitual e prática é significativa. Produz-se a desestruturação de formações pré-capitalistas, com uma absorção clara da mão-de-obra e o conseqüente controle de grande contingente de trabalhadores. Uma forma de impor com sucesso a operacionalização dos mecanismos de extração de mais-valia, através de novos esquemas organizacionais: a terceirização. É ela uma das opções da acumulação capitalista apresentando como pressuposto básico a proletarianização da força de trabalho, com o intuito de explorá-la mais e melhor. No caso das agroindústrias torna-se inviável o deslocamento dos trabalhadores e a infra-estrutura para produzir suíno e frango para a cidade, daí a opção pela manutenção dessa mão de obra no campo, deslocamento para lá os equipamentos, a tecnologia e a organização industrial. Dessa forma viabiliza-se a realocação industrial. Ao fugir da concentração urbana, encontram-se mais facilidades para evitar problemas com concorrência. Encontra-se uma força de trabalho com certa habilidade historicamente construída e por outro lado a inexistência de uma organização sindical como classe operária. A subordinação histórica e estrutural da força de trabalho no país, determinou e continua determinando a fragilidade das mobilizações e lutas políticas dos agricultores na busca de melhorias de suas condições de vida. De certa forma esta subordinação põem-se como a possibilidade da continuidade do modelo de produção em propriedades familiares. Ato contínuo, permite o aumento da produção sem o conseqüente aumento dos custos de produção. É o que mostra a gradual implantação da mo-

dernização tanto de máquinas e insumos, quanto o melhoramento genético dos plantéis de suínos, frangos e sementes, presentes em nossa região.

Ao capital nunca importou que determinada população desempenhasse determinado trabalho, o que lhe interessa é a produção, fruto da exploração da força de trabalho. Em função disso pode-se afirmar que ao capital a força de trabalho não é a população, mas a sua capacidade de trabalho. Historicamente o capital explorou tanto a força de trabalho de homens, mulheres e crianças, embora em certos momentos tenha priorizado uma ou outra. O maior ou menor aproveitamento de alguma dessas variáveis lhe convinha por lhe possibilitar o aumento da extração da mais-valia, via pagamento de salários mais baixos, ou mesmo pela característica desta força de trabalho como possibilidade de ser submetida a maiores níveis de exploração.

II.1.b - O TRABALHO DA MULHER E INFANTIL

Na tradição histórica da submissão, encontramos a mulher. E, no esquema da integração ela exerce uma função primordial. A mulher do agricultor sempre trabalhou muito. Ela estava e está inserida num tipo de economia na qual a família constitui-se a unidade produtiva e, por isso mesmo ela e as crianças participavam e participam ativamente das atividades agrícolas em geral. Raramente no entanto, seu trabalho era e é considerado produtivo. A sua condição social a mantinha e ainda a mantém inferior ao homem. A situação de submissão da mulher agricultora e também das mulheres de forma geral, é muito bem expressa por Gianni ao afirmar:

“Quanto mais profunda a insegurança, a dúvida sobre o próprio valor, tanto mais profunda a ânsia de se conformar com o modelo imposto, tanto maior esforço e atenção para compreender aquilo que os outros desejam de nós, para nos confirmar às suas expectativas: quanto maior a conformidade, tanto maior a segurança de ser amado e aceito” (Bellotti; 1979:10) (1).

A integração da mulher agricultora, ativamente no trabalho de produção de frangos e suínos, aliás este era um argumento usado pelos técnicos para a conquista de integrados, configura-se como uma duplicidade de compromissos. Ela continua com o serviço do lar, cuidando da família, mas também adere ao trabalho produtivo. Muitas vezes pela situação de submissão esta atividade produtiva assume características de comple-

mentaridade. Assim a integração é também, motivo para um maior incremento na força produtiva, ao inserir um expressivo contingente feminino e mesmo infantil no mercado de trabalho. Quando incorporados no mercado de trabalho, a força de trabalho feminina e infantil, ocorre uma mudança na estrutura produtiva. Ao explorar a força de trabalho da mulher e das crianças, mesmo que ocupadas em tempos parciais, novas e mais complexas articulações a nível de consciência de classe são postas. Se a consciência de classe sofre já dos dissabores originários da heterogeneidade vivida no setor produtivo e na vida social, tanto na esfera material quanto na da subjetividade, ela agora, além da relação entre indivíduo e classe implica na relação entre classe e gênero.

Convém no entanto destacar o surgimento da mudança no modo de pensar e de agir dos agricultores com relação ao trabalho feminino e infantil e o seu uso diretamente nos mais diversos setores produtivos. Para isso é importante destacar que nas propriedades integradas - frangos e suínos - ou mesmo naquelas onde existe uma maior possibilidade de mecanização agrícola, crianças e mulheres são cada vez menos solicitadas para participarem desses trabalhos. Não significa no entanto, uma retirada completa, pois existem ainda trabalhos que são considerados essencialmente e tradicionalmente femininos, como por exemplo, tirar leite e cuidar da horta.

II.1.c - UMA FORMA TERCEIRIZADA DE PRODUÇÃO

A integração é hoje caracterizada como forma terceirizada de produção. Uma forma de produção que encontra parâmetros na própria gênese do capitalismo. Seu berço remonta aos séculos XVI a XVIII, período em que se deu ênfase à indústria doméstica. Naquela época, as famílias, sem se desligarem da terra passavam a produzir mercadorias para os “capitalistas” recebendo em troca pagamento. A família inteira, incluindo os filhos menores, ajudavam ativamente no trabalho, sem no entanto se desligarem totalmente de práticas agrícolas. Esta forma produtiva na época foi abolida, porque as terras foram cercadas, os artesãos faliram o que ocasionou um acréscimo significativo de mão-de-obra disponível nos centros urbanos. Hoje o processo novamente se inverte. A relocalização é fundamental e estratégica para aumentar a acumulação de lucros e a própria sobrevivência das empresas.

Nesta realocização entra um outro fator importante; na avalanche criadora de novos municípios, ou em fase de criação, têm-se como sinônimo de progresso e de competência do chefe do executivo o trazer indústrias ou processos produtivos industriais. Para alcançarem seus intentos muitas vezes os líderes eleitos, fazem quase que leilões de incentivos fiscais e financeiros. Estes vão desde a isenção de impostos até o subsídio de terrenos ou áreas de terra para a localização dos parques industriais. Outro fator relevante na realocização industrial é a conseqüente transposição de tecnologia e ciência para regiões rurais. Isto permite uma diminuição de grande parte da diferenciação de cidade e campo, principalmente na modificação das noções de tempo/espço.

A tecnologia produtiva, organizacional e regulamentar de trabalho, que acompanha a agroindústria, propaga o urbanismo trazendo em sua esteira tanto malefícios quanto benefícios. A indústria moderna que se faz acompanhar dessa propagação já não tem mais como norma de funcionamento a instalação num tipo particular de área.

Para integrar-se no novo modelo produtivo, o agricultor, necessita reconstruir suas atitudes, suas ações, seu modo de relacionamento com o mundo, seu conceito de mundo, seus dogmas, suas verdades e concepções. Ele terá que ser reconstruído como um homem novo e diferente, para um mundo adverso do seu até então. A construção começa muitas vezes antes do fechamento de um contrato formal. O contrato formal que se estabelece entre o integrado e o agro-industrial determina o tipo de matéria prima que o primeiro irá produzir. A matéria-prima produzida será vendida com exclusividade para a agroindústria com a qual tem o contrato. O compromisso da agroindústria é com o fornecimento de insumos, a assistência técnica e, hoje em alguns casos, a facilitação do financiamento de instalações necessárias. Além da compra dos equipamentos o produtor integrado precisa investir, com auxílio de empréstimos bancários, na construção de benfeitorias, como: chiqueiros, aviários esterqueiras, estrebarias, etc. É nesses casos que muitas vezes as agroindústrias passam a ter uma participação mais direta, intermediando a relação banco e produtor integrado. A agroindústria garantindo a compra da produção a um preço mais ou menos estável, evita pelo menos de forma aparente, que o produtor integrado que contraiu o empréstimo fique de repente sem recursos para cobrir a dívida. Os produtos como ração, concentrado, leitoas e re-

produtores financiados diretamente com a agroindústria, são descontados do produtor integrado ao final de cada safra ou lote criado de animais.

II.1.d - A FORMA DE PAGAMENTO

Quanto a remuneração, ou melhor a distribuição de “lucros” ou “sobras”, a variação, a incerteza, a inconstância são presença marcante. O cálculo é feito pelas empresas sem a participação do agricultor. Elas fazem uso de um processo ou “fórmula européia” e, segunda ela, os fatores básicos ou as variáveis consideradas são: mortalidade, conversão, peso e tempo.⁽²⁾ Este último, considerado desde o recebimento até a entrega. Vários órgãos sindicais, mobilizam os diversos segmentos da integração, avicultores, suinocultores, fumicultores, a travarem constantes campanhas de reivindicações com as agroindústrias, na tentativa de obterem um retorno financeiro mais condizente com o volume de trabalho despendido, com a quantidade e a qualidade de matéria-prima produzida e entregue. Diversos assessores dos integrados traçam paralelos entre os custos de produção, desde a necessidade da aquisição de insumos, implementos agrícolas, a depreciação das instalações, a necessidade de investir em bio-esterqueiras - suinocultores -, como forma de proteção ambiental, a aquisição de máscaras - fumicultores -, o tempo de trabalho necessário e gasto na plantação ou nos cuidados na e com a criação.

No entanto para os produtores integrados, calcular a renda somente do produto integrado, digamos o suíno é complicado e praticamente inviável. O fato é que em sua propriedade, a produção dos diferentes produtos está interligada. Assim, o milho produzido é consumido pelos suínos, o esterco do suíno aduba a lavoura de milho e das pastagens para o gado. Vender o suíno possibilita a aquisição da semente de milho, bem como a de outras culturas. Permite também a aquisição de implementos agrícolas necessários e facilitadores de serviço. Na avicultura o processo é semelhante. O esterco do aviário é peneirado e uma das partes separadas, aquela que contém maior quantidade de ração é tratada para o gado, tanto o da propriedade ou vendido para outros produtores. Especialmente o esterco peneirado é tratado para o gado de leite e o gado que fica semi-confinado para a engorda e posterior abate. A parte mais “grossa” do esterco de frango é vendida ou usada na própria lavoura de milho, nas pastagens ou outras culturas. A interligação produtiva dos diversos produtos torna a apuração final do cálculo extremamente

complicada e não imediata após o lote. Na verdade os produtores integrados não vêm porque fazer o cálculo específico de cada produto, já que tudo está na mesma propriedade e na maioria das vezes converge para um mesmo caixa.

Tendo como parâmetro o argumento dos produtores integrados, de que a propriedade é uma unidade produtiva e funciona como um todo, é possível suportar em alguns períodos o baixo preço do kg de suíno (R\$ 0,71) e a do frango (R\$ 0,16 a unidade). Tendo R\$ 0,16 por unidade, o integrado considera-se satisfeito. Num lote de doze mil frangos isto significa receber R\$ 1.920,00, da agroindústria. O integrado tem certeza que em ou por 46 dias de trabalho, não há atividade agrícola que lhe forneça este valor ou retorno. O dinheiro obtido com a venda do esterco, cobre geralmente as despesas com maravalha, usada na cama do aviário, luz e gás ou lenha, usados no aquecimento nas épocas de clima frio. Por outro lado o produtor integrado sabe muito bem que desligar-se da agroindústria não lhe garante o poder de negociar ou mesmo fixar o preço para a sua produção.

O produtor integrado que contraiu financiamento, quita-o com raras exceções, gradativamente a partir da renda obtida. Logo, o financiamento de máquinas, equipamentos, benfeitorias, matrizes e reprodutores, a própria terra recuperada pela adubação orgânica, passam a ser considerados investimentos que permanecem na propriedade, e por isso também passam a ser considerados como lucro. Ele considera lucro cada vez que consegue melhorar as instalações e adquirir equipamentos automatizados para os aviários, ou facilitadores de serviço nos chiqueiros, como bomba esguicho, máquina para pintura a cal, misturador de ração, etc. Nesses casos, embora seja difícil quantizar, mas concretamente eles significam mais tempo de lazer, menos ocupação de mão de obra da mulher e infantil, maior possibilidade de os filhos poderem estudar. A instalação, por exemplo dos bebedouros e dos comedouros inteiramente automatizados nos aviários reduzem o tempo de dedicação e de serviço, à meia hora por dia em média. É considerado pelos integrados no sistema de frangos, como uma das grandes conquistas, pois antes levavam de 6 a 8 horas de trabalho por dia no aviário, quando ainda, a instalação da água era pelas calhas. Eram necessárias 48 calhas, que precisavam ser limpas duas vezes ao dia. Esta limpeza se fazia ou ainda se faz necessária, porque os frangos ao beberem a água trazem presas ao bico partículas da ração que caindo na água provocam a fermentação. O co-

medouro automatizado também é altamente favorável, pois os comedouros do tipo tubular em número de 320, precisam ser abastecidos manualmente tendo que o produtor deslocar-se por entre os frangos, o que não é muito recomendado além de ser feita com dificuldade e vagar. A capacidade de cada tubular é de 20 kg de ração. Se estiveram vazios significa distribuir 6.400 kg de ração o que equivale a 106,5 sacas de 60 kg. Um lote de frangos machos consome em torno de 48.500 kg de ração; um lote misto, aproximadamente metade macho e metade fêmea, consome 46.000 kg e o de fêmeas em torno de 45.000 kg - consumo, considerando-se uma permanência média de 46 dias.

Nos primeiros dias do lote o abastecimento do tubular precisa ser feito mais ou menos de 3 em 3 dias, mas na última quinzena os tubulares precisam ser abastecidos diariamente. Isto não quer dizer que eles estejam completamente vazios. Mas para que isto não aconteça e para que não tenham que carregar muita ração de uma só vez, o fazem diariamente. Está aí uma das grandes vantagens dos comedouros automatizados. Além de diminuir sobremaneira as horas de serviço, estes equipamentos potencializam os lucros por possibilitarem um frango mais uniforme. Colocam à disposição água de melhor qualidade, e acesso mais uniformizado à ração. O fator tempo dentro da integração, tem uma relação direta com a tecnologia usada. Quanto menor a tecnologia de equipamentos e instalações, maior o volume de serviço a ser despendido. Por conseguinte, quanto maior a tecnologia nos equipamentos, nas instalações, nas formas organizacionais, menor e mais fácil o serviço e maior a padronização da produção.

Existe ainda uma série de outros elementos que precisam ser incluídos no rendimento. Um deles é o desvio de parte da ração ou de parte do concentrado. Embora não autorizada pela agroindústria, isto acontece com certa normalidade. Partes de ração, tanto na integração de frangos, quanto na de suínos, são desviados para o trato do gado, porcos ou galinhas. Esse desvio é controlado para que não seja de forma exagerada e os próprios técnicos costumam fazer uma “vista grossa”, diante desse fato. Também ocorre alguma venda de suíno, ou frango, no mercado paralelo, ou como eles dizem “por fora”. Para fechar o controle numérico, os animais vendidos “por fora” são registrados como eliminados ou mortos por doença. Para os integrados na UPL - Unidade Produtiva de Leitões -, o descarte das criadeiras e reprodutores velhos, pelo fato de serem dono dos mesmos, fazem a sua revenda algumas vezes para açougueiros, o que em si não caracteriza desvio,

pois seu compromisso com a agroindústria é com a entrega dos leitões. Outra vantagem considerada expressiva pelos integrados é o fato de que os técnicos ou o veterinário, também ser questionado sobre problemas com outros animais, o que em inúmeras vezes poupa o trazer alguém de fora e pagar as despesas para tal. Também os remédios e desinfetantes deixados na propriedade para o produto integrado são regularmente utilizados para outros animais ou outras instalações.

Portanto é preciso frisar e insistir novamente que para o produtor integrado, o rendimento da integração é pois o somatório das vantagens dessa inter-relação e interdependência das diversas culturas e produtos produzidos na propriedade.

Para o produtor integrado, a idéia de um endividamento constante e eterno não encontra argumentos sólidos. Para os suinocultores integrados na UPL - Unidade Produtiva de Leitões - estar devendo ração, concentrado, criadeiras e reprodutores para a agroindústria, não significa uma relação de dependência que não possa ser saldada a qualquer momento. Nenhuma agroindústria permite o início da integração na UPL, financiando ao produtor 50 ou 100 matrizes e 2 ou 3 reprodutores. A entrega de criadeiras e seu financiamento é normalmente em quantias menores. Ocorre de forma crescente e gradativa. Digamos 10 no mês de janeiro, 7 no mês de julho, 12 no mês de dezembro e assim gradativamente. Ao integrado é dada a oportunidade de pagar a criadeira com a primeira ninhada de leitões por ela produzida. Assim por exemplo um criador que está na UPL a 3,5 anos está hoje com 95 criadeiras e 4 reprodutores, devendo para a agroindústria aproximadamente 27 criadeiras. É uma dívida que ele pode quitar a qualquer momento. Nos aviários e terminação de suínos os processos são similares.

A agroindústria fornece os pintinhos de um dia, ou os leitões numa média de 25 kg, fornece a ração, assistência técnica/veterinária, bem como a medicação necessária. Quando os animais estão prontos para o abate, são recolhidos, descontadas todas as despesas e, o integrado recebe o lucro ou renda. A partir desse momento não existe mais nenhuma relação de dívida para com a agroindústria. A relação começa a se reestabelecer quando do recebimento de novo lote. O que existe por parte de alguns integrados são dívidas junto ao setor financeiro de bancos, para investimento no melhoramento das construções, instalações e aquisição de equipamentos mais modernos. Mas como é di-

nheiro para investimento e concretamente a construção existe, a instalação foi feita, o equipamento foi adquirido, tudo facilitando os serviços, prometendo lotes mais uniformes, prometendo potencializar os lucros, os integrados não vêem esta dívida como algo impagável.

Para os integrados no setor de frangos dos quais se exige um elevado investimento inicial, pela construção do aviário e aquisição dos equipamentos necessários, com raríssimas exceções ocorridas até hoje, o produtor vendeu ou teve que vender o aviário, por não conseguir quitar as prestações do financiamento. Os casos ocorridos são debitados e atribuídos pelos demais integrados muito mais ao “relaxamento” do produtor do que à agroindústria. Já para os integrados na suinocultura, inicialmente as agroindústrias aceitavam as instalações que quando agricultores produtores, já possuíam. Estas vão sendo ampliadas a medida que a renda permite. Logicamente existem integrados, tanto de frangos quanto de suínos com financiamento bancário a ser quitado, mas em prestações, e, pagáveis para a grande maioria. Mas muitos deles também têm as instalações básicas totalmente quitadas. Existe inclusive um quase consenso entre os agricultores de que “ter dívida é bom”. Ela motiva para mais capricho e evita esbanjamento em festas, clubes, etc.

Então, como não é a relação de dívida que mantém a relação de integração e a coação também não é a melhor solução, a integração continua sendo mantida via uma relação de “confiança”. O mesmo elemento essencial que já estava estabelecido na relação agricultor e comerciante. Certamente é em nome dessa “confiança” uma espécie de jogo de mútuas obrigações, que a empresa tolera esticar prazos de pagamento, tolera desvio de medidas de medicamentos e de partes da ração e do concentrado para outros animais da propriedade, bem como tolera a própria venda de animais no “mercado paralelo”. À relação de “confiança” é preciso acrescentar o fato de que a descapitalização geral dos pequenos agricultores é fator relevante na manutenção da continuidade da relação. O integrado de frangos, de suínos, nas modalidades UPL, e terminação não dispõe de suficiente capital de giro para bancar sozinho os custos da produção. Custos que vão desde a aquisição da ração, pintinhos, criadeiras, leitões, seu transporte, assistência técnica, pesquisa genética, medicamentos, etc. É esta sim, a maior fonte alimentadora da relação de dependência, segundo os próprios integrados, problemas cujas causas e conseqüências não

se podem debitar exclusivamente nem à agroindústria nem ao sistema de integração, mas certamente à falta de uma política agrícola séria, definida e materializada.

II.1.e - O COMPROMISSO DO AGRICULTOR INTEGRADO

O compromisso do agricultor é em primeiro lugar, aceitar os rígidos padrões técnicos, o controle periódico e sistemático da produção e a entrega incondicional de toda a produção para a agroindústria com a qual firmou contrato. O mecanismo de controle é exercido através de visitas e fiscalizações periódicas dos técnicos da empresa junto às propriedades. São oportunizados cursos de treinamento. Um eficiente esquema de ameaças e punições, mescla-se com o de premiações e méritos. Programas via rádios e ou festas de final de ano, servem para homenagear e premiar os mais “competentes”, o que corresponde por outro lado à punição aos menos compromissados com a empresa. De certa forma, ao se comparar o resultado, ou se homenagear os mais bem “sucedidos”, motiva-se e estimula-se o individualismo. Diante das condições favoráveis do estímulo ao individualismo e subjetivismo exacerbado, cria-se na prática da convivência um enorme retrocesso. Sua consequência mais direta põem-se como dificuldade de sindicalização. Constitui-se ameaça a uma ação sindical mais combativa, por enfraquecer o próprio sindicato, torná-lo um sindicato “pelego”, ou mesmo condená-lo à extinção.

Também o agricultor integrado precisa comprometer-se (por força de cláusula do contrato formalizado) de que os pintinhos recebidos de um dia, tenham após um consumo de determinado volume de ração, e ainda num determinado número de dias, um pré-determinado peso e então seguir para o abate. Formas idênticas, aplicam-se na produção de leitões, no término do suíno, para o tamanho a cor e qualidade das folhas de fumo. Dessa forma, e nesse esquema a agroindústria pode programar-se quanto a recepção da matéria prima diariamente. Com uma programação rigorosa, não corre o risco de enfrentar possíveis problemas com abastecimento.

Aos agricultores vendeu-se desde o início a imagem de que uma vez integrado terá a colocação de sua produção garantida. Concretamente, quando o controle da produção dos integrados e toda a programação está nas mãos da agroindústria, isto tem se tornado

verdadeiro. Mas segundo observação dos próprios integrados, quando o controle dos produtores de uma região é entregue a um comerciante, o integrado corre o risco de não conseguir vender a produção. Este fato está sendo registrado na Região, com relação aos integrados de uma agroindústria e particularmente os criadores de leitões. Neste caso e, ainda segundo os integrados, entram em cena outros fatores, inclusive político/partidários constituindo-se a relação comerciante/integrado numa espécie de paternalismo protecionista extrapolando as relações comerciais. Este fato torna ainda mais difícil a colocação da produção dos não integrados, além de outros dois motivos básicos: a sua baixa produtividade, por acarretar mais despesas na recolha e a não inclusão na programação da recepção.

II.1.f - A PROXIMIDADE COM TECNOLOGIAS PRODUTIVAS E GENÉTICAS

Apesar de continuar basicamente atado às atividades manuais, o novo homem agricultor integrado, terá também contato com altas tecnologias de produção de sementes, com a sofisticação da engenharia genética, com adubação química, com técnicas produtivas mais modernas. Tem agora o compromisso de executar um maior número de atividades intelectualizadas de controle, de organização, de absorver novos conceitos, de absorver e executar ordens de cunho mais complexo. Tudo isso leva-o a criar um conjunto de novas estruturas que vão sendo absorvidas e adotadas gradativamente. Vale aqui dizer que o produtor integrado é um dos grandes responsáveis pela evolução e pelos resultados favoráveis das constantes pesquisas que se fazem necessárias para que a agricultura acompanhe a mutação constante do mercado consumidor. É ele, na sua pequena propriedade e com seu abnegado e dedicado trabalho quem testa, sugere e ajuda a decidir sobre a potencialidade de determinada variação genética, tipo de instalação, composição da ração, produtividade e possibilidade de competitividade. É interessante e significativo o relato dos produtores integrados sobre o seu espanto, quando das primeiras visitas recebidas pelos técnicos, convidando-os para a integração. Contam eles que no desenvolver da fala, a apresentação das vantagens muito mais se pareciam com gozações ou brincadeiras. Enfatizam que a vontade mesmo era de rir diante do tamanho das "inverdades" que estavam sendo ditas. Quando lhes diziam que um porco estaria pronto para o abate em seis meses - hoje 4 a 5 meses - , que os leitões poderiam ser desmama-

dos com 25 a 30 dias - hoje os desmame ocorre entre 18 e 23 dias, optavam muitas vezes pelo silêncio contemplativo por acharem feio rir “do homem”. Para eles, porco era vendido para o abate com a idade de 1,5 a 2 anos, o desmame do leitão após 60 dias.

Particularmente, lembro-me muito bem do dia em que um técnico da ACARESC, setor Itapiranga, fez uma visita convidativa ao meu pai. Ela ocorreu no mês de janeiro de 1973. Sentávamos na sombra de um cinamomo após o meio dia tomando chimarão. O técnico esforçava-se para convencer o meu pai a construir um aviário de 100 m com capacidade para 12 mil frangos. Ao argumentar elencando vantagens, referiu-se ao tempo necessário para fazer um lote. Disse ele que o frango, após 60 dias teria um peso médio de 2,5 kg - hoje com 46 dias - foi o suficiente para meu pai balançar a cabeça e diante do absurdo que acabara de ouvir, exclamar: “só se acontecer um milagre”. A galinha caipira para chegar a este peso levava e ainda leva uma média de 120 a 150 dias. Sem o “milagre divino” mas lidando pela primeira vez com moderna tecnologia genética, o fato é que no dia 22.09.73, 12 mil pintinhos de um dia eram alojados no aviário de 100 m. Sessenta dias após meu pai entregava o primeiro lote de 12 mil frangos com um peso médio de 2,5 kg.

II.1.g - UM AGRICULTOR COM PODER DE DECISÃO

Os integrados produtores lidam com matéria prima viva, ou material biológico, sujeito constantemente às variações climáticas. Além das interferências zôo e fitossanitárias, os integrados estão constantemente com sua atenção voltada para qualquer alteração nos animais. Isso exige um razoável volume de conhecimentos referentes às variações do clima. Implica num conhecimento acentuado sobre o comportamento normal ou não dos animais, sobre o tipo de medicação necessária para uma ou outra situação. Esse conhecimento torna-se necessário e imprescindível porque, apesar de garantida a assistência técnica, esta nem sempre tem acesso imediato. A espera pelo técnico ou veterinário ou a sua demora pode significar a morte e a conseqüente perda de animais. A morte de um leitão, suíno ou frango dentro de um lote de duzentos leitões, trezentos ou quatrocentos suínos, seis ou doze mil frangos, não pode ficar só pela morte. Precisa ser investigada pois, caso se tratar de doença contagiosa, medidas e providências rápidas precisam ser tomadas. Vale destacar então que, ao estarem em condições de fazer estes

diagnósticos os produtores integrados deixam de ser um simples trabalhador agrícola, ele passa a ser um produtor especializado. A acumulação de conhecimentos pelo desempenho tradicional no decorrer dos longos anos de suas atividades, avalizam esta especialização. Precisam ser considerados uma força de trabalho qualificada, por incorporarem à sua produção um padrão de qualidade garantida. São produtores especializados, por reunirem competência produtiva, um significativo nível de planejamento, de vigilância, e reunindo a sua experiência às técnicas produtivas e formas genéticas, proporcionam um volume de alimento sem o qual o mercado das carnes sofreria um grave revés. Esse novo potencial do produtor integrado, será abordado mais detalhadamente, no tópico: A Reorganização Econômica.

II.1.h - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS INTEGRADOS

Um dos fatores que influenciaram a concretização do Sistema de Integração na Região, foi o fato de que uma das tradições trazidas pelos pequenos produtores rurais europeus, descendentes de alemães e italianos, haverem praticado lá estas culturas. Para estes agricultores imigrantes, criar suínos, lidar com galinhas e vaca de leite, tornou-se uma atividade importante. Consideram-na como um valor cultural. Uma atividade que passa a tornar-se uma espécie de identificação, um motivo de orgulho, uma marca de consideração. As agroindústrias, descobrindo este potencial presente nestas tradições, aproveitaram o conhecimento da experiência e a vontade quase que “vocacional” de produzir a matéria prima carne, a partir de animais domésticos. As características como: ser caprichoso com a lavoura e com a criação, manifestar uma rigidez cultural, praticar normas morais inquestionáveis e manifestar uma dedicação religiosa destacada pelo temor a superiores, o que implica numa tendência à dominação fácil, facilitaram a opção do agro-industrial pela concretização da integração na região. A dedicação abnegada, o capricho na lavoura e com a criação, tem permitido aos agro-industriais, relativa facilidade para estabelecer os parâmetros para selecionar os agricultores produtores, candidatos à integração. A seleção torna-se necessária para a agroindústria, porque de fato não há vaga para todos e porque a racionalidade presente na produção capitalista é concentrar maior volume de produção em um menor número de integrados. Vários são também os critérios de seleção de ordem material e moral. Considerados fundamentais: ser pequeno proprietário rural; apresentar uma razoável estrutura e organização na pro-

priedade; a distância da propriedade à agroindústria (3); uma relativa estabilidade financeira; condutas e atitudes sociais e morais razoáveis; uma reputação de capricho e honestidade; comportamento familiar incluindo o sexual, regrado. Está pois explícito que os não proprietários como os parceiros, os arrendatários e outras modalidades de ocupação não podem ser integrados. A facilidade demonstrada na incorporação das constantes inovações tecnológicas para que os índices de produtividade almejada pela indústria sejam alcançados, é fator decisivo na indicação e respectiva inclusão na integração. O esforço e a dedicação são merecedores de estímulo bem como causas de extensão de benefícios que permitem não só a continuidade mas, e, principalmente a ampliação. Equivalem, por outro lado, ao descarte programado e à eliminação do produtor integrado, que demonstrar menos capricho ou demonstrar-se menos compromissado com a empresa, ou ainda por apresentar comportamentos dúbios e inconseqüentes. Um outro argumento importante e crescente atualmente, usado pelas agroindústrias é a exigência de um mínimo de 60 criadeiras, um espaço físico de 360 m², para a engorda de aproximadamente 450 suínos, ou de um aviário de 100 m de comprimento para alojar 12 mil frangos - caso da CEVAL; para COOPERCENTRAL o tamanho do aviário é de 25 m com capacidade para 3 mil frangos. As instalações e os equipamentos necessários, devem atender constantemente aos modernos padrões técnicos. Estes critérios e exigências mais recentes, constituem-se em medidas drásticas de seleção, diante da crescente descapitalização dos agricultores não integrados. No entanto eles são usados de forma diferenciada pelas agroindústrias. Apresenta-se mais exigente a CEVAL e mais maleável a SADIA e a COOPERCENTRAL. Embora as maiores reclamações dos integrados de suínos seja com relação à SADIA, pelo fato de eles usarem os comerciantes como intermediadores da distribuição da ração, da recolha dos leitões e do suíno gordo, uma vez que estes comerciantes também são integrados, o que segundo os produtores integrados viabiliza a ocorrência de fraudes (4).

Informações, revistas, impressos diversos, cursos e palestras, constituem-se em recursos usados pela agroindústria no sentido de facilitar o ajustamento e o enquadramento necessários ao integrado. A exigência formativa do integrado é condição imprescindível de sobrevivência da própria agroindústria. Quanto mais informados sobre como agir, sobre o que fazer especificamente, melhor a qualidade da matéria prima que a agroindústria irá receber.

II.1.i - INFLUÊNCIA RELIGIOSA E ESCOLAR

O aspecto religioso constitui-se num dos fatores-chaves de integração da vida comunitária. A religião tem nas pequenas comunidades do interior a preocupação de envolver-se com o cotidiano das comunidades. Apresenta-se como um horizonte cultural do agricultor e da família. A submissão e a obediência dos agricultores às orientações do padre, tanto em âmbito da consciência quanto da moral, são pontos decisivos e fundamentais para um comprometimento cooptado na integração. Essa tradição de submissão a uma autoridade religiosa e mesmo civil, vem trazida pelos agricultores vindos do Rio Grande do Sul e estes de seus países europeus de origem.

Na escola o processo educacional rigoroso e tradicional, reforça a estrutura familiar tradicional. Constitui-se como um forte ponto de apoio que sublinha, o estímulo à famílias numerosas; reforça o grau de subordinação à autoridade e ao poder paternal ou marital, nas decisões sobre a propriedade e a vida familiar. A igreja e a escola, ditam as normas da conduta moral e estabelecem a escala de valores a serem preservadas pelas famílias. De certa forma, elas, igreja e escola, tornaram-se a superestrutura ideológica que condiciona e torna legítima um definido tipo de formação social. O cultivo tradicional desses valores, transforma-se num aliado importante no processo de instalação do sistema de integração. Constituem-se em variáveis importantes na aceitação dos novos mecanismos de exploração que se instalam no interior das propriedades produtivas. A estrutura religiosa e escolar reforçam a estrutura familiar da submissão e da tradição do trabalho intenso. Isto é tão válido que, por tradição e com o reforço da herança religiosa/escolar, os agricultores aceitam a idéia de que a pobreza é um castigo, uma punição, trazendo consigo o espírito de pecado e de culpa. Plantou-se e solidificou-se uma cultura de trabalho, entre os agricultores da Região. É preciso assinalar que as condições geográficas, as condições de desbravamento, a impossibilidade da maquinização, não deixaram outra alternativa a não ser a de se jogar intensa e inteiramente a um tipo de trabalho pesado, árduo e contínuo. A submissão e “o amor ao trabalho”, abrem perspectivas de mão-de-obra, abundante e eficiente, para o capital agroindustrial à procura de relocação. Óbvio que com a implantação da integração, põem-se concretamente as possibilidades de uma maior racionalidade nos afazeres do dia a dia. A modernização, nas suas

diversas modalidades que aqui chegaram, são uma opção concreta de saída das formas de vida camponesa.

II.1.j - O JOGO DO VAI E VEM DA INTEGRAÇÃO

Como na região atuam diversas agroindústrias, estas acabam estabelecendo um pacto de “respeito” mútuo. Neste pacto ficam reconhecidos os integrados tradicionais de cada uma. A necessidade de novos integrados depende normalmente de uma maior demanda comercial no mercado consumidor nacional ou mesmo internacional. Com o melhoramento da demanda, formaliza-se o convite para a ampliação dos já integrados ou usam-se de estratégias de convencimento para que outros pequenos agricultores iniciem a produção pela integração. Essa maior demanda comercial refere-se hoje, principalmente à produção de frangos. É notório o crescimento do consumo da carne de frango, a tal ponto que o mesmo tem se tornado um tipo de disputa partidária, no sentido de elegê-lo como mascote de campanhas eleitorais (5). É ele um dos grandes sustentáculos do plano econômico (Plano Real), que juntamente com outros produtos agrícolas está permitindo a sua estabilidade. A consagração do frango como símbolo da estabilidade econômica é um sólido argumento junto ao pequeno agricultor para que amplie ou construa um aviário. No setor da produção integrada de suínos, no entanto, além de ser mais raro o convite para novos integrados, existe um claro caráter seletivo dos melhores criadores. Já tornado público, constitui-se provavelmente num processo irreversível. Estão em andamento projetos claros de eliminação ou simples não mais aceitação de produtores cuja produção é considerada irrelevante, para os hoje padrões de acumulação capitalista. Quando as leis de mercado regem livremente o consumo e as margens de lucro tornam-se cada vez mais estreitas, a ordem capitalista é clara e definida: “reduzir custos de produção”. Dentro dessa nova racionalidade, diminuir o número de integrados não significa diminuir a produção. Pelo contrário, os integrados que permanecem precisam ter a potencialidade de assumir a produção dos eliminados. Em função dessa nova racionalidade inerente à atual forma de produção capitalista, redução de custos, minimização da margem de lucros, torna-se inviável o pagamento de técnicos, do frete da ração, do concentrado e da coleta de leitões em propriedades de baixo potencial produtivo. A ordem aos mais “dedicados” é ampliação, de tal modo que os que permanecem possam cobrir a produção daqueles que vão sendo eliminados da integração. Os argumentos economicis-

tas e capitalistas com base na predominância da lei do mercado, são a ótica diretiva dessa lógica das agroindústrias. É para elas uma questão de sobrevivência num mercado altamente instável, onde as opções convergem para a ordem da contenção de gastos. Possuir 8 técnicos visitando 100 integrados ou 3 visitando 40, carregar 10, 15, ou 23 leitões numa propriedade ou 70, 100, 150 numa outra, põe sem dúvida a racionalidade na segunda opção, priorizando produção e concentração (os números indicados são fictícios).

Dentro da lógica capitalista estas ações não só são corretas como imprescindíveis sob pena de a própria agroindústria tornar-se vulnerável e ameaçada de falência. O processo seletivo significa um aumento do potencial produtivo dos integrados que ficam. O grupo seletivo dos que permanecem na integração da suinocultura, certamente irá sentir-se mais forte e mais combativo. Fato que pode aumentar o seu poder de mobilização bem como o de barganhar maiores parcelas de participação nos lucros. Nesse particular, pode encontrar-se o germen de uma maior participação econômica e administrativa junto a agroindústria.

Resta no entanto a questão de como resolver a situação dos excluídos da integração, os que nela jamais encontrarão vaga. Esse ponto, pela relevância merece uma reflexão mais profunda. Segundo algumas literaturas que analisam a situação agrícola do país, quem se integra é dominado, o não integrado é um excluído. Tais afirmações não sinalizam nenhuma alternativa opcional ao pequeno agricultor. Os argumentos utilizados, e contrários à integração são de que os mesmos obtêm uma “renda negativa”. Diretamente isto significa descapitalização e crescente pauperização. Mas como foi abordado anteriormente o cálculo da renda do integrado não pode ser feito pelo produto integrado. Pela lógica e prática do integrado o cálculo só tem sentido se feito quando interligado com as demais produções da propriedade. Da mesma forma quem não se integra é excluído. Excluído do que especificamente? Da dominação?

Sem dúvida existe presente na integração uma lógica que a rigor a define. É a lógica racional da forma de produção capitalista. Sua presença no entanto, inaugura um monumental avanço tecnológico, que a própria racionalidade histórica do trabalho humano abstrato (como será frisado no Cap. IV), trás inserida em seu conteúdo. Gradativamente ela vai se expondo, através de formas cada vez mais complexas, mas também mais raci-

onais. Existem sem dúvida presentes na integração, a lógica da empresa privada, o que significa a lógica capitalista. Se foi esta ou não a única opção ou solução possível, é fato que merece outras análises e outros embasamentos. Dizer que a integração excluiu outras formas ou possibilidades de produção e sem nenhuma preocupação social, nem com os integrados e menos ainda com os excluídos da integração não é suficiente para o vislumbrar de alternativas, é reducionismo empiricista. A consumação da integração, não é um fato natural e nem pode ser considerado como tal e menos ainda como uma forma imutável. Há uma série de fatores que contribuíram para a sua implantação. Obviamente que em muitos desses fatores, interesses obscuros marcaram presença. Desde o incentivo ao consumo de óleos vegetais, em substituição à banha, a proibição da comercialização da carne suína por pessoas ou abatedores quando nos mercados, mercearias e açougues fosse ofertada carne suína proveniente de frigoríficos. Cite-se também a “famosa” peste suína africana. Nela, toda um plantel de suínos era eliminado pelas autoridades pela simples detecção de uma doença em um dos animais. Mesmo que em inúmeros casos a “peste” estava restrita a uma simples e corriqueira diarreia. Mas, para estes agricultores recuperar e formar um novo plantel com o dinheiro da indenização, isto era algo impossível. Além da eliminação sumária dos animais, outra pena grave era imposta ao agricultor produtor: ele não poderia vir a criar porcos durante um período de no mínimo de 4 a 6 meses. Há sem dúvida interesses diversos presentes no processo da integração. Certo é que o proprietário produtor e o produtor integrado estão inseridos num complicado e intrigado jogo de forças, onde talvez a maior chance de ruptura esteja do lado daquele que mais comungar com a tecnologia, com o avanço da ciência na genética e a lógica da materialidade racional.

II.2 - PRODUÇÃO CAPITALISTA: UM IMPASSE OU UMA POSSIBILIDADE AO DESENVOLVIMENTO PLENO

A modernização da produção agrícola encontra-se diante de um enorme impasse. Ela não tem como consequência imediata a solução da pobreza e da miséria, seja na ótica econômica, social ou política que prolifera entre os pequenos produtores. Toda esta gama tecnológica e organizacional da reestruturação da propriedade produtiva familiar, antes ou ainda restrita à comercialização dos excedentes, em propriedade produtiva capitalista, vem acompanhada das grandes contradições entre capital e trabalho, entre forne-

cedores da força de trabalho e detentores da produção. As grandes mazelas do capitalismo urbano industrial, como: concentração da produção, exploração da força de trabalho, manutenção de um contingente de trabalhadores como reserva..., não podem ser escondidas ou ignoradas. Elas acompanham o capital por serem integrantes e inerentes a esse modo de produção. A dominação, a dependência, a seletividade, a exclusão e a concentração, continuam disputando páreo com os supostos benefícios econômicos que a modernização agrícola tanto proclama. Ela tem trazido juntamente com os benefícios aos “escolhidos” uma maior proximidade da pauperização de grande número de propriedades com características produtivas tradicionais.

Inúmeras medidas governamentais e do sistema econômico, forçam uma constante e gradativa descapitalização de grande parte de pequenas propriedades. Citam-se, o dificultar ou negação pura e simples do acesso ao crédito no sistema financeiro, o que traz como consequência imediata o não acesso à novas e mais produtivas tecnologias. Estas medidas seletivas geram marginalização e a expulsão como reflexo direto da não modernização da estrutura produtiva.

Devido às suas características tanto na forma de produzir quanto na forma organizacional, a integração ou a modernização determinam um menor uso de mão de obra imediata. O resultado é a expulsão e o abandono da propriedade agrícola o que traz como consequência imediata o inchaço da periferia de cidadãos e o aumento do número de favelas. Caracteriza-se mais uma vez que a modernização das formas de produção, que certamente em muito contribuíram para minimizar os problemas da produção material, não tem formas e talvez nem conteúdo para resolver o problema social e político dos homens. Enquanto esses problemas não encontram solução, gradativamente e, em escala crescente, uma enorme parcela da população é excluída do acesso aos bens produzidos. Uma exclusão que pela forma capitalista determina o não acesso aos bens materiais e nem sociais, uma vez que este acesso ainda está condicionado à troca por moeda. Na verdade, e numa visão diversa daquela ancorada na lógica capitalista, a introdução de novas tecnologias deveria fazer avançar o desenvolvimento da humanidade, permitindo, além da crescente redução da jornada de trabalho, um acesso mais universalizado aos bens socialmente produzidos. Tudo passa a depender da estratégia dos mecanismos de regulação e da criação de outras modalidades de apropriação da produtividade gerada. A

possibilidade concreta, oferecida pela difusão cada vez mais abrangente da tecnologia nos setores produtivos, em reduzir o tempo do trabalho imediato é um pressuposto necessário para redimensionar as perspectivas sociais e políticas que relevem a uma nova forma de acesso aos bens produzidos.

A profunda reorganização econômica, tanto nos setores produtivos urbanos quanto nos que dependem diretamente de atividades familiares agrícolas, não encontram ainda um equivalente nas transformações sociais. Estas ainda estão emperradas e presas a formas arcaicas, onde os monopólios, oligopólios e os corporativismos sufocam projetos e ações de uma abertura mais social e universal. A modernização agrícola pode apresentar-se como uma alternativa à reforma agrária emperrada nos gabinetes, desde que respeitadas as diferenças, não se restrinja a um acesso de forma desigual.

II.3 - INTEGRAÇÃO: NOVAS OPORTUNIDADES

Dentro das condições objetivas postas pela prática produtiva da integração, permite-se um abrir de horizontes, que envolvem o agricultor com novos e modernos processos de produção de alimentos. O seu anterior isolamento social, limitado à família e ou comunidade, a forma arcaica e artesanal de produção, esvai-se agora pelo contato com formas de produção universais, que o levam a ser um indivíduo mais social, mais competente, mais moderno e mais competitivo. A integração expõe o proprietário produtor a novas formas de exploração, mas também o expõe a novas formas de intercâmbio social, econômico e político. Cria-se um campo mais abrangente de necessidades em sua vida e ampliam-se igualmente as exigências da ordem cultural e cognoscitiva. Uma consciência mais dinâmica encontra nele um novo espaço, toma grande parte de seu tempo, tornando possível o **“surgimento e o desenvolvimento de amplas e profundas organizações”** (Gramsci; 1987:73)(6), dos proprietários produtores. A reconstrução de suas relações econômicas com a agroindústria, passa a ser uma constante. A medida que se descobrem mais indivíduos coletivos e universais, verão reivindicações se solidificarem e as metas passarem a ser conquistas históricas e concretas.

Diante do quadro, a situação dos agricultores, dos produtores integrados, saindo do perfil de produtor familiar de quase exclusiva subsistência, constitui-se numa questão que transcende a estrutura de fórmulas e marcas de cunho puramente economicista. Mais do que isto, ela se opera dentro de uma realidade econômica, social, política e de homem intelectual com potencial para apreender e criar. É dentro dessa diversidade de novas perspectivas que inevitavelmente se entrelaçam as relações de sua construção como produtor para além de sua propriedade e consumo. É também dentro dessa diversidade que o homem, integrado produtor, busca o mecanismo do auto-desenvolvimento, aliado à exigência de mais e melhor vida a si e a uma dinâmica mutável desse próprio desenvolvimento. No dizer de Gramsci: **“um mecanismo de desenvolvimento autônomo e autopulsor”** (Gramsci; 1987:51)(7).

Todo esse conjunto de transformações de ordem econômica, social e intelectual, em desenvolvimento na Região, sublinham a inserção dos agricultores na forma capitalista de produção. Para Marx, citado por Gramsci:

“O modo de produção capitalista... Cria a forma adequada, subordinando a agricultura ao capital; e desse modo, também a propriedade fundiária feudal, a propriedade do clã, a pequena propriedade dos camponeses unidos à comunidade de marca, apesar da disparidade de suas formas jurídicas, são transformadas na forma econômica correspondente a esse modo de produção” (Gramsci; 1987: 56) (8).

II. 4 - A ESTRUTURA DA INTEGRAÇÃO

A produção pelo sistema de integração obedece a uma pré-determinada “divisão social de trabalho”. Alguns agricultores são responsáveis pela criação e entrega de leitões, outros atuam no processo da engorda. A entrega do leitão ocorre quando atingir em torno de 22 a 25 quilogramas, tendo mais ou menos dois meses de vida. Para fazer a engorda um outro integrado terá um período aproximado de cem a cento e vinte dias, quando então o suíno deve atingir uma média aproximada de 90 a 95 quilogramas.

O sistema de integração, compreende a seguinte estrutura:

II.4.a - Aves

Mais conhecido pela denominação de parceria. O agricultor precisa dispor das instalações do aviário, cujas dimensões podem ser de cem, cinquenta ou vinte e cinco metros. Respectivamente com capacidade para doze, seis e três mil frangos. Precisa dispor de fonte de água, mão de obra, equipamentos de trato da água bem como da ração, um silo para estocagem da ração, um galpão ou espaço para armazenagem de medicamentos, material de limpeza, utensílios defeituosos ou os que no decorrer do lote precisam ser trocados ou tirados, como: botijões de gás, comedouros, equipamentos de água, ferramentas, lenha, se o aquecimento for pelo modelo forno. Normalmente o agricultor financia as instalações e os equipamentos, pois como já analisado, tê-los é condição para a integração. A agroindústria, entra com os pintinhos de um dia, ração, medicação, frete, assistência técnica e veterinária. O acerto do lote é feito na agroindústria, sem que seja necessária a presença capital do integrado. Existe uma escala de pontos, dentro da qual o integrado terá seu lote enquadrado. Esta escala de pontos, que se assenta basicamente na conversão alimentar, diferencia-se de acordo ao tipo de lote: exclusivo de machos, exclusivo de fêmeas ou lote misto. Hoje, os frangos permanecem em torno de quarenta e seis dias no aviário, quando são entregues à agroindústria com uma média de peso de 2,5 quilogramas.

II.4.b - Suínos:

II.4.b.1 - UPL - UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LEITÕES.

A UPL - Unidade de Produção de Leitões engloba os integrados que produzem o leitão, conforme já o nome especifica. Os leitões, quando atingirem o peso entre 18 e 25 quilogramas, são recolhidos pela agroindústria, e transferidos para o integrado que faz a sua terminação - engorda. Na UPL, o agricultor também precisa ser possuidor das instalações, de fonte de água, depósitos de ração, etc. Basicamente as agroindústrias mantêm na região duas categorias de integrados em UPL: os que recebem por quilograma de leitão 1,5 do preço do quilograma de suíno gordo e, os que recebem por quilograma de leitão 1,6 desse valor. Estes integrados produtores, normalmente financiam as matrizes diretamente da agroindústria, por um período de 6 meses. Fato que possibi-

ta ao integrado o pagamento da matriz com a primeira ninhada de leitões. O preço pago por matriz, corresponde a algo em torno de 126 quilogramas de leitão (preço que varia de acordo com a agroindústria a qual está integrado). Para ser integrado na UPL e merecedor de 1,6 por kg de leitão, é preciso que o integrado satisfaça as seguintes condições/exigências: mínimo de 60 matrizes, instalações de acordo com padrão técnico indicado que consiste nas baias - local onde as matrizes permanecem antes da cobertura; estas são intercaladas pela repartição onde fica o reprodutor. As paredes divisórias laterais são providas de janelinha feitas com grade de ferro, com a função de servirem como "local de namoro". Gestação individual - local das matrizes cobertas. Nelas a matriz permanece praticamente imobilizadas. Maternidade - local do parto e da amamentação dos leitões, cujo período de tempo se estende hoje a restritos 23 dias - já ocorrem seguidos casos em que o desmame acontece no 18º dia após o parto. Creche - local onde irão os leitões após o desmame e até atingirem o peso de 18 a 25 quilogramas. Além disso o integrado deve possuir bomba esguicho, que facilita a limpeza das instalações; ter todas as instalações pintadas e repintá-las regularmente; uma cortina para fechar as instalações evitando correntes de ar, controle de moscas, rigorosa limpeza e ordem no interior de todas as dependências. O integrado na UPL, que em função de suas boas instalações, sua inquestionável estrutura organizacional e funcional, sua dedicação, seu capricho e empenho e, incentivado por parte da agroindústria, conseguir um desmame com 18, 21 ou 23 dias, desponta com o mérito de conseguir potencializar uma taxa anual de produtividade por matriz, sequer sonhada a 15 ou 20 anos atrás. Suponhamos que o desmame seja feito com 21 dias. Em média, 5 dias após o desmame a matriz entra em cio, quando então é feita a cobertura. O período de gestação nos suínos é de 114 dias. Então, após 140 dias, ela estará dando cria novamente. Durante um ano ela realiza pois 2,61 gestações e partos. Considerando uma média de 9,6 leitões por ninhada, teremos então 25,05 leitões por ano, que é considerado de elevado padrão e alto índice técnico.

A fase de leitão, é aquela em que o suíno exige um maior grau de atenção e de cuidados. Logo após o nascimento, o integrado precisa tomar as seguintes providências: secar o leitão com panos velhos ou colocá-lo na estufa que acompanha a maternidade; cortar e amarrar o cordão umbilical; cortar a ponta de sua cauda (isto é feito para evitar hemorragias, quando adulto, causadas por mordidas especialmente durante as brigas entre os

suínos); cortar os seus dentes “incisivos” - prática necessária para evitar que mordam a mãe no momento da amamentação; aplicar vacina preventiva contra possíveis doenças; cuidar para que os leitões menores e com aparência mais frágil, consigam a sua teta para mamar; estar alerta e atento para todo e qualquer sinal de “choro ou grito” pois pode significar uma pisada ou um esmagamento do leitão por parte da matriz. Hoje as instalações, dentro das modernas especificações técnicas, apresentam as maternidades como compartimentos especiais, com repartições feitas com estrutura de madeira, ferro ou mistas, diminuindo significativamente os riscos de esmagamento. Dentro da maternidade e atendendo individualmente cada repartição, existe um espaço pequeno e fechado, possuindo apenas uma abertura para a entrada dos leitões, com lâmpada de aquecimento para os mesmos ou dentro de um padrão hoje considerado como tecnologia de ponta, um tapete térmico. No terceiro dia de vida os leitões devem ser marcados. A marca, que é sinal de identificação da granja, é feito via cortes nas orelhas. Três semanas após o nascimento os machos precisam ser castrados. Uma vantagem significativa na integração pela UPL, é o fato de que o produtor integrado ao vender os leitões permanece com o “grosso” do capital na propriedade. Ficam as matrizes e os reprodutores, o que já não acontece com os que fazem a terminação. Estes, ao entregarem o lote, ficam com as instalações vazias a espera de um novo lote.

II.4.b.2 - Terminação

A exemplo da integração de frangos, a terminação - engorda dos suínos - é denominada de parceria. Nela o integrado recebe os leitões adquiridos pela agroindústria junto aos integrados na UPL, e passa a fazer o serviço do trato até que o suíno esteja pronto para o abate. Este integrado também precisa ser dono das instalações, - hoje a exigência pela CEVAL é de no mínimo 360 m² com capacidade para 450 leitões - a fonte de água, depósito para armazenagem da ração, para a guarda da medicação, esterqueira, ferramentas e acessórios para a limpeza e outras exigências funcionais. Basicamente este integrado executa a tarefa de cuidar do suíno, tratando-o sistematicamente, aplicando medicação quando necessária ou indicada pelo técnico/veterinário, fazendo a limpeza diária das dependências e mantendo um controle rigoroso de observação quanto ao desenvolvimento do lote. O integrado não toma conhecimento dos custos do leitão, da ração, dos medicamentos, do frete, da assistência técnica, etc., ele apenas trata o

suíno, limpa as instalações e depois de aproximados cem dias, recebe um pagamento, cuja base de cálculo não lhe está bem clara. Sabe no entanto que o fundamento está na conversão alimentar, ou seja na quantidade de carne produzida por unidade - kg - de ração, (uma média considerada aceitável é que para produzir um kg de carne haja um consumo de 2,49 kg de ração) também sabe que a medida da carcaça pode potencializar o seu lucro. Esta medida está relacionada com o potencial de carne do suíno, ou seja quanto menor e menos espessa a camada de gordura melhor a sua avaliação e portanto melhor o seu rendimento. É o rendimento da carcaça, variando hoje de 45% a 55% de carne magra, que irá potencializar o seu lucro.

II.4.b.3 - Integrado de ciclo completo

É comumente denominado de fomentinho. Engloba os integrados que criam os leitões e em seguida procedem a sua engorda. Também este integrado precisa possuir as instalações, os equipamentos necessários, fonte boa de água e com garantia de suficiência, e preferencialmente o milho para o preparo da ração. Ele é considerado integrado pelo fato de trabalhar para uma determinada agroindústria, que assim garante a aquisição da produção.

Essa categoria de integrados é a mais flexível. É aquela que é, suportável, segundo eles argumentam, apesar de o rendimento da produção suína não ser elevada. É esse integrado que menos concebe fazer o cálculo da renda da propriedade pelo produto integrado. Nos seus relatos expressam ser a situação suportável, uma vez que não paga mão de obra; planta e colhe grande parte do milho consumido - podendo até adaptar o número de matrizes proporcional à quantidade de milho a ser colhido; a sua subsistência não depende exclusivamente desse produto integrado, uma vez que cultiva, como os outros integrados, as culturas alimentares, tais como: mandioca, feijão, batatinha, arroz, possui horta, pomar, leite para consumo e venda para a laticínios; toda a produção integrada tem venda garantida; o rendimento, mesmo que pequeno é garantido e caracteriza-se como fator de segurança. Nos períodos em que a crise do porco se acentua em função da queda do preço e do aumento dos custos do milho e do concentrado, a situação deles fica muito difícil. Ainda assim e, mesmo tendo que vender alguma matriz para “tapar o furo”, consideram que a atividade de criar suínos se paga. Sabe também o produtor in-

tegrado, que se ele tem déficit na produção, o não integrado também o tem. Por outro lado sabe também, e isto por experiência acumulada durante anos de produção, que o mercado da carne suína é instável e regido por fatores que ele não debita exclusivamente à agroindústria. Há variações em função da melhor ou pior safra de grãos, do preço no mercado da carne bovina ou carne de frango, dos acordos fixados pelos grandes blocos econômicos, dentre eles o Mercosul pela variação dos preços na bolsa de valores, pela manutenção de estoque regulador, por intempéries em outras regiões do país ou do planeta, etc. Os meios de comunicação, principalmente a televisão deixa-o a par dessas informações e variáveis de oscilação.

É comum os produtores integrados na suinocultura, e aqui podem ser incluídos os integrados na UPL e mesmo os da terminação, afirmarem que desistir de criar suínos na crise, não é negócio. Porque, normalmente quando a crise tiver passado, até que consiga repor um novo plantel, já existe a probabilidade da vizinhança de uma nova crise. Sua experiência reza que não compensa trocar ou desistir de uma produção para a qual concedeu destaque, para entrar em outra, pois para ela também terá a época da crise. É assim com a criação de suínos, de frangos, de produção de leite, de fumo, ou mesmo outras culturas agrícolas. Levam muito em consideração e mesmo temem a possibilidade da outra produção não ser a do seu ramo ou da sua “vocação”. Percebe-se novamente a presença da insistência de que criar suíno ou frango, ou leite    algo cultural e    preciso que ela seja do “meu ramo”. Sabia como agricultor, e sabe agora como produtor integrado que todo o produto tem sua época de crise. Por isso eles apostam na diversifica  o da produ  o, ou seja na policultura. Isso permite com que, quando um produto está em crise, os outros o compensam.

Tendo percorrido sobre a estrutura da integra  o, espera-se ter conseguido clarear e definir, pelo menos de forma aproximada aquilo que    o objeto do presente estudo.    certo que muitos pormenores não foram ainda detectados e captados em sua essência. A amplitude e as minúcias que envolvem todo o esquema da integra  o, são extensas e merecem com certeza ainda muitas considera  es e muitos estudos. Conseguir de fato e concretamente expor todo o seu conteúdo, que substancialmente   , porque não dizer propositadamente encontra-se escondido daqueles que são o objeto de sua atua  o,    um enorme desafio. Somente o desvelamento real de toda a sua estrutura, de todo o

seu potencial, ao mesmo tempo de dominação e de produção, poderão algum dia permitir que os hoje integrados, mas também e, ainda agricultores, vistos e tidos como objetos do processo, passem a ser sujeitos plenos diante e dentro do processo. No sonho utópico desse desvendar, acredita-se estar contribuindo para acelerar e redimensionar um papel mais contundente e condizente com o enorme poder de produção alimentar sob responsabilidade dessa parcela de agricultores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) BELLOTTI, Elena Gianni. Educar para a submissão. Petrópolis, RJ, Vozes, 1979, p.10.
- 2) A fórmula usada para o cálculo do rendimento e que determina o número de pontos obtidos pelo agricultor é a que segue:

$$\text{Rendimento} = \frac{\text{Peso Total}}{\text{Idade} \times \text{Conversão} \times \text{n}^\circ \text{ de animais lotados}} \times 1.000$$

Ex. Se o peso total de um lote foi de 30.420,54 kg, a idade é de 46 dias a conversão alcançou o índice de 1,878 e o n° de animais alojados foi de 12000, teremos:

$$\text{Rend} = \frac{30.420,54 \text{ kg}}{46 \times 1,878 \times 12.000} \times 1.000 = 29,345 \text{ pontos}$$

pontos que equivalem mais ou menos a um valor em reais de R\$ 2.467,43, já incluídos os percentuais de premiação e produtividade.

- 3) A Ceval recentemente estabeleceu o limite de distância entre o integrado de aves e o abatedouro em no máximo 80 km. Os agricultores integrados fora desse raio estão sendo avisados de seu desligamento após a efetuação de mais três lotes, tempo em que aconselham a procura de outra agroindústria.

4) O relato dos produtores integrados com relação à intermediação de comerciantes, também criadores de suínos, são de que estes desviam parte de milho, de ração, quando a entrega é a granel, cometam erros propositais na balança quando da pesagem dos leitões ou suíno gordo, ou fazem marcação errada do peso, troca dos índices da carcaça, etc.. Ao se perguntar aos integrados que recebem a ração a granel nos aviários e mesmo que estão recebendo 12 mil pintinhos, da agroindústria eles se reconhecem em não condições de conferir, mas tem uma tendência de “confiar” mais na agroindústria.

- 5) Isto É nº1374 de 31.01.96, p. 20 a 23.
- 6) GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987, p. 73.
- 7) GRAMSCI, Antônio. A questão meridional. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987, p. 51).
- 8) Marx, II Capitale Vol.III, p.716. In Gramsci: A Questão Meridional, p. 56.

CAPÍTULO III

A REORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: DE AGRICULTOR PARA PRODUTOR, UMA GLOBALIZAÇÃO

III.1- DA GLOBALIZAÇÃO PARA A SUBMISSÃO, PARA A GLOBALIZA- ÇÃO

Próximos ao limiar do século nos deparamos com profundas mudanças tecnológicas e organizacionais tanto na produção de bens quanto na produção de serviços. Estimula-se a criação de um mercado mundial, buscando a “Globalização da Economia”. As barreiras espaciais são reduzidas pela compressão do espaço através do tempo. Incentiva-se a racionalidade na organização espacial via inovações na configuração da produção, na da circulação desejando-se um consumo cada vez mais rápido e mais eficiente. É destaque a ênfase na instantaneidade, como alimentos e refeições instantâneas e rápidas - os fast food, e da descartabilidade “o usa e joga fora” de xícaras, copos, pratos, guardanapos, etc. Criam-se mecanismos que forçam as pessoas a lidar com esta descartabilidade, com a novidade quase instantânea, com a perspectiva de que o novo de hoje é o obsoleto de amanhã ou daqui a pouco. Acentua-se a volatilidade, a efemeridade, tanto de modas, quanto de produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias, concepções e ideologias, a tal ponto que tem-se a sensação de que “Tudo o que é sólido desmancha no ar”(1). O que se nos apresentava com um elevado grau de segurança e solidez, tornou-se fluido. A comunicabilidade suscitou uma nova preocupação, hoje predominante no capitalismo, a da produção de signos e imagens, a realidade virtual, o estar mas não ser. A profunda revolução da micro-eletrônica presente na mídia, confunde o telespectador, a ponto de ele não saber distinguir entre o que é real e o que é simulação, entre a existência e a aparência entre o significado e o significante. Tudo parece tão supérfluo, mas ao mesmo tempo tudo é tão real e o show de máscaras não tem limites. Presenciamos o jogo das moedas sem substância, que desprovidas da solidez de um trabalho que a precedeu, faz instituições, estados e nações navegar no mercado especulativo do capital fictício.(2)

A revolução e o acentuado desenvolvimento e aprofundamento no estudo das partículas elementares diante da possibilidade de uma subestrutura dos quarks, (3) no avanço

da engenharia genética, seu estudo e conseqüente aproximação do desvelamento e da decifração do genoma humano, da clonagem de seres vivos tanto animais quanto vegetais, são o preâmbulo de um talvez estar mais próximo do segredo da vida. A redução e praticamente eliminação das fronteiras econômicas entre os países, que vem consolidando a formação dos grandes blocos econômicos, como a UE - União Européia, o Acordo Geral sobre Tarifas Alfandegárias e Comércio - GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), a ASEAN, o NAFTA, o MERCOSUL e outros já firmados ou em fase de estruturação.

Certamente para os agricultores, especialmente os produtores integrados, para as empresas comerciais e industriais e para as agroindústrias do Oeste Catarinense, o MERCOSUL é o que no momento incita maiores preocupações, pela proximidade e pelo desconhecimento de suas bases econômicas. A sua característica inicial é a de ser um movimento latino americano, intentando ultrapassar barreiras alfandegárias e tarifárias. Esta constitui-se numa exigência dos grandes blocos transnacionais em fase de instalação e a procura de ambientes protegidos que favoreçam a exploração dos potenciais dos mercados locais. São empresas que se lançam hoje pelo mundo afora a procura de novos espaços econômicos que possibilitam maior competitividade num mercado cuja tendência é a mundialização e globalização. Uma globalização, no entanto, que não conseguiu e não está conseguindo dissolver a relevância da divisão, nas relações de produção. Pelo contrário:

“impregnam agora totalmente as forças produtivas, evitando sua contradição, subordinando-as e a todo o resto aos ditames de sua acumulação”(Maar; 1995)(4).

Permanece a característica de um darwinismo social, que leva precisamente a conceituar a globalização com estilo e formas capitalistas. Não permite, e não há porque, nem como falar-se em “Aldeia Global”, mas sim em capitalismo de extensões mundiais. Um intercâmbio mundial fragmentado, sem os preceitos da totalidade humana e histórica, que já fizeram, Marx e Engels Afirmar:

“O intercâmbio universal moderno, só pode ser controlado por indivíduos... Quando controlado por todos os indivíduos” (Marx e Engels; 1984:67)(5).

Diante das perspectivas de formação dos grandes blocos econômicos - dentre eles o MERCOSUL - e diante dos esforços e da aproximação da mundialização da economia e do mercado, torna-se necessário conciliar esta complexa e rápida sucessão de acontecimentos, diante do fato de que o produtor integrado, tem ainda um inexpressivo domínio do conhecimento científico e, principalmente do potencial da microeletrônica. Manter o produtor integrado à distância ou talvez excluí-lo totalmente conservando-o na ignorância das relações comerciais do MERCOSUL, já não é possível e nem benéfico para nenhuma das partes. Mantê-lo ignorante, para que sirva apenas de ponte estática e útil, não favorece em nada o projeto do MERCOSUL. É imprescindível a participação dos integrados em debates, discussões e das muitas inter-relações e interdependências materiais em que está envolvido. É necessário que tomem conhecimento das decisões que estão sendo tomadas, participe ativamente, porque o capital econômico, produtivo e consumidor, busca um maior dinamismo e uma maior envolvimento. A forma produtiva que subjaz em sua estrutura tem como parâmetro uma nova e maior racionalidade, que é determinada pela tecnologia. É necessário decifrar e conciliar os diversos aspectos e fatores que permeiam uma economia globalizante, mas que em termos humanos é excludente. Negar acesso a esta nova racionalidade tecnológica presente no processo da mundialização, representa para o produtor integrado e mais agricultores o enorme risco de uma participação em escala decrescente dos lucros da matéria prima por eles produzida. Além de integrar-se materialmente, precisa integrar-se mentalmente, envolver-se de corpo e alma para saber porque faz, porque produz.

A própria "riqueza", perde nesta reestruturação do capital a sua concepção de não mobilidade e de caráter de fixidez e estática, como para nós ela se apresenta. A nova dinâmica faz com o capital seja mais circulante, também para nós, permitindo retornos econômicos mais substanciais, quando aplicado a formas produtivas mais rápidas com controle maior do tempo e do espaço. A integração, apresenta-se como uma via de acesso a esta mobilidade das coisas e bens. Dentro dela, é maior a oportunidade de um acompanhamento mais direto desse movimento. Estar mais próximo ou mesmo dentro dessa dinâmica, não é tão somente um interesse por conhecer formas novas, mas uma necessidade econômica, social e política.

Sem dúvida a humanidade está presenciando um novo paradigma de produção. Destaque para a microeletrônica, que obriga as compressões do espaço e do tempo, exige novas formas organizacionais e dentro delas a da produção pela terceirização. Terceirizar tornou-se sinônimo de redução de custos. Ela está em fase de expansão tanto nos setores industriais, de prestação de serviços, nas áreas sociais do estado, no setor agropecuário, etc. Sua presença independe de pobres ou ricos, de economias estáveis, em desenvolvimento ou em decadência. Ela é sem fronteiras geográficas, nem restrita a esta ou aquela produção.

Na agricultura perfilam-se enormes mudanças com destaque a mecanização do processo produtivo, o uso de insumos modernos, a padronização na produção de frangos, suínos, fumo, leite, uva, e outros. Esta padronização consagrou-se e atinge níveis extremamente significativos no interior do sistema de integração. Nesta integração encontra-se um contingente considerável de pequenos produtores tanto do município de Tunápolis - antes Tunas - quanto da região do Oeste Catarinense, de outras Regiões do Estado e País. É um contingente de agricultores que mantém e detêm alguns meios de produção como a terra, ferramentas e instalações.

Pela integração passam a incorporar, inovações tecnológicas, da engenharia genética e do melhor aproveitamento espacial, que o processo de modernização da agricultura põe a disposição. A incorporação das inovações aqui trazidas, ocorre de uma forma mais acentuada e rápida pelos agricultores que aceitam o desafio da integração, do que pelos não integrados.

Ao aderir a esta nova conjuntura da produção agrícola, o agricultor passa a viver impasses e se defronta com incessantes desafios e expectativas. Dentre outros destacam-se alguns, pois apesar de a relação ser similar àquela mantida com o comerciante, existem outros pontos obscuros. Tratar com o comerciante era lidar com uma única e conhecida pessoa. Agora a relação com o "patrão", distante e desconhecido é intermediada pelos técnicos, pelos motoristas dos caminhões, pelos comunicados, pelos panfletos, pelos manuais instrutivos, pelo contrato, etc. Há um fluxo maior de pessoas circulando na propriedade. O elevado valor do investimento inicial necessário - frangos - e a perspectiva de lucros compensatórios é motivo de apreensão, porque como Giddens trabalha

em seu livro “As conseqüências da Modernidade”, a nova situação bem como a instituição “ainda sem rosto”, é ainda algo que se faz representar, que não se constitui ainda em fato. A incerteza de possuir suficiente conhecimento para lidar com os suínos ou frangos, com a genética inserida dentro de um ciclo precoce. As dificuldades de acesso aos meios de comunicação, cuja carência faz aumentar a angústia e a não tranquilidade do produtor, quando necessita chamar o técnico ou o veterinário. A necessária mudança da rotina diária e a conseqüente adesão a uma rotina exigindo um maior tempo de presença. A incerteza do alcance da qualidade, exigida através do técnico, pela agroindústria. A expectativa da necessidade de superar-se constantemente, de bater o seu próprio recorde e o medo de ficar para trás.

O desenvolvimento tecnológico impõe uma alteração na escala produtiva da agricultura familiar. Manter presentes as inovações tecnológicas na propriedade familiar, implicam num redimensionamento das necessidades domésticas. A conseqüência imediata é de que essas necessidades passam a exigir uma crescente ampliação. O próprio consumo familiar cresce, torna-se mais exigente em qualidade e quantidade e, portanto passa a depender de níveis de produções maiores. Produzir mais e melhor começa a ultrapassar o sentido restrito ao querer e torna-se uma necessidade de estudo com maiores exigências.

No dilema de produzir mais, a agroindústria abocanha fatias significativas e certamente é a mais beneficiada economicamente. O mercado tradicional é superado gradativamente, eliminando algumas das características das antigas relações, enquanto torna-se o pressuposto de relações mais complexas.

Mais agilidade e complexidade manifesta-se agora nas relações entre produtores e produtos, entre produtores e agroindústrias e mesmo entre produtores e consumidores. O jogo de interesses de todos os setores e hierarquias envolvidas geram novos conflitos, e apresentam novas exigências e outros envolvimento. No conjunto, esta enorme diversidade e desigualdade manifesta e, envolvendo todos os setores produtivos agrícolas, está longe do estabelecimento e fixação de soluções. O Brasil, numa demonstração de descaso, incompetência ou atendendo a interesses obscuros e corporativistas, não conseguiu firmar uma política agrária condizente com o seu potencial agrícola. O não estabe-

lecimento de uma política agrária está deixando ao sabor do mercado os cerca de 500 mil estabelecimentos empresariais agrícolas, enquanto trata com desdém os cerca de 6,5 milhões de propriedades com características de agricultura familiar.

A criação pelo Governo Federal do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - que deixa claro a importância da agricultura familiar para o país, precisa urgentemente sair dos gabinetes de Brasília e cumprir, materializando o seu princípio orientador; “As ações a serem executadas devem ocorrer a nível municipal, fortalecendo-se as organizações comunitárias e estabelecendo ações conjuntas do poder público federal, estadual e municipal”. Divulgado e tornado prático este princípio representa a oportunidade do associativismo como grande instrumento capaz de potencializar a produção, garantir emprego e gerar uma transformação social no meio rural.

Associar-se para trabalhar, para produzir, para facilitar a entrada dos produtos no mercado consumidor, para garantir a obtenção de crédito, ter participação como quotista, são um mundo de realidades e oportunidades que o estabelecimento de uma política agrária precisa apoiar.

Enquanto corporações e interesses diversos obstaculizam a prática de uma política agrária favorável ao produtor familiar, a situação de inúmeras propriedades se agrava e a população agrícola diminui drasticamente. Os excluídos são entregues ao sabor do mercado, que por sinal é muito doloroso. Ele é extremamente mutante e o expropriado não encontra metas orientadoras.

Como fruto decorrente da precariedade da política agrária, com a qual convivem os agricultores da região, pode-se destacar o abandono sistemático do campo dos filhos dos agricultores, caracterizando uma espécie de êxodo rural. De certa forma os pais “mandam os filhos embora”, ou porque se tornam excesso de braços ou porque a redivisão da propriedade não dá para todos. Na cabeça do agricultor esta situação de saída dos filhos soa como uma espécie de abandono. Culpam então o governo pela pouca valorização de sua produção, pelo praticamente inexistente crédito fundiário, juro subsidiado e pela descapitalização gradativa. Por outro lado é obrigado a assistir profissionais liberais,

médicos, advogados, os próprios comerciantes e agro-industriais adquirindo terras do meio rural.

A instabilidade dos preços dos produtos agrícolas, transforma-se num dos problemas que ano após ano gera impasses e vai agravando a situação dos agricultores do país inteiro. Geralmente na safra, o preço pago pela produção, baixa muito. Exemplo característico foi a safra de milho 94/95. O preço mínimo da saca de 60 kg estava fixado em R\$ 6,30 e o agricultor era seguidas vezes obrigado a vender o milho pela irrisória quantia de até R\$ 3,00, como forma de honrar os seus compromissos junto ao comércio e, junto ao sistema financeiro dos bancos. Esse valor era oferecido pelos comerciantes e, também pela COOPERITA, a cooperativa local, que tinham a receber dos agricultores. No entanto, os custeios agrícolas feitas pela equivalência de produção só eram quitados pelo valor do preço mínimo. Some-se a isso, o fato de que após a safra, após o período de pagamento dos custeios, o governo numa clara demonstração de insensibilidade para com o agricultor, tabelou o preço mínimo da saca de milho em R\$ 6,00. Normalmente quando o preço dos produtos no mercado começa a subir, o agricultor já foi obrigado a vender a sua produção. Em parte para saldar dívidas e em parte por não ter local apropriado para proceder a estocagem. Dessas distorções e impasses, o agricultor aprende que não é mais possível colher o milho para o mercado, mas, que é mais vantajoso transformar o milho em carne, ou leite, tratando-o para o suíno ou gado leiteiro, por ser mais compensador economicamente.

Deduz-se assim, que a política agrícola adotada pelo Estado Brasileiro não viabiliza um fato que seria em princípio a lógica sem alternativas opcionais: que o preço de uma safra e seu conseqüente lucro seja a alavanca financiadora do plantio da próxima safra.

A ampliação dos índices de produção, viabilizada pela moderna tecnologia, possibilita a manutenção de fragmentos da natureza produtiva familiar. Mas hoje são as máquinas as novas formas organizacionais, um grau de conhecimento maior, os fertilizantes, os inseticidas, as sementes selecionadas, os reprodutores de raça, que estabelecem e são determinantes de novos parâmetros. No entanto, todas estas inovações não se fizeram acompanhar necessariamente de melhorias econômicas e sociais para o produtor integrado. Na prática o que ocorre é um crescimento desigual entre os preços dos insumos

industriais e a tendência ao decréscimo do preço real dos produtos agrícolas em geral. Em consequência, vemos caracterizado uma manifestação, uma concreta e gradativa minimização da renda agrícola para o pequeno agricultor. São fatos que levam a declarações, que tanto podem constituir-se em denúncia ou simples constatações, como a que segue:

“o apoio à pequena agricultura se justifica, portanto, por sua produção como instrumento de uma economia capitalista saudável, evitando assim que sua gente venha a aumentar a intranquilidade rural (e, com o êxodo, a urbana) (Flores; 1995) (6).

III.2 - DE SUBALTERNO PARA PRODUTOR PLENO

Diante desses e de outros fatores de inquietação, os produtores integrados e, de modo geral os trabalhadores rurais, precisam reconhecer o seu potencial de produção. Ao tomarem consciência da importância e do volume da matéria prima produzida, seguramente saberão valorizar-se mais e, como consequência exigir melhor reconhecimento e atenção.

Não há dúvida de que o País deve grande parte de sua produção agrícola, à agricultura familiar, que em inúmeras vezes supera a agricultura patronal quando se trata da produção de leite, ovos, trigo, banana, tomate, feijão, laranja, mandioca, carne suína e de frango. Além de que, a agricultura familiar tem uma capacidade de absorção de mão de obra que supera a da agricultura patronal, fato que por si só é de extrema importância, quando o país vive às voltas com índices crescentes de desemprego. A sua luta pela sobrevivência e, mais do que isso a luta pela vida e por vida plena, via um trabalho coletivo e associativo de mutirão, como insistência de preservar a economia familiar, constitui-se uma alternativa real à degradação, à miséria e a desmoralização. Reconhecer-se e situar-se como proprietário produtor, em ritmo de produção agro-industrial, como é o caso dos integrados, é de fundamental significação para que os produtores do setor agrícola, construam opções teóricas e práticas.

Concretamente na diversidade conceitual de classes subalternas, encontra-se uma para enquadrar as famílias que constituem a base da agricultura familiar. Nela, como nas

demaís, grassam contradições, conflitos e confrontos distintos, que no conjunto de relações e no embate das contradições internas espelham a inserção no modo capitalista de produção.

Este quadro contraditório torna-se mais complexo, por espelhar e expor a existência de conflitos de interesse também modelados internamente. É possível elencar estes conflitos, como geradores de relações não amistosas tanto entre agricultores e integrados, quanto entre integrados. Destacam-se alguns: a) entre os agricultores e os produtores integrados. Os primeiros percebem uma maior capacidade de expansão dos integrados; b) entre os produtores integrados com uma ou outra agroindústria. A tabela de benefícios ou vantagens traz algumas especificações que caracterizam uma agroindústria. É o exemplo da CEVAL, que na criação de suínos é mais exigente que a SADIA em termos de mínimo de matrizes e padrão técnico das instalações; c) entre os integrados de uma mesma agroindústria. Principalmente em função da expressiva desigualdade do “lucro” obtido por lote. Este fato é mais comum dentro da parceria tanto de aves quanto de suínos; d) entre o integrado da UPL - produtor de leitões - e o integrado que faz terminação. Enquanto os primeiros lutam pelo aumento do preço pago por kg de leitão, os últimos lutam para pagar menos pelo leitão. Também os integrados da parceria da terminação reclamam da qualidade nem sempre boa dos leitões que recebem, acusando de mal intencionados ou de desleixados os integrados da UPL; e) entre os integrados de modo geral com os agricultores produtores de grãos ou de fumo, por considerarem alto o preço cobrado pelo esterco - adubo orgânico; f) entre os integrados de frango e a agroindústria, pela qualidade do pintinho que recebem. Eles já aprenderam que o seu lucro depende da qualidade do lote e que esta qualidade também depende da qualidade e da linhagem do pintinho; g) entre integrados de modo geral e as agroindústrias, pela qualidade da ração e pelas inúmeras vezes que são utilizados como cobaias para testarem alguma linhagem de frango, raça de suíno, ingrediente na ração ou mesmo algum medicamento lançado no mercado. Estas disputas e contradições, marcam os subjetivismos presentes na agricultura familiar, tornando-se característica de sua condição de subalternidade. Uma subalternidade com forte sustento hierárquico, que visivelmente se expressa na relação de dependência, sustentada também pelas dificuldades econômicas, pelos limites culturais, limites técnicos e genéticos, e pelo acesso desigual aos bens sociais

como saúde, educação e previdência. São graves problemas que ameaçam propostas de associações e perspectivas de produção mais coletivizadas.

A categoria de subalterno, pressupõe uma diversidade de situações e de formas de subalternidade. Cada qual assegura sua riqueza histórica, cultural e política e, dentro dessa diversidade de concepções, subjazem as esperanças e concretas possibilidades de superação. As esperanças, as lutas de cada grupo, e no caso específico dos produtores integrados, conduzem a diferentes resultados históricos e no caso a uma maior participação.

O envolvimento e o compromisso maior no campo da produção da matéria prima carne, tende a desativação de antigas contradições internas, diante das contradições básicas que cercam o do desenvolvimento capitalista. Novas contradições, mais complexas e abrangentes do que as presentes na relação com o comerciante, tomam forma e corpo, inserindo o integrado na contradição base do capitalismo: burguesia versus proletariado. Assim, a luta dos proprietários produtores por uma participação maior dos lucros, traz em seu interior aspectos políticos, sociais e epistemológicos contra a exclusividade do domínio da tecnologia e da engenharia genética.

O grande impasse para o agricultor e para o integrado, é: como acelerar o processo inovador capaz de abrir caminhos que atenuam ou destruam a autoridade da cultura tradicional? Diante das adversidades, das incertezas e da instabilidade das políticas agrárias, como predispõe-se para a reinvenção cultural paralela a apropriação tecnológica? Mudar e, abrir-se para novos aspectos políticos, culturais e epistemológicos, precisam ser a pauta e a fonte da busca de uma legitimidade alternativa, contrária à legitimidade hoje vigente, implica no rompimento do estado de cooptação às formas de subjugação da crença e da vontade dos trabalhadores agricultores. A inovação cultural, as novas formas de consciência da abrangência da subalternidade, devem ser frutos da ruptura das velhas relações de dominação e de exploração, determinando o rompimento dos vínculos de dependência. É um rompimento que precisa libertar o trabalhador agricultor, o integrado e, ao fazê-lo libertar o trabalho e descobrir o significado de propriedade e de proprietário produtor. Uma nova concepção de trabalho, organiza novas con-

cepções de vida, do eu individual, do outro, das relações sociais, das relações míticas com a natureza, de novos valores, de novos projetos e de novos desafios.

Mas, para isso, o conceito de subalterno precisa ser redimensionado. Ele não pode tão somente expressar a expropriação material, mas também a dominação e a exclusão social, política e econômica. Faz parte desse entendimento da subalternidade, a superação conceitual do arcaísmo da agricultura familiar. Pode-se iniciar superando um equívoco de Lenin quando dizia:

“...Mas na agricultura o capitalismo penetra com especial lentidão e através de formas extraordinariamente diversas”(Lenin; 1974:167) (7).

Significa dizer que o caráter progressista de desenvolvimento das forças produtivas, não encontram no agricultor os parâmetros da racionalidade objetiva do próprio processo econômico. Mas como pode ser observado junto aos integrados e nos não integrados, não é esta a lógica presente. O potencial produtivo da agricultura é o sustento básico da economia de uma nação. No caso brasileiro, a agricultura é o sustentáculo do Plano Real. As seguidas safras recordes, beirando 75 milhões de toneladas de grãos, são mostras da importância e da alavanca que a agricultura representa para a solidez econômica do país. É em torno dela que gira a indústria de insumos, a genética das sementes, a indústria de máquinas, a industrialização alimentar, e a possibilidade de mais alimento na mesa do povo. Negar a potencialidade da agricultura é desejar o seu atrelamento constante ao arcaísmo produtivo e desatar o seu caráter progressista. Não reconhecer e não colocar a agricultura no seu devido lugar, significa também destituir e negar aos trabalhadores agrícolas, a condição de agentes ativos da história. E, mais uma vez citando Lenin:

“o real... Não é o que os camponeses pensam... E sim depreende das relações econômicas da atual sociedade”(Lenin; 1980:83) (8).

Mesmo assim, por mais subalterno que possa ser considerado ou considerar-se, ele também age e “faz diferença”, ou seja possui a capacidade de mobilizar recursos e mudar o contexto das relações. Sente-se encorajado a monitorar suas próprias atividades bem como influenciar a outros buscando uma regularidade de condutas quotidianas com um nível de consciência mais racional. Na condição de agentes, criando e exercendo ações

diferentes, incorporam rotineiramente novas características temporais e espaciais trazendo-lhe outra constituição e outros significados.

Se o capital é o agente da história por impor sua lógica, concebe também a necessidade do conflito entre a história e a consciência que dela tem os participantes. Isto equivale a dizer que, o ser e a consciência, são apenas antagônicos, motivo por não serem agentes e nem resultados históricos. Deduz-se assim ser a consciência um elemento de alienação e de mediação crítica da história, ou seja de contradição e de luta social.

Enfrentar essa situação de descrédito no potencial do agricultor, significa ultrapassar concepções iluministas de cunho positivista e liberalizantes da economia burguesa. Temos contribuições preciosas no sentido de superar estes impasses. O próprio agricultor dá mostras disso, quando, experiencia novas formas de organização e de aprovação ou não, de genéticas alternativas como por exemplo o Chester, o Bruster e o Classy (9). Importantes demonstrações de contestações, destacam os limites da desconsideração do potencial do homem agricultor e a sua suposta incapacidade de criar propostas de novas ações. Insistir no caráter de desqualificação e na incapacidade do desenvolvimento da força produtiva presente nos agricultores, é uma forma conservadora e estática, que em nada contribui para solidificar uma auto-valorização do homem agricultor.

Seu objetivo e compromisso é divulgar a falsa idéia de impotência da luta dos homens do campo. Fazem questão de situar o agricultor como alguém alheio politicamente, como alguém que está por fora dos problemas econômicos e sociais. Fazem questão de situar a postura política como um terreno de interesse de outras categorias sociais que não os agricultores. Essas posturas conflitam com a situação atual, pois o agricultor e de forma mais convincente o integrado, estão surgindo como sujeitos políticos.

O reconhecer em si mesmo de uma enorme riqueza produtiva, e da força de seus movimentos reivindicatórios, significam para a burguesia uma grave ameaça e, risco de perda do monopólio político, econômico cultural e social. Para Martins, os movimentos sociais dos agricultores tem tido um papel básico, desde a Revolução Francesa, nas grandes transformações do mundo capitalista. (10)

A produção agrícola e mais especificamente a do integrado, é determinada pela lógica do capital, este fato não torna o homem agricultor um ser totalmente passivo e manipulado. O capital, ao marcar uma presença mais significativa na agricultura, implantando a sua estrutura produtiva, pelo sistema de integração, ou ao modernizar diversos de seus setores, criou para si e para o agricultor, o desafio de novas contradições e antagonismos. A sua presença material no meio rural, custa ao próprio capital riscos que não encontra no seu modo tradicional de ação nas grandes indústrias urbanas. No objetivo da constante e necessária expansão, o capital arrisca, mas tenta em tudo e constantemente diminuir estes riscos. Esta é uma das justificativas de uma implantação gradativa da produção em escala industrial no meio rural.

A agricultura é acompanhada de muitos riscos que em princípio não podem ser mensurados, como os da indústria mecânica, noveleira, montadoras de veículos, de equipamentos eletrônicos, etc. A agricultura encontra o seu sustento na matéria prima viva, de cunho orgânico e não mineral e morta, como nos setores industriais de produção de máquinas. Lidar com seres vivos, animais ou vegetais e passar a depender deles, significa de fato correr riscos maiores e em consequência exigem maior habilidade de controle e mais cuidados na expansão. Por tratar-se de seres vivos e por precisar agilizar a produção tornou-se imprescindível um domínio maior do tempo e do espaço.

Diminuir o tempo para o abate e para a maturação, reduzir os espaços por animal ou planta, tornam-se uma meta revestida de desafios. A sua presença, com mais vagar e mais distanciada, alia-se ainda aos tímidos conhecimentos científicos e tecnológicos de domínio de condições que são de ordem natural; chuvas, granizo, vendavais, geadas e calor excessivo. Ao agir dessa forma o capital, não está querendo realçar o grau de subalternidade do agricultor, mas está reconhecendo e admitindo os seus próprios limites. No seu objetivo de potencializar ganhos, minimizando os custos de produção, obrigam-no a levar ao meio rural, condições materiais concretas, para que o agricultor pelo contato com a tecnologia e de formas produtivas mais avançadas, possibilitadas pela criação e ampliação do conhecimento, produza mais e melhor, tornando-se a alavanca do progresso do capital e da nação.

O Brasil do Real aposta e confia na agricultura, pois é ela atualmente quem paga a conta da estabilização, é ela que sustenta a urbanização. Em 1995 houve um acréscimo de 408% dos investimentos do setor.(11)

A transformação do agricultor, de produtor familiar para produtor integrado, com tecnologia organizacional, com o redimensionamento de valores, de conceitos, concepções de tempo, de espaço e de homem, acenam como um avanço e indicam novos graus e outros patamares de conquistas e de lutas.

O integrado passa a fazer parte de um novo mundo e de uma nova força produtiva. Influenciado por este novo mundo comparece de forma diferente na sociedade. Sobre ela e com ela formará uma nova consciência, recheada de contradições e de conflitos. Ele ainda não é soberano, pois continua submetido às normas do mercado, regido pela ótica capitalista. No entanto tem como pressuposto básico de sua luta a superação do conceito de divisão do trabalho, presente na Ideologia Alemã:

“divisão do trabalho está dada a possibilidade, mais, a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, o prazer e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes”(Marx e Engels; 1984:36) (12).

Esta divisão expressa a divisão manufatureira do trabalho e, nela cada trabalhador contribui de forma parcelar na produção de uma mercadoria. Ou seja, é necessário o trabalho coletivo de um grupo de trabalhadores parciais e o produto desse coletivo é a mercadoria que não lhes pertence, mas é assumida pelo capital.

“A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence”, além de “pressupor a concentração dos meios de produção nas mãos de um capitalista” (Marx; 1985:408) (13).

Não é esse o caso dos agricultores e dos integrados. Para eles, muito mais se faz presente o conceito de divisão social do trabalho, que tem como pressupostos básicos a:

“dispersão dos meios de produção entre os produtores de mercadorias independentes entre si”, e “faz confrontar-se produtores independentes de mercadorias” (Marx; 1985:407)(14).

Enquanto a divisão manufatureira subdivide os homens, menospreza suas capacidades e necessidades, fato que por si só precisa ser considerado crime contra a humanidade, a divisão social do trabalho subdivide a sociedade e pode fortalecer tanto o indivíduo quanto a categoria ou o grupo social. É na divisão social que os integrados procuram uma maior realização de seu potencial humano. Cada um na sua atividade específica, frango ou suíno, quer fortalecer-se como indivíduo e, ao fazê-lo fortalece o conjunto dos agricultores. Então a divisão do trabalho é uma necessidade histórica e social. Ela se constituiu no gérmen da cooperação, que por sua vez é um pressuposto do capital. Somente a forma de produção capitalista que viabilizou a cooperação, dentro dos preceitos do capital, é condição para se chegar à cooperação diretamente solidária. Mas esta só é possível quando intermediada pela tecnologia e pela ciência. Por isso, a medida em que a tecnologia, tanto a mecânica quanto a genética, difundir-se mais entre os integrados, mais e melhores condições estarão sendo dadas para que eles se tornem mais sociais, mais participativos e se reconheçam mais gente.

O integrado encontra-se inteiramente mergulhado no mundo capitalista e, para os conceitos burgueses, está saindo do arcaísmo e da ignorância. O conceito que agora lhe é atribuído e com o qual passa a compartilhar, já não é mais o de agricultor tradicional perdido na sua própria obsolescência. A ilusão do conceito de produtor capitalista pleno, esvai rapidamente à medida em que as novas relações, cunhadas na divisão social do trabalho, vão surgindo. O integrado, apesar de produzir uma mercadoria vendável no mercado, sabe dos seus limites em relação a este mesmo mercado. Ele ainda não está preparado política, econômica e socialmente, para o desafio que o capital lhe oferece de pertencer ao mercado que está em busca da globalização. Hoje ainda, ele comparece no mercado, intermediado pela agroindústria ou pela mercadoria que produz: frango ou suíno. Sua presença é pois ainda uma presença à distância, pois comparece fazendo-se representar. Mas não é este o projeto inerente ao homem, é sim comparecer inteiramente respeitando as diferenças e aparando as desigualdades.

A integração não significa por si só uma maior liberdade econômica para o agricultor integrado, muito menos a superação completa de sua condição de subalterno, pelo simples ato de integrar-se. As necessidades econômicas, sociais e políticas tanto dos

agricultores - pequenos proprietários rurais e agora produtores integrados - quanto das agroindústrias, revestem-se de novos elementos quando ambos se lançam numa integração a nível de globalização e agora profundamente inter-conectados à semelhança do que Giddens denomina de reencaixe. Uma integração que se expressa no inter-relacionamento ou na interdependência entre um e outro, a tal ponto que um não existe sem o outro. É uma interdependência que trás o capital como seu fundamento e, por isso mesmo pauta-se num poder de decisão polarizado. A agroindústria tem a seu favor mais elementos de poder e por isso é ela a geradora de maior volume de decisões.

Sendo o capital o parâmetro fundamental da relação, ela se reveste ainda, pelo exercício de um poder beirando ao despotismo, por parte da agroindústria. A lógica do capital que rege a agroindústria, é extrapolada e estendida ao integrado, obrigando-o a um envolvimento que se caracteriza por manipulação. Rege-se a relação nos princípios que são próprios do capital gerando a necessidade de estabelecer determinadas normas e regulamentos, que permitam um controle e mesmo a manipulação social. A integração, mesmo guardando características fordistas, pela produção em massa, pela produção de produtos padronizados, pelo controle do tempo e do espaço, pelo trabalho com características parcelares, fragmentando funções, separando elaboração e execução, põe de um lado os detentores do conhecimento de genética, do balanceamento da ração, do conhecimento e domínio do mercado, do potencial de industrialização da matéria prima carne, enquanto mantém o integrado ocupado sobremaneira com a atividade de executar ou de tratar. No que se refere às formas de convencimento, as estratégias de envolvimento, o relato dos benefícios, muito mais induzem o agricultor a se integrar, do que o obrigam. Cria-se um clima de expectativa tal, que a decisão para se integrar assume características de cooptação. Assim, é possível nestes aspectos, dizer que existe uma proximidade com o novo paradigma produtivo do toyotismo nas suas versões: “família empresa”, “sindicato empresa”, “nossa empresa” e cooptação, levando os integrados a assim se expressarem: “a decisão de integrar foi uma decisão minha”.

Apesar das contradições, dos conflitos, da disparidade no campo das decisões e do conhecimento e, a integração caracterizar-se como capitalista e conseqüentemente exploradora da força de trabalho do integrado, a agricultura, as agroindústrias, o consumidor a expansão da produção de alimentos, são grandes beneficiados. A integração é fruto

de um desenvolvimento necessário ao capital, à sociedade e ao agricultor. Talvez possa se constituir em um processo acelerador da emancipação do indivíduo enquanto em busca de ontogenias.

Parte-se do princípio de que a integração é o prelúdio, é um pressuposto, ou seja uma situação necessária, conforme ver-se-á mais adiante, para o início de uma caminhada para a liberdade. Mesmo e, apesar de ser considerada apenas uma atividade do puro material, independente de uma prévia condição da ordem social e de uma ordem política definida. Para tanto, analisá-la, é olhá-la à luz de um processo objetivado na estrutura material e formal de organização de suas atividades. Superar o nível da aparência dessa prática produtiva, é desafiar-se, procurando desvelar o real conteúdo que a ela subjaz. Nessa perspectiva de enfoque, a integração não pode ser vista somente como o resultado do desempenho material e objetivo do agricultor integrado. Os aspectos sociais, políticos, formativos e cognoscivos, com perspectivas de ontogenias, ocupam seu lugar de destaque. Certo é, também que, o próprio agricultor e a sua prática são construídas independentemente do seu desempenho enquanto esforço individual. O integrado na sua atividade expressa aquilo que ele é, e o que ele é coincide com a sua produção, não há como modernizar a produção se paralelamente não se modernizar o produtor. É esse o projeto do agricultor ao se dispor a abandonar a forma de produção artesanal. Passará a ter história, e saber-se-á em desenvolvimento e, por isso mesmo, os hoje proprietários produtores,

“são os homens que desenvolveram a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”(Marx e Engels; 1985:23) (15).

Tal qual o projeto da modernidade exigiu, a integração está a exigir uma modificação da mentalidade, um entretenimento numa perspectiva de exigir novos métodos de produzir, que aliado às novas estruturas e relações do e no trabalho, molda-se na constante exigência da evolução das tecnologias e da genética animal.

III.3 - BUSCANDO A UNIVERSALIZAÇÃO

Todo o mercado de trabalho está passando por uma radical reestruturação. E, diante de um mercado trabalhista cada vez mais volátil, de um aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, o trabalhador, e aqui especificamente o produtor integrado, necessita participar e apropriar-se de informações precisas e atuais; torna-se cada vez mais relevante a apropriação e o acesso ao conhecimento científico e técnico, pela importância que o mesmo representa na luta competitiva; tomar conhecimento e agir dentro da perspectiva da redução dramática do tempo de giro, tanto no setor produtivo, quanto no de consumo; é imprescindível o participar na reorganização dos espaços, produzindo mais e melhor; inserir-se nas atividades materiais de produção e consumo, onde a fluidez, a instabilidade o frenesi, significam palavras de ordem e ação. Somente um novo e ainda difuso homem, um novo agricultor agora produtor integrado, que se desenha como um devir, pode abordar e integralizar com lucidez e maior rapidez a revolução conceitual de si mesmo, nesse impressionante desafio de novas oportunidades que se descortina. Um mundo a ser descoberto, uma nova vida a ser iniciada, um homem em fase de construção de si mesmo e a partir de si mesmo. É este e neste agricultor, produtor integrado, que se desenha a transição pela irrupção do casulo e exteriorização de seu conteúdo, a se por no mundo qual uma explosão cheio de vida e de futuro auto-consciente.

O produtor integrado, como todo e qualquer ser humano busca resolver as necessidades que o opõem a si mesmo e as carências contraditórias pelas quais viabiliza a construção de sua humanização. Ele deseja construir a própria possibilidade da humanização dentro de sua carência de humanidade. Esse movimento de construção e de transformação aparece espelhado, expressando o que realmente é e não acobertado pelo contraditório ou ainda como uma ruptura estranha ao processo social.

Ao incorporar as novas formas de produção, a tecnologia organizacional, a engenharia genética, junto com os elementos críticos e as possibilidades históricas já contidas no conhecimento imediato e no cotidiano de sua prática, o integrado aproxima-se de possibilidades de superação. A superação profundamente conflituosa se realiza no embate contraditório entre o real e o racional. Podem ser considerados fontes do conflito, a

forma artesanal de produção do agricultor e a respectiva relação de submissão à natureza e as hoje relações sociais mediatizadas pela mercadoria, pela tecnologia, pela relação capitalista; também a relação produtor versus produtor, é conflituosa porque nela ainda sobressai o poder desigual da posse de bens materiais e de conhecimentos extremamente elitizados e hegemônicos. Também considerada fonte de conflitos é a dificuldade dos produtores integrados reconhecerem-se como sujeitos da história e sujeitos do conhecimento. O seu não reconhecimento no cenário histórico torna impossível a contraposição da história do homem e da história de homem, hoje contada como consequência dos compromissos ideológicos dos dominantes. Firmar-se nesta possibilidade é ver o quanto o capitalismo dominante, é capaz de reduzir tudo hegemonicamente a ponto de estender os seus benefícios em direção à classe dominante. É ter presente que, por mais que o capitalismo avance formas de domínio do físico, ele não pode dominar a essência interior, o imaginário a força do eu, o poder do eu.

Consciente ou inconscientemente, o produtor integrado ao deliberar sobre a tomada de decisão, de entrar ou não na integração faz uma análise das demandas e necessidades econômicas e consumistas que o mercado e a sociedade estão exigindo. A leitura do mercado, feita pelo próprio integrado ou intermediada pela agroindústria, entra como um elemento imprescindível na hora da decisão. Pela experiência adquirida ao comercializar os excedentes, o integrado sabe que o suprimento da sociedade com valores de uso e de troca é controlado muito mais pelas leis do mercado, do que pelas necessidades físicas dos indivíduos. Isso confere ao integrado o entendimento de que o mercado decide o que é consumido, suplantando por outro lado a liberdade de satisfação das necessidades fenomênicas, particulares e imediatas dos indivíduos.

O que satisfaz a sociedade de consumo não é o que alguém como indivíduo decide produzir, mas é sim aquilo que o mercado decide ser um carecimento social, que então é passível de satisfação. Com isso também está se dando a condição da criação de produtos e mercadorias que o próprio mercado não se deu conta ainda. Esta ilimitada possibilidade dos sonhos, e a busca de sua satisfação conecta-se com o dizer de Hegel na Fenomenologia do Espírito: “Não mates o senhor em ti”, que muito bem pode significar: não mates os teus sonhos. A diversidade das demandas do mercado e seu acesso, está condicionada ao poder de compra dos indivíduos, o que equivale a dizer que nem sempre

os carecimentos e os desejos externados pelo indivíduo são de fato seus reais carecimentos. Entendendo aqui que o poder de compra é a capacidade de atendimento total ou parcial de uma necessidade, que pode estar limitado às condições sociais de classe.

O dia a dia do produtor integrado, o seu contato com um novo e dinâmico mundo, novas formas de produção de alimentos, o seu contato com amplas e sofisticadas inovações da engenharia genética, certamente não são experiências limitadas ao campo do senso comum, mas são mais provavelmente experiências, tentativas e ações que lhe abalam a segurança e o aconchego familiar, trazendo certamente consigo a sensação de não conhecer o todo. Mas existe a possibilidade de, apesar da forma produtora ser ainda alienante, apesar da amargura de fracassos e resistências, o integrado sonha com o progresso permeado pela ação recíproca de incessantes conflitos. É nas falhas, nos reveses e nos erros, que as verdades se firmam, que o progresso espiritual e material se concebe e se realiza. É no próprio conflito que se encontra o germen da solução. E a despeito de todos os dissabores, de todas as dúvidas, quanto mais o integrado as vencer e solucionar, maior a sua proximidade com a meta do desenvolvimento e da auto-realização.

É histórico o desencontro entre o tempo do fazer e o tempo do conceber, entre o tempo da contestação e o tempo da dominação. Há rupturas no modo de ser que acenam com o possível, que emerge do interior, que se embasa, que encontra expressão relevante na decisão de aderir à produção integrada na sua forma capitalista. São rupturas até circunstanciais, mas trazem em si a chama da possibilidade da incorporação tecnológica, da vontade de se por como ser homem mais universal. Os produtores integrados carregam dentro de si um código de mudança social, que começa a se manifestar como movimento dinâmico e que encontra resultados concretos nas ações de se mostrar mais homem para si e para o mundo.

III.3.a - PRODUTOR HISTÓRICO

A trajetória do pequeno agricultor, de produtor familiar e para a subsistência com comercialização dos excedentes e hoje produtor integrado, produzindo para um mercado em fase de mundialização, é uma trajetória histórica. É histórica por:

“que tiveram um início, sofreram - e continuam sofrendo - um processo de desenvolvimento e pode se dissolver, depois de terem criado as condições para formas superiores de convivência social” (Gramsci; 1987:69)(16).

As condições e a realidade inicial, uma espécie de pré-capitalismo, foram superadas. O integrado passa para uma forma melhorada de produção, com melhor padrão de qualidade, com significativa redução de custos e produzindo uma quantidade também maior. Tal qual a primeira fase, a atual não é eterna, nem pode ser perpetuada, ela não tem as características da imutabilidade, mas, ao se formalizar tanto em conteúdo quanto na forma, traz em si mesma a concepção e o germe do desenvolvimento e a conseqüente transformação para níveis superiores. Perpassa nessa trajetória histórica, o abandono do individualismo inoperante e cego. Concepção que substituída põe a possibilidade da construção de uma outra forma de pensar o seu eu isolado. Pensá-lo como ser universal, como produtor coletivo. É na concepção da universalidade, no entendimento de si como totalidade que os proprietários produtores encontrarão formas de ação, para transformar as hoje relações tendenciosas e verticalizadas, em relações econômicas, políticas e sociais mais horizontalizadas.

Os agricultores em sua produção familiar, e mesmo hoje produtores integrados: **“não têm em seu conjunto nenhuma experiência organizativa autônoma” (Gramsci; 1987: 131) (17).** Os primeiros encontram-se ainda enquadrados nos tradicionais esquemas da burguesia capitalista, aqui representada pelos comerciantes e atravessadores; os integrados, são ainda neste momento determinados pelo agro-industrial; ambos estão sob controle e são dirigidos por esquemas burgueses e capitalistas.

Os agricultores e os produtores integrados, de um modo geral, formam um grande grupo de trabalhadores amorfos e desagregados. Individualmente, em sua família, com o vizinho, eles estão em constante efervescência, mas ainda como um coletivo, não estão em condições de formalizar uma expressão às suas aspirações e necessidades de um modo geral. Urge pois, a construção de uma mentalidade coletiva e de equipe. Esta mentalidade, implica em não mais pensar como produtor de fumo, como produtor de frango, de leitão ou de suíno, mas pensar como produtor integrado, como membro de uma mesma categoria. A realização desta mentalidade universal, pode conquistar e

construir formas mais humanitárias de produção material e intelectual e sua conseqüente distribuição universal. Vencer o subjetivismo capitalista transmitido absorvido e agora praticado, na sua forma mais primitiva, ou em sua forma mais racional, ainda é fator de isolamento e de distanciamento entre os homens. Marx e Engels, referindo-se ao tema, escreverem:

“A consciência isola os indivíduos uns contra os outros, não apenas os burgueses mas ainda mais os proletários, e isto a despeito de os aproximar. Daí que demora muito tempo até que estes indivíduos se possam unir... E por isso só ao cabo de longas lutas se consegue vencer todo o poder organizado contraposto a estes indivíduos isolados que vivem no seio de relações que diariamente reproduzem o isolamento” (Marx e Engels; 1985:80/81) (18).

Todo e qualquer êxito de transformação real e concreta reside na desagregação dos sentimentos do individualismo egoísta, na desagregação das relações de dependência, na construção de modos de pensar e de ações coletivas, na construção de concepções universalizantes. Ou seja,

“Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra uma outra classe; de resto, contrapõem de novo hostilmente uns contra os outros, em concorrência” (Marx e Engels; 1985:83) (19).

E, para que se tenha uma possibilidade maior de compreensão de que esse contingente de trabalhadores produtores, possa encontrar-se como sujeito de seu processo produtivo, é necessário que se faça um estudo do trabalho em si. Um conhecimento profundo do que seja o Trabalho Humano Abstrato, a sua gênese, os seus pressupostos e a real possibilidade de desenvolvimento posto tanto nas condições objetivas que o tornaram possível, quanto no desenvolvimento por ele viabilizado. É na essência do Trabalho Humano Abstrato, no seu auto-desenvolvimento, no seu devir que estão os pressupostos de um tornar-se sujeito sobre a materialidade do mundo, que espera-se seja também possível para o produtor integrado. Ou então, propor como questão desafio: pode o produtor integrado, no processo de produção que integra, realizar momentos de auto-realização?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) BERMAN, Marshall. Tudo o que sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
- 2) KURZ, Robert. A realidade irreal. Folha de São Paulo, Caderno MAIS. 03.09.95. Citam-se como exemplo o fracasso do Banco Barings de Londres, pelas mãos de um corretor de 29 anos; o colapso do Econômico em 95, quando em 94 ainda configurava como o 8º banco em termos de economia; o efeito tequila provocando a quebra do País do México, mais as constantes ameaças que pairam sobre a Argentina, o próprio México e inclusive o Brasil, diante do capital que funciona como uma espécie de “nuvem”, esvoaçante, sem alma e sem pátria, que se encontra retido nas mãos dos novos senhores do mundo, particularmente: FMI, BIRD, OTAN..., conforme descreve, Eric Hobsbawm, no livro, Nações e Nacionalismos.
- 3) A revista Science, publicou no dia 09.02.96, o resultado de pesquisas que sinalizam para a possibilidade de que o quark, partícula considerada elementar não fosse de fato indivisível. A comprovação dessa hipótese põe em cheque o Modelo Padrão de Murray Gell - Mann, aceito como a teoria que explica a matéria, Artigo publicado na Folha de São Paulo em 08.02.96 sob o título Cientistas Questionam a Teoria da Matéria.
- 4) MAAR, Wolfgang. Globalização: mito e realidade. Folha de São Paulo, 07.08.95.
- 5) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Editora Moraes, 1984 p. 67.
- 6) FLORES, Mário Cesar. O campo na questão social. Folha de São Paulo, 03.10.95, Caderno 1, p.3.
- 7) LENIN, V.I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Barcelona: Aial, 1974, p.167.
- 8) LENIN, V.I. O programa agrário da social democracia na 1ª Revolução Russa de 1905/1907. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 83.
- 9) O Chester foi lançado a 13 anos, pela Perdigão, como forma de competir com o peru da SADIA no mercado de produtos natalinos. Ele possui 70% de carne na coxa e no peito. O Bruster é considerado um super-frango, uma ave geneticamente melhorada, cujas avós são importadas da Escócia. É produzido pelos integrados da Frangosul e também possui mais carne na coxa e no peito. A ave Classy, produzida pela Seara, desde 1993, é também uma ave geneticamente melhorada com mais carne no peito e nas coxas.
- 10) MARTINS. José de Souza. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Hucitec, 1989.
- 11) A Folha de São Paulo publicou em 16.03.96 no caderno 1:06, um quadro comparativo dos investimentos feitos nos diversos setores no governo de Itamar e FHC e respectivos orçamentos de 1994 e 1995, dizendo: “A função de governo que recebeu mais adubo em 95 foi a agricultura. Tendo que enfrentar a crise deixada por Itamar, FHC elevou em 408% os investimentos no setor. Eles cresceram R\$ 387,4 milhões e saltaram de sétimo para quarto lugar no ranking. Os maiores projetos agrícolas executados pelo governo no ano passado foram o Apoio ao Pequeno Produtor Rural (R\$ 163,2 milhões), o Irrigação Nacional (R\$101,4 milhões) e pesquisa agropecuária (R\$ 51,2 milhões)”.
- 12) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, p. 36.
- 13) MARX, Karl. O Capital. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985, p. 408.
- 14) MARX, Karl. O Capital. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985, p. 407.

- 15) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, p. 23.
- 16) GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.69.
- 17) GRAMSCI, Antonio. A Questão Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.131.
- 18) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, p. 80/81.
- 19) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, p. 83.

CAPÍTULO IV

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO HUMANO ABSTRATO

IV.1 - A GÊNESE DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO

As aparências são insuficientes, deformam e dissimulam a potencialidade concreta e objetiva do real posto. A sensação de impotência diante do real concreto, suprimindo pela incapacidade de desvelar o real conteúdo do trabalho, permite o sustento e a manutenção de dogmas, nada esclarecedores. Adentrar em uma investigação que ultrapassa o nível das aparências, é investigar e apreender a partícula primeira, o princípio ativador, a unidade geradora da ação e do conceito de trabalho. A desmistificação do trabalho implica num trânsito para além do pragmatismo liberal, empírico e dos aspectos deformadores pelos quais foi e ainda é distinguido. A partir do trabalho simples, surgem também as circunstâncias e as condições que permitem um estudo imparcial da potencialidade do trabalho nas formas de produção capitalista. A configuração definitiva que se revela latente, também permite a sua determinação e apreensão. O conteúdo do trabalho, está na sua base material, na forma material de sua organização, na estrutura das relações sociais que o produzem e que produz.

Entender os elementos que o constituem que o estruturam e o determinam, permite o seu desvelamento e entendimento. Percorrer a trajetória do seu devir, do seu desenvolvimento, da sua dinamicidade e realização histórica, é adentrar não só na sua prática, mas elevar tal qual ele se elevou, ao nível do conceito. No confronto com o seu conceito, rompe-se o compromisso com o velho trabalho concreto, manual, servil e escravizador do homem. A necessidade do conhecimento do conceito simples de trabalho, posto como ato mediador entre a satisfação dos carecimentos humanos obtidos a partir da natureza, permite a sua colocação como elemento central da objetivação concreta do homem no mundo. A saber que por esta mediação o homem se torna efetivamente soberano e senhor da natureza, da qual usufrui a partir da ação trabalho. O homem permite construir, construindo um mundo mais humano e possibilitando a entrada num viver exercendo atividades de nível superior. E neste mundo ele há de se reconhecer, reconhecendo-o igualmente como obra sua. É o homem adequando o mundo a si, e não mais se adequando ao mundo.

Não só divagar, mas penetrar na substância última e primeira da construção do conceito de trabalho, das categorias que possibilitam a transmutação do trabalho simples para o Trabalho Humano Abstrato. Numa perspectiva de ultrapassar o imagético e o superficial e adentrar no real, busca-se o conceito simples. Encontrar este elemento simples, determinante do homem e autodeterminante de si mesmo, possuindo vida própria, fator básico de si mesmo, permitindo um desenvolvimento que nega o princípio, mas por outro lado trás e expõe a essência. Para isso torna-se imprescindível um mergulho, mesmo que sintético, na estrutura organizacional do trabalho, como responsável em determinada época, pela construção de um determinado tipo de homem, de sociedade e de mundo.

IV1.a - A PRODUÇÃO ARTESANAL

Na forma artesanal de produção, o artesão era quem controlava o processo de trabalho apropriando-se do produto. O artesão era um trabalhador individual, considerava-se controlador e conhecedor de todo o processo de trabalho, como de fato o fazia, desde a sua idealização, concepção do produto, sua produção e posterior comercialização. Marx, assim se refere a eles:

“Cada artesão particular, o ferreiro, o oleiro etc. Realiza todas as operações pertinentes a seu ofício, de maneira tradicional, mas independente e sem reconhecer qualquer autoridade acima dele e em sua oficina” (Marx; 1985:410)(1).

Os artesões se bastam, são auto-suficientes e desconhecem toda e qualquer autoridade superior que lhe queira indicar ou determinar o que e como produzir. Sendo o único controlador de seu trabalho, a produção do artesão, dependia dele mesmo. Era servo de seu trabalho. Somente dele, de seu trabalho concreto e imediato é que dependia a sua produção. Essa situação tornava o artesão trabalhador e, seus instrumentos de produção, interdependentes e unidos. Essa integração constituiu-se num freio e num limite ao desenvolvimento de outras forças produtivas.

IV.1.b - MANUFATURA: DIVISÃO DO TRABALHO E PLANEJAMENTO DO PROCESSO

Já a manufatura tem início, quando vários trabalhadores individuais ou artesões são concentrados em um mesmo local de trabalho e passam a estar sujeitos aos comandos de um capitalista. A partir desse momento, profundas transformações se sucedem e permeiam as relações de trabalho e a produção de mercadorias. Já o produto final deve passar por várias mãos, até o seu acabamento. Uma profunda mudança se faz necessária no próprio homem artesão, para que se submeta à nova forma de trabalho. A manufatura inicia o processo de colaboração. Os trabalhadores antes independentes, não mais trabalham para si, mas trabalham para o capitalista, detentor dos meios materiais de produção. Nos primórdios da manufatura, os artesões ainda mantêm algum domínio sobre o processo de trabalho, uma vez que o capitalista não domina tecnicamente a produção. Mesmo assim o produto passa a ser controlado pelo capitalista.

Segundo Marx, a manufatura origina-se de duas maneiras distintas, ou seja: a partir da combinação de vários ofícios independentes e a partir da cooperação de artífices, pela decomposição do ofício em diferentes operações, tendo cada função um trabalhador especial. Apesar de ser mais complexa em relação à produção artesanal, a manufatura continua dependendo de operações manuais e artesanais do trabalhador individual, manejando com habilidade e segurança o seu instrumento.

Cria o trabalhador coletivo, a proletarização, pela destruição do trabalhador individual, tomando dele a possibilidade de controlar o processo produtivo. A manufatura caracteriza-se pelo rompimento e destruição do indivíduo como sujeito universal, a submissão e redução à execução de uma tarefa única, repetitiva e que nada mais lhe exige, a não ser destreza. A manufatura caracteriza-se ainda como uma fase do desenvolvimento do processo em que o trabalho vivo, concreto e humano é imprescindível, porque o uso da máquina é muito limitado.

Com a implantação da divisão do trabalho, o mesmo exige a introdução de uma nova força produtiva, o planejamento do trabalho. A partir dele pode ser estabelecida uma racionalidade na produção, antes desnecessária, pois ela estava no próprio indivíduo, mas

necessária agora, já que para executar sua tarefa, o trabalhador depende da execução da tarefa de outro trabalhador. A harmonia deve funcionar, sem desocupar ou atropelar um ou outro. O fator planejamento também tem destaque no acréscimo da produtividade. Cresce o dispêndio de força de trabalho num mesmo local, bem como acelera-se a intensidade do trabalho. Segundo Marx:

“O efeito do trabalho combinado não poderia ser produzido pelo trabalho individual, e só o seria num espaço de tempo muito mais longo ou uma escala muito reduzida” (Marx, 1985:374)(2).

Vale dizer que a força total, ou ainda a produção total da cooperação é maior do que a soma das forças ou produtos reunidos. O próprio contato e convívio social de diversos artesões causa uma emulação dos mesmos, propiciando uma maior capacidade produtiva. Produtividade que passa a depender também da virtuosidade do trabalhador bem como da perfeição, modificação e adequação cada vez mais sofisticada dos instrumentos de trabalho e também dos locais de trabalho.

Destruído o trabalhador individual, por não mais controlar o processo total de produção, os produtos sendo resultado de diversos trabalhos parcelados, introduzida a divisão técnica do trabalho, a produção é agora um fruto social. Trabalhando coletivamente, o indivíduo artesão, fica submetido a um todo, do qual constitui-se como uma peça que precisa estar perfeitamente ajustada com as demais. Um ajustamento que implica numa submissão a horários determinados de trabalho, a um ritmo definido e a um tempo uniforme de atividades. Torna-se necessário um domínio e um controle do capitalista sobre o processo, para que o mesmo seja eficiente. A necessidade da coordenação, de liderança, que represente os interesses comuns tanto em uma determinada comunidade como no caso dos vários artesãos reunidos é comentada por Marx ao afirmar, que:

“Todo o trabalho diretamente social ou coletivo, executado em grande escala, exige com maior ou menor intensidade uma direção que harmonize as atividades individuais e preencha as funções gerais ligadas ao movimento de todo o organismo produtivo, que difere do movimento de seus órgãos isoladamente considerados” (Marx; 1985:379/80) (3).

Significa de outro lado a condição de submissão de vários indivíduos à supremacia dos interesses de um outro, o capitalista. Uma situação que diante das condições de pro-

dução capitalista incide numa necessidade cada vez mais acentuada de exploração da força de trabalho. Essa progressiva exploração e espoliação do trabalhador, gera como consequência focos de resistência, criando uma situação de antagonismo entre trabalhadores e capitalista. Pode-se completar com Marx e Engel:

“Pela divisão do trabalho está dada, logo de início, a divisão também das condições de trabalho, das ferramentas e dos materiais, e com ela a fragmentação do capital acumulado entre diferentes proprietários, e com ela a fragmentação entre capital e trabalho, e as diferentes formas da própria propriedade. Quanto mais se desenvolve a divisão do trabalho, e quanto mais cresce a acumulação, tanto mais agudamente se desenvolve também esta fragmentação. O próprio trabalho só pode existir sob a premissa desta fragmentação” (Marx & Engels; 1984:95)(4).

IV.1.c - A MERCADORIA FORÇA DE TRABALHO

Extorquido do controle do processo produtivo, dos meios de produção e consequentemente do produto, o trabalhador coletivo, via cooperação capitalista, depara-se com o pressuposto do salário, principiando um viver condicionado à venda de sua força de trabalho. Sendo proprietário da única mercadoria que lhe restou e ficou permitida - a sua força de trabalho -, o trabalhador é obrigado a vendê-la, entrando esta mercadoria no mercado da troca: o processo da troca da mercadoria força de trabalho por salário. O capital propõem-se a trocar o valor da força de trabalho por um valor aparente, o equivalente salário. A princípio e aparentemente, apresentam-se como equivalentes com características quantitativas justas. Diante das condições de venda da força de trabalho, da entrada em cena do salário, a manufatura passa a exigir novas e diferentes relações e interações que passam a permear as condições de convívio entre o operário e o capitalista:

“Nas corporações continuam a existir a relação patriarcal entre os oficiais e o mestre; na manufatura, ocupa o lugar daquela, a relação de dinheiro entre operário e capitalista” (Marx & Engels, 1984:71)(5).

Um novo elemento real e concreto, torna-se o essencial intermediador entre o trabalhador e o capitalista. É o dinheiro, um algo irreal, uma simulação, um valor de troca, expressando concretamente esta relação contraditória e geradora de conflitos internos.

Inicia-se efetivamente a produção capitalista. Após um considerável estágio de acumulação primitiva, caracterizada pela expulsão indiscriminada dos camponeses, a transformação do solo em pastagens para ovelhas que forneciam lã para a indústria têxtil, a eliminação do sistema de guildas, considerados empecilhos por se oporem aos industriais, nasce o trabalhador moderno e livre. Um trabalhador que não mais depende dos senhores feudais e dos mestres das guildas, mas que foi desprovido dos meios materiais de produção. Trabalhador que agora é livre e tem a liberdade de vender a sua força de trabalho para quem é possuidor dos meios e dos instrumentos de trabalho. Inúmeros e diversos compradores da mercadoria força de trabalho aparecem para simbolizar concretamente a liberdade de escolha do também livre trabalhador. Todos eles e muitas vezes por um processo obscuro são também donos dos meios e instrumentos de produção. Implantavam-se assim as condições primeiras do modo de produção capitalista: o trabalho livre, assalariado e a propriedade privada dos meios de produção de mercadorias.

Para que a força de trabalho se tornasse uma mercadoria, foi necessário a sua existência como força de trabalho livre, ou seja o indivíduo deveria ser livre para poder vendê-la a alguém que também fosse livre para comprá-la. A formalização da troca da mercadoria força de trabalho pelo equivalente salário, via um contrato de trabalho, espelha o sentido de liberdade, de igualdade, fraternidade e justiça. No Capital, Marx assim se refere, a esse disfarce explorador:

“A esfera que estamos abandonando, da circulação ou troca de mercadorias, dentro do qual se operam a compra e a venda da força de trabalho, é realmente um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem. Só reinam aí liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor da mercadoria, força de trabalho, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, a expressão jurídica comum de suas vontades. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedades, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. A única

força que os junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados. E justamente por cuidar de si mesmo, não cuidando ninguém dos outros, realizam todos, em virtude de uma harmonia preestabelecida das coisas, ou sob os auspícios de uma harmonia onisciente, apenas as obras de proveito recíproco, de utilidade comum, de interesse geral” (Marx; 1985:196/97)(6).

IV.1.d - TRABALHO, VALOR DE USO E VALOR DE TROCA

Comprando a mercadoria força de trabalho, o capitalista põem-se a consumir esta força de trabalho, e ao fazê-lo realiza uma das condições fundamentais para a acumulação capitalista. Através dela concretiza a realização do valor de uso da mercadoria força de trabalho, mediante a qual produz e reproduz não só o seu próprio valor, mas mais valor.

A mercadoria força de trabalho, apresenta uma especificidade, uma propriedade que lhe é imanente e particular. Ela é a única mercadoria cujo valor de uso implica em ser não apenas uma fonte de valor, mas ser e podendo externar mais valor que em si possui. É essa mais valia, um algo novo propiciado e fruto do Trabalho Humano Abstrato, que será melhor delineado mais adiante.

Uma enorme e nova possibilidade que se externaliza diante do capitalista, porque durante o tempo em que a força de trabalho estiver à sua disposição, ela pode e irá produzir para além do que vale, mediante o uso de processos produtivos que vão diminuindo o tempo de trabalho necessário para a sua compensação, mas em contrapartida aumentam o tempo de trabalho excedente. Assim o valor da força de trabalho e o valor que se cria a partir de seu uso, durante o processo de trabalho, apresentam magnitudes diferentes. O trabalhador, ao vender a sua força de trabalho vende-a por um salário que corresponde a uma determinada quantidade de meios de subsistência. Dessa forma o capitalista realiza a compra e paga a força de trabalho, que é um elemento vivo, o potencial de ação do trabalhador e não ao trabalhador especificamente. O trabalhador enquanto pessoa, enquanto ser humano, é livre e portanto não interessa ao capitalista. Seus mecanismos só tem olhos para a mercadoria força de trabalho e na perspectiva de potencializá-la sempre mais.

Ao produzir uma mercadoria, um produto, o capitalista produz valor-de-uso - qualidade da mercadoria - que possui também valor-de-troca - quantidade de trabalho que o trabalhador repassa na produção. A mercadoria produto, possui um valor maior que a soma dos valores das mercadorias necessárias para produzi-la. Aí se encontram incluídos matéria prima, força de trabalho, desgaste de máquinas, processos produtivos e administrativos. Esse excedente de valor é a mais valia, extorquida ao trabalhador, que é a concretização pelo capital do roubo de tempo de trabalho ao trabalhador. Uma exploração que aparentemente não se caracteriza como tal, pois o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho, para dela dispor enquanto valor de troca, realizando um valor de uso maior do que o necessário para recompensá-la. Para Marx:

“O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira” (Marx; 1985:218)(7).

O valor-de-uso da força de trabalho é maior do que o necessário para a subsistência do trabalhador. Para o capitalista isto significa a transformação do dinheiro - salário - investido na aquisição da mercadoria força de trabalho, produzir mais dinheiro. É o dinheiro transformando-se em capital, em mercadorias que incorporam força de trabalho vivo. É um processo que converte em valor que se expande e de cuja metamorfose, Marx fez a seguinte referência:

“Ao converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores de processo de trabalho e ao incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a trabalhar, como se tivesse o diabo no corpo” (Marx; 1985:219/20)(8).

A questão vital da divisão manufatureira do trabalho, é a implantação definitiva de um processo produtivo capitalista. E, segundo Marx:

“Como forma capitalista do processo social de produção, é apenas um método especial de produzir mais valia relativa ou de expandir o valor do capital, o que se chama de riqueza social, às custas do trabalhador. Ela desenvolve a força produtiva do trabalho coletivo para o capitalista e não para o trabalhador individual. Produz novas condições de domínio sobre o trabalho. Revela, de um lado, progresso histórico e fator necessário do

desenvolvimento econômico da sociedade, e, do outro, meio civilizado e refinado de exploração” (Marx; 1985:417/18)(9).

No entanto a manufatura, como processo de trabalho, que encontra dependência total no trabalho manual e imediato, contínuo e permanente do homem, começa a tropeçar na sua estreiteza tecnológica, a partir do momento em que a necessidade de produção de máquinas, permitem a eliminação do trabalhador manual e direto. A manufatura começa a escrever o seu fim, mas dentro dela encontra a raiz de sua própria superação: a oficina que gera a máquina. A introdução acentuada da maquinaria, dispensando a intervenção direta do homem, como produtor material, implicam a partir de então, num desenvolvimento fantástico das forças produtivas. O produto desta inovação tecnológica é mais capital que traz como consequência a expulsão do trabalho vivo. Se a causa parece nobre, e em muitos aspectos materiais de fato é, as consequências para o trabalhador não são nada animadoras. A maquinaria que deveria marcar presença para minimizar o trabalho embrutecedor de homens, em inúmeros setores passa a ocupar de forma mais esquadrinhada o seu tempo e o seu espaço, ou então simplesmente lhe tira os meios de subsistência. Inicia-se um processo de produção de pobreza nos moldes tecnológicos, pois a revolução da produtividade afeta

“a quantidade de horas de trabalho de duas maneiras. A introdução das tecnologias economizadoras de tempo e de trabalho têm permitido às empresas eliminarem trabalhadores em massa, criando um exército de reserva de trabalhadores desempregados com tempo ocioso, ao invés de tempo livre à sua disposição. Aqueles que ainda se seguram em seus empregos estão sendo forçados a trabalhar mais horas, em parte para compensar a redução de salários e de benefícios. (...) Mesmo com o pagamento de uma vez e meia por hora extra, as empresas ainda assim pagam menos do que pagariam se tivessem de pagar pacotes de benefícios para uma força de trabalho maior”(Rifkin; 1995:245) (10).

IV.1.e - MÁQUINAS E REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Com a derrocada da manufatura e a criação do motor e da transmissão, que passam a ser os responsáveis pelo movimento transmitido às máquinas ferramentas, inicia-se a Revolução Industrial. Inicia-se um processo de substituição do emprego da força muscu-

lar do homem, pela força motriz. Segue um processo progressivo e acelerado de criação de novas e mais sofisticadas máquinas, aptas a executar com maior controle, maior fidelidade e precisão o processo produtivo de mercadorias. À medida que a sofisticação das máquinas aumenta, aumenta também a sua capacidade de transformar a matéria prima, sem a ajuda humana. Sobra ao trabalhador o papel de vigilante, com eventuais intervenções. Como vigilante ou guardião da máquina, ele passa a ser seu servo, enquanto ela - a máquina - torna-se o sujeito do processo. É a consagração do uso da máquina automática, o que significa também dizer que o trabalho, não depende mais da habilidade do trabalhador. Ele só aparece ao lado da máquina, é um complemento seu, é por ela dominado e é ela que passa a controlar o trabalho. Constata-se e realiza-se não mais um controle aparente e simulado, mas concreto, dominando materialmente o trabalho. O que era trabalho vivo é agora trabalho morto.

A força humana gradativamente passa a ser substituída por forças naturais, à medida que os instrumentos de trabalho são máquinas cujos mecanismos não mais se apoiam em experiências empíricas, mas passam a seguir a lógica imanente do científico. Toda a subjetividade presente na organização do processo manufatureiro de trabalho, amparado num processo parcelado e cooperativo dos trabalhadores, converte-se pela Revolução Industrial, em processos objetivos. No Capital, Marx, assim se refere a eles:

“No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material de produção” (Marx; 1985:440) (11).

Como acima já referendamos, o desenvolvimento das forças produtivas, gera mais capital e impõe a redução do número de trabalhadores e a exclusão do homem do processo direto do trabalho. Negando-lhe os ganhos para a sua subsistência, produz-se a pobreza impedindo o trabalhador de partilhar da riqueza produzida. Desnuda-se assim, uma das grandes contradições do modo capitalista de produção. Apesar da produção ser social, apesar do considerável e fantástico aumento das forças produtivas, cresce a pobreza humana. Caracteriza-se o egoísmo e a não distribuição e a não socialização da riqueza produzida. O potencial econômico e produtivo do capitalismo entregue a si mesmo, é um manancial criador de escravidão, de pobreza e fonte de acirramento intensivo do conflito de classes. É o caráter equivalente da troca de salário por força de trabalho

que sustenta e legitima a extração da mais valia. E, mais próximo hoje, na sociedade capitalista burguesa, é a igualdade jurídica que serve de meio para legitimar a desigualdade econômica, o que viabiliza a acumulação do capital, o desencontro e a desigualdade entre a forma e o conteúdo.

A luta do agricultor, a sua resistência e a obstinada contestação e teimosia em permanecer no campo, é fruto e se energiza na intensificação sem limites da extração dos excedentes econômicos. Situação que sempre gerou a igualdade formal e aparente, presente em toda a troca mercantil, e por isso o manifesto de denúncia. Uma extração de excedentes econômicos que para o agricultor sinaliza a luta pela sobrevivência, foi feita em nome da igualdade aparente da troca, mas nem sempre encontrou reciprocidade no acordo e nem mostra o agricultor presente no processo do capital. Já como integrado produtor a relação passa a ter caráter de natureza contratual da relação trabalho e, são estabelecidos limites recíprocos onde o produtor integrado aparece como elemento da reprodução ampliada do capital.

De forma idêntica, a produção pelo uso da máquina, deveria ser fator de diminuição da jornada de trabalho. Pelo contrário, as jornadas de trabalho aumentam, em parte para compensar a diminuição do número de trabalhadores, permitindo a estabilidade, a manutenção e, ou aumento de extração da mais valia. Esta necessidade do capital de ser compelido a tomar todo o tempo do trabalhador e transformá-lo em tempo de trabalho, constitui-se em outro grande paradoxo do sistema de produção capitalista. Para isso o capital utiliza-se de vários recursos, que lhe são imanes, como por exemplo, a dependência do salário do percentual de peças produzidas, muito comum na hoje terceirização e portanto também entre os produtores integrados agrícolas. Em determinados setores, parece ocorrer uma aparente redução da jornada de trabalho. Semelhantes reduções implicam consequentemente na necessidade de intensificação do trabalho, levando o capital ao aperfeiçoamento da máquina, de sua capacidade e velocidade produtiva, submetendo o trabalhador à vigilância de um maior número de máquinas, e permitido-lhe extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo.

IV.1.f - PRODUÇÃO INFORMATIZADA

Hoje presencia-se a era da produção Pós-Grande Indústria. Sua característica fundamental é o emprego da eletrônica, da computação e da informatização generalizada. São máquinas controlando máquinas. Pela microeletrônica põem-se definitivamente a forma material do trabalho abstrato, o que significa dizer que o trabalho controla-se a si mesmo. O trabalhador humano está posto de lado como executor de trabalho. Daí se pode concluir que o valor da mercadoria não pode mais ser medido pelo tempo de trabalho, nem o próprio trabalho pela quantidade de sua execução, o que agora se torna referencial é a sua expressão é o seu concreto e real valor qualitativo. É a satisfação que preenche diante dos carecimentos do homem à semelhança de Sennas, Parreiras e Zagalos.

O aumento progressivo da produção implica no conseqüente crescimento do volume de capital acumulado pelo capitalista. Em contrapartida, o trabalhador é expropriado pela aparente igualdade de luta competitiva com o dono do capital, em cujas mãos e atualmente reduzindo-se a um número cada vez menor, centraliza-se a posse e o poder. A pobreza das massas acentua-se violentamente, tornando mais agudos os contrastes entre a posse excessiva da riqueza em estado de centralização e o poder nas mãos de poucos. O vertiginoso desenvolvimento das forças produtivas, constantemente ameaçando superar os limites estabelecidos, paraleliza-se com a opressão e a miséria que beiram os limites do humanamente suportável. A imposição de relações sociais a partir de um parâmetro dominador - capitalista - não permitiu a real concretização de um projeto que trata da produção da vida e da vida plena. Somente a sua negação radical, e o assumir de um processo que consiste em os homens tomarem conta das condições do processo em que se produzem, torna-se um pressuposto e abre a perspectiva de libertação e de universalização do homem.

Para tanto não basta fazer uma democratização da renda, mas permitir sim o acesso universal à riqueza socialmente produzida. Eliminar relações prescritas sob a égide do capital, como, o roubo de tempo de trabalho alheio, que hoje se caracteriza como fonte de acumulação da riqueza, é condição imprescindível de desprendimento de uma forma produtiva assentada no valor de troca e o retorno ao fundamento do valor de uso(12). O

permitir do desenvolvimento livre das potencialidades imanentes e individuais, põe-se como pressuposto de uma transformação social. Para tanto é necessário desenvolver, analisar e penetrar com profundidade naquilo que o próprio capitalismo materializou efetivamente: O Trabalho Humano Abstrato. É ele a possibilidade concreta de exteriorização do homem, do produtor agrícola integrado e a possibilidade concreta e real de uma colocação efetiva no mundo e a universalização como HOMEM.

IV.2 - TRABALHO HUMANO ABSTRATO

É preciso avançar mais profundamente na busca de um conceito de trabalho como o produto de um processo de desenvolvimento da realidade. Uma realidade capaz de ser apreendida pelo pensamento, pela inteligência. É preciso um mergulho nesta lógica do trabalho enquanto conceito, na tentativa de apanhar suas diversas determinações e apreender a unidade que lhe é imanente. Uma vez apreendido na sua totalidade, tornar-se-á a possibilidade posterior de colocá-lo como pressuposto da condição necessária ao produtor integrado e ao trabalhador em geral para tornar-se sujeito pleno. O ato do desenvolvimento e da transformação do mundo dado e da sociedade, ocorre paralelamente ao desenvolvimento e transformação de si mesmo, pela interiorização e subsequente transposição de conceitos e teorias da ciência para o seu cotidiano de produtor.

A produção do homem e sua objetivação no mundo, ocorre mediado por um contínuo processo de transformação da natureza e na construção de uma nova natureza mais humana. Esse processo de atividades, que vai construindo o homem, ocorre mediante um dispêndio de seu potencial físico e intelectual. A causa propulsora dessa transformação da matéria, é a necessidade de satisfação dos seus carecimentos. Nessa inquirição sobre a natureza, transformando-a e transformando-se, ele busca a superação do esterilmente empírico, natural e imediato de si e do mundo material. O trabalho é o:

“elemento central da objetivação do homem no mundo. Por esta mediação ele se constrói como homem e vai construindo um mundo mais humano, superando a mera naturalidade e imediatidade dele e do mundo” (Etges; 1993:07)(13).

O trabalho é uma necessidade para que se efetive a interrelação material entre o homem e a natureza. É desse intercâmbio que resulta a produção da subsistência e sobre-

vivência do homem. É pelo trabalho que o homem se constrói, põem novas formas objetivas ao mundo subjetivo. É um processo pelo qual o homem se apropria de elementos da natureza adaptando-os à satisfação de suas necessidades. Ele é um fator decisivo para a socialização da existência humana, transformando as condições naturais, empíricas e imediatas. É ele que determina o valor de todas as coisas. Permite também o alcance e a chegada ao conhecimento abstrato universal, muito aquém do empirismo sensível e pragmático. O trabalho é um meio para a verdadeira auto-realização do homem. É um meio para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, para a utilização e domínio consciente da natureza, reconstruindo-a conforme suas necessidades e reconstruindo-se como homem pleno. Pela necessidade de satisfação de suas carências, o homem intervém na natureza. Ao fazê-lo:

“começa a distinguir-se dos animais assim que começa a produzir os seus meios, passo que é condicionado pela sua organização física” (Marx; 1984:15)(14),

e que sem dúvida poderá ser ampliado indefinidamente pela contribuição da sua inteligência, na construção tecnológica.

Usando de seu potencial intelectual bem como de sua força física, a capacidade produtiva do homem se desenvolve. Pelo seu agir, e neste agir do trabalho em desenvolvimento, ele ultrapassa a sua simples propriedade de garantia da subsistência. Num determinado estágio de seu processo de desenvolvimento, ele passa a ser uma condição central da vida do homem, determinante de suas ações, dirigente de seus pensamento, indicando-lhe a forma determinada de vida. Historicamente esta possibilidade põe-se pelo e no modo de produção capitalista.

Diversos são os estágios pelos quais passa o trabalho no seu processo de desenvolvimento. Começa na forma artesanal, na qual o artesão era o conhecedor de todo o processo de trabalho, era um produtor independente e reconhecia-se como única autoridade. Mas era servo de seu trabalho e a produção dependia diretamente de seu trabalho manual, imediato e concreto. Já na manufatura o trabalho aparece como dividido numa série de operações específicas, mas ainda guardando a característica de ser manual, de depender da subjetividade dos trabalhadores, agora reunidos sob o comando do capitalista. Era um trabalho extremamente subjetivo, mas influencia no estabelecimento de uma nova

forma de relações entre os homens. Ainda lhe falta a objetividade própria para guiar-se e dirigir-se materialmente. Essa possibilidade de objetivar-se em si mesmo começa a desvelar-se com a gênese da Revolução Industrial.

É neste estágio que ocorre a subsunção formal do trabalho ao capital. Agora é o capital o sujeito, é ele quem exerce o domínio e determina o trabalho. Do trabalho ligado à máquina alcança-se o momento em que concretamente a máquina objetiva trabalho. O homem deixa de ser a peça central do trabalho, é posto de lado, é literalmente dispensado. O trabalho abstrai do homem, o que significa dizer que o processo de trabalho está negando o trabalho humano, uma vez que se encontra materializado na máquina. A condição fundamental que possibilitou o crescente índice de mecanização das operações de trabalho, foi a divisão técnica do trabalho. Possibilidade cujo início ocorreu com o uso das ferramentas, alcançando a total substituição do trabalhador humano pela robotização da produção, pelo auto-gerenciamento da máquina. Abrem-se as prerrogativas da dispensa do trabalho humano concreto e imediato, enquanto dispêndio de esforço físico. A possibilidade da produção automatizada, via materialização objetiva na máquina do trabalho manual e intelectual humano, abre as perspectivas do Trabalho Humano Abstrato.

IV.2.a - O PRESSUPOSTO DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO

Uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas permite a concretização do trabalho humano abstrato, há que se procurar a causa ou o fundamento que permite supor, e mais do que isso, realizá-lo efetivamente. Onde estaria este princípio gerador, esta categoria mais simples, esta base objetiva cujas prerrogativas pressupõe e determinam o Trabalho Humano Abstrato? Qual a fonte, o princípio primeiro, a substância social, que reduz todas as formas de trabalho convertendo-as em Trabalho Humano Abstrato? O conceito ou a realidade material do Trabalho Humano Abstrato, já aparece especificado nas primeiras relações de troca de mercadorias.

As trocas só se tornaram viáveis e concretizáveis no exato momento em que havia trabalhadores livres e independentes como indivíduos. Foi o trabalho de proprietários individuais e livres, a condição necessária e suficiente, que possibilitou a troca, e como

consequência o Trabalho Humano Abstrato. Apesar de o trabalho ser o elemento fundamental e essencial do capitalismo, ele não comparece concretamente, mas se expõe como mercadoria e consequentemente como valor.

A transposição do trabalho em mercadoria e nesta em valor, por estar baseado em tempo de trabalho, faz com que as relações dos homens de uns para com os outros seja feita por meio das mercadorias que eles trocam entre si. A socialização dos indivíduos, seu padrão de vida, o nível de satisfação de seus desejos, sua liberdade, seu poder, passam a ser determinados inteiramente pelo valor das mercadorias, mas é também é a concretização do processo da reificação, no qual as relações pessoais entre os homens são transmutados na forma de relações objetivas entre as coisas. No capítulo do “Fetichismo das Mercadorias”, em *O Capital*, Marx trata desse processo(15).

O trabalho significa o valor incorporado na mercadoria. Uma qualidade comum a todas as mercadorias é o trabalho, e um trabalho indistinto da individualidade do trabalhador. A aferição do valor é puramente quantitativa, válida a todos os tipos de trabalhos individuais, tendo como unidade de medida padrão, o tempo de trabalho. Assim os trabalhos passam a diferir entre si somente pelo tempo de sua duração. É uma forma de abstração, que passa a transparecer como propriedade comum a todas as mercadorias, constituindo-se no seu valor de troca.

No ato da troca, é o dispêndio da força de trabalho humano, expresso quantitativamente em horas de trabalho que define o valor. O trabalhador transfere o valor de uma certa quantidade de força de trabalho abstrata, que será adicionada via processo de produção ao objeto mercadoria. É um novo valor adicionado à mercadoria para além dos valores que o trabalho concreto e individual conserva e transfere. Neste valor de troca, a atividade concreta não tende a aumentar o valor da mercadoria, ela apenas transfere o valor dos meios de produção ao produto. Mas, no momento em que a mercadoria é posta no mercado, ela, aí comparece com um novo valor adicionado àquele que corresponde ao valor dos meios de produção. A presença desse novo valor deve ser creditado ao fato de que uma certa quantidade de força de trabalho abstrata, independente do trabalho concreto, foi acrescida a ela no processo produtivo.

Existe ou explica-se esta situação pelo duplo caráter do trabalho, pois o trabalhador não aplica ao mesmo tempo dois trabalhos, um que conserva o valor e outro que cria um novo valor para a mercadoria. E a grandeza desse novo valor da mercadoria é medida pela quantidade de trabalho que ela contém. A adição de um novo valor a uma mercadoria, propriedade do Trabalho Humano Abstrato, permanece oculto na forma concreta do trabalho. Por isso na hora do contrato de trabalho, ela não se expõe, embora isto não ocorra ao nível de consciência nem na do trabalhador e nem na do capitalista. Ela não se mostra, permanecendo escondida, mas é determinante, tal qual o sistema binário o é para um hardware. É nessa segunda face do trabalho, que se concentra ou se potencia a mais-valia. Daí porque, sempre que ocorrer a apropriação de força de trabalho por alguém diferente de seu proprietário, caminha-se inevitavelmente para a exploração.

A força de trabalho transformada numa unidade quantitativa abstrata é um processo que se caracteriza como uma forma de trabalho social. Ele é diferente do trabalho como simples atividade produtiva, necessário para a satisfação dos carecimentos do homem implicando na adaptação da natureza. E, na troca, a satisfação que a mercadoria causa não especifica a categoria central, não é ela que conta. Ela é um simples pressuposto no ato da troca.

IV.2.b - UMA ABSTRAÇÃO: VALOR DE TROCA

No capitalismo especificamente prevalece a forma social de trabalho. Significa dizer que o trabalho produz mercadorias, cujos produtos aparecem como valores de troca. É pois a substância social que se manifesta no valor, no valor da mercadoria. Na produção de valores, portanto, o abstrair de quem produz, o prescindir de quem produz, é uma condição para se pôr universalmente como valor. Conforme Marx:

“Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor-de-uso. Se prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer coisa útil. Sumiram todas as

suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato” (Marx; 1985:44/45)(16).

Criado o valor das mercadorias, o Trabalho Humano Abstrato aparece como uma das duas faces do trabalho, tornando-as veículos de valor além de serem objetos úteis ao homem. Este valor destaca-se por não apresentar:

“nenhum átomo de matéria encerrado no seu valor. Vire e revire, à vontade, uma mercadoria: a coisa valor se mantém imperceptível aos sentidos” (Marx; 1985:55)(17).

Por si só a troca ou o ato da troca, exclui o valor de uso da mercadoria, tornando-se uma ação abstrata, cuja unidade valorativa que aparece na equivalência, só se refere ao valor de troca, ao esforço de trabalho humano despendido. Por isso, logo adiante Marx, complementa:

“As mercadorias, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra” (Marx; 1985:55)(18).

São inúmeros indivíduos, ou grupos de indivíduos, produzindo independentemente, que transformam em mercadoria seus produtos. Somente na hora da troca se estabelece o contato de uns com os outros e é neste momento da troca que o caráter social específico de cada produtor se manifesta.

No ato da troca de um produto A por um produto B, cujos valores de uso são qualitativamente diferentes, o que possibilita a troca é o fato de ambos refletirem e possuírem uma propriedade em comum, o Trabalho Humano Abstrato. Isto consiste em dizer:

“Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes... As duas coisas são portanto iguais a uma terceira que por sua vez

delas difere. Cada uma das duas, como valor-de-troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira” (Marx; 1985:43)(19).

É esta terceira coisa, um algo imaterial, que não contém “nenhum átomo de valor-de-uso, nenhum átomo de matéria”. É o Trabalho Humano Abstrato constituindo um conjunto de operações reais, efetivas e materiais. Ele aparece no equivalente como algo universal, concreto, singular e material.

A substância, imaterial, impalpável do Trabalho Humano Abstrato, põe-se como é, exterioriza-se, objetiva-se como valor que, por sua vez se exterioriza como mercadoria, como dinheiro. Ela é relação social, relação entre coisas, nega-se e se exterioriza livremente, cria outras relações para além da consangüinidade do senhorio e da escravidão. Como relação social amplia-se, tanto quanto ampliam-se as trocas e o dinheiro, é equivalente de troca, que também é relação social, confere poder e independência. É por meio desta independência que se constróem relações universais, criam-se necessidades universais de mercado que igualmente passam a ser satisfeitos por capacidades potencialmente universais, do ser homem, universalizado.

IV.2.c - A OBJETIVIDADE DO TRABALHO HUMANO ABSTRATO

Como processo material, a substância Trabalho Humano Abstrato, constitui-se como uma abstração real num mundo material. Na troca o valor não está em quem produziu, ela desvincula o consumo da produção. A quebra do vínculo que existia entre produtor e produto teve que ser rompido, para que todos os atributos do homem se desvinculassem da mercadoria. Desconsidera-se a habilidade, a idade, o sexo, para quantizar o valor da mercadoria. O interesse está apenas centralizado na mercadoria, cuja existência e validade são socialmente reconhecidos, é, e tem portanto, existência social. Daí que se configure como abstração real que, segundo Etges:

“Em primeiro lugar, abstrai do indivíduo que produz, pois não importa quem produz, nem em que condições ele trabalhou, etc., em segundo lugar, abstrai ou prescinde do indivíduo que vai consumir o produto. Terceiro, abstrai da qualidade do produto, que lhe interessa apenas enquanto expressão dele mesmo como valor. Quarto, no trabalho abstrato está posta a abstração dos carecimentos dos homens, importando apenas

a realização de si como valor. Quinto, nele está presente a abstração do espaço onde se produziu ou produz alguma coisa, bem como, sexto, está presente a abstração do tempo empírico individual de produção, tempo e espaço realmente abstratos, pré-condições do conceito” (Etges; 1993:10)(20).

Já não é mais necessário produzir para consumir. Não se produz o chá, quando alguém da família está doente, mas ele é produzido indefinidamente. O produtor integrado, não produz o frango e o suíno para o seu consumo, mas ele o produz para os homens, ele faz uma produção social. Produz sem saber para quem nem quando será consumido, a produção independe do espaço e do tempo. O produto abstrai do produtor, não se conhece quem produziu, e este não conhece quem irá consumir, ou quando será consumido. A lógica do mercado passa a ser o sujeito enquanto o produtor torna-se seu objeto, seu predicado. Assim o Trabalho Humano Abstrato não aparece como equivalente do trabalho concreto, mas põe-se como conceito, como realidade pensada e como valor que se realiza na troca.

IV.2.d - TRABALHO HUMANO ABSTRATO, UM DEVIR HUMANO

O Trabalho Humano Abstrato é um devir do trabalho simples. É a supressão do trabalho individual, qualitativo e concreto, que se apresenta apenas como expressão sua. Ele é morte e nascimento, é negação, é existência concreta e universal, é o fundamento do novo, é o seu incondicionado. Ele é determinante e passa a determinar, é substância encontrando princípio e fundamento em si mesmo, é desenvolvimento.

O Trabalho Humano Abstrato, não possui nenhum átomo de matéria, é impalpável, é substância que o sujeito não pode determinar, pelo contrário, ela, a substância, o determina, determinando suas ações, sua vida. Nela o sujeito pode perder-se, pois ela é em si e por si, põe determinações e se desenvolve, é potência. Como um princípio de ação material, o Trabalho Humano Abstrato, elimina o trabalho genérico, empírico que não ultrapassa o sensível, o vivido e passa a ser um concreto geral, um concreto singular e ao mesmo tempo universal. Ultrapassando o nível do vivido, passa a ser puramente intelectual, e como princípio de ação caracteriza-se como procurando a categoria mais simples, procurando o DNA (21) como determinante de todas as outras formas de trabalho. Por

isso é princípio de ação e na sua dinamicidade determina todas as formas históricas de trabalho. É um princípio de ação, que no seu desenvolvimento nega-se, dissolvendo-se como princípio primeiro, aparecendo como algo concreto, palpável e determinante.

Na proximidade com a metamorfose da borboleta, ele nega e dissolve as formas anteriores, mas não lhe é diferente, conserva-se como unidade do diverso. Como princípio de ação apresenta um desenvolvimento necessário e imprescindível, mediado pelas suas formas, mediado pela plena realização como atividade e trabalho puramente intelectual, hoje materializado na máquina automática. É um princípio explicativo, como conceito simples de todas as formas de trabalho qualitativos, suas transformações e transmutações são necessárias e imanentes. É uma negatividade sob múltiplas formas que de resultado passou a ser princípio, pressuposto e condição das diversas formas de trabalho. É condição e determinante da mudança das formas de relação entre os homens para com a natureza. Permite o aparecimento da inteligência, que nela encontra o seu pressuposto, pela elevação ao pensamento abstrato a partir de operações concreto/abstratas - troca. É negatividade de si mesmo, dissolve a si mesmo e, sendo ação, sendo transformação, nega o mundo naturalmente posto, e dá-lhe formas humanas. Criando um mundo humano, adaptando-o às necessidades humanas, atribui-lhe formas para mim - homem - o que existe em si e é pura alteridade. Ele permite ao homem a saída inteira de sua interioridade estéril e vazia para criar o novo, quebrando o gelo do arcaico, das corporações imediatistas. É o princípio ativo que lança o agricultor, encolhido e reduzido ao círculo familiar, a ser um produtor integrado e produtor para o mundo, para além do necessário para a sua subsistência.

A categoria Trabalho Humano Abstrato, efetivamente posta, traz no seu conteúdo profundas modificações nas relações de trabalho. O que transparece hoje nas relações sociais, as profundas mudanças nas relações de produção, não são portanto obras do acaso. São a concretização material, das pressuposições, do conteúdo que se exterioriza e vai sendo posto até a sua exaustão, até o seu esgotamento total.

IV.3 - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR: UM TRABALHADOR PLENO

A possibilidade da máquina automática passa a superar o gênero trabalho, caracterizado por particularidades e singularidades. Na perspectiva, ou na medida em que se concretiza como pensável, como conceito, ele perde a característica da exploração, de ser um instrumento de dominação do proprietário dos meios de produção sobre o proprietário da força de trabalho. Liberto de prerrogativas determinadas, fixas e aparentemente imutáveis e alheias, passa a ser agora dependente de vontades individuais de homens sujeitos e universais. Estão dadas as condições, as pressuposições e as prerrogativas para o não trabalho imediato e manual, para o não assalariamento.

Na possibilidade de existência do mundo do não trabalho imediato, o valor adquire uma nova configuração. Ele passa a ser expresso qualitativamente e nada mais guarda do tempo de trabalho. A medida quantitativa pelo tempo de trabalho será literalmente excluída. Um novo pressuposto de produção de valores, não mais baseado na magnitude do tempo de trabalho empregado ou gasto, será posto como sendo fator decisivo de concretização desse novo estágio do capitalismo.

Uma nova fase do capital, negando as anteriores mas subsumindo-as, entra em cena e externaliza o seu conteúdo. Fase que travestida por formas mais amenas de exploração do trabalhador, por uma nova ótica e ética que subordina os trabalhadores ao universo capitalista. Por ela, inaugura-se uma nova fase de desenvolvimento cuja essência emascula-se na manipulação e na cooptação. Mudanças radicais e profundas estão acontecendo. Mas segundo Etges, **“continuamos sob a égide do capital”**, e complementa com uma citação de Marx nos Grundrisse:

“O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Logo que o trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixou de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixou de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isto se desprende a produção fundada no valor de troca, se libera o processo de produção da forma da necessidade

angustiante e o antagonismo. Desenvolvimento livre das individualidades, e por aí, não redução do tempo de trabalho com o fim de pôr sobre-trabalho, mas em geral redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação da vida artística, científica, etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos” (Etges; 1994:10)(22).

Em função disso, novas necessidades estão sendo determinadas. Normas formais e burocráticas de relações sociais e produtivas são percebidas como irrelevantes, arcaicas e suas estratégias de ação com características ditatoriais, são jurássicas. A obsoletização de pesadas estruturas de massa, estão sendo literalmente estouradas. As dimensões de tempo e de espaço, antes fixas e imutáveis, aparecem agora como flutuações, demonstrando uma efemeridade inimaginável até então. As oscilações, as flutuações, a descartabilidade, estão a exigir um contato com as novidades quase instantâneas e com a perspectiva de que o novo de agora é o obsoleto do daqui a pouco.

Cai a verticalidade das e nas relações sociais e de produção. Em seu lugar surgem as redes, as formas horizontais de contato, de produção e de distribuição, tanto da produção material quanto da produção intelectual, do conhecimento e da ciência. Tudo isto será proporcionado pela materialização da informatização, que rompeu as barreiras do tempo e do espaço, tornando presentes e transparentes, aqui e agora os acontecimentos, os conhecimentos, a criação científica. Põe-se a sociedade do não trabalho concreto, põe-se a sociedade da produção intelectual, a sociedade da produção universal dos homens como HOMENS. É necessário eliminar o trabalho em sua forma perversa e capitalista porque na sua abrangência:

“O trabalho é... o principal poder sobre os indivíduos, e enquanto este existir tem de existir também a propriedade privada” (Marx; 1984:64)(23).

E completar dizendo, que a possibilidade de construção do mundo do não trabalho imediato já não é mais utopia, deixou de ser sonho. Está significando a gradual redução, até a eliminação por completo, do trabalho assalariado, o grande vilão da exploração, da espoliação de mais valia, via roubo de tempo ao trabalhador. O salário ou o dinheiro é uma forma restrita e periódica expressando determinadas relações entre os homens, pois:

“no dinheiro é que reside, portanto, o fato de todo o intercâmbio até aos nossos dias ser apenas o intercâmbio dos indivíduos em determinadas condições, e não dos indivíduos como indivíduos” (Marx; 1984:95)(24).

Portanto, superá-lo é pressuposto da sociedade do não trabalho. Esta será viabilizada pela efetiva realização do Trabalho Humano Abstrato, é a resposta positiva, embora chocante aos “eternos amigos da miserabilidade” - ultraconservadores do egoísmo burguês e esquerdistas retóricos. É talvez incompreensível aos autistas do tradicional e jurássico, aos charlatães da miséria, aos amigos da anomia e derrisão, ao profetismo da desgraça e do conformismo, do desespero e do caos, que com suas litanias estiolam o Homo sapiens. Mas significa dizer que nem no palco do mundo e nem mesmo nos seus bastidores é possível perlustrar as nefastas sombras obnubiladas da destruição e da morte. Como Etges diz:

“Ao contrário, a análise mais ampla do trabalho, especialmente do trabalho humano abstrato, alimenta enormes esperanças ao mesmo tempo que vê a travessão inteira do edifício da sociedade do não-trabalho que os homens e as mulheres estão construindo com rapidez assombrosa, mediante a ciência” (Etges; 1994:12)(25).

Posto isto o produtor integrado, não pode ficar alheio e na ignorância do Trabalho Humano Abstrato. A gênese da inteligência e desta à produção científica possui caráter imperativo junto a seu cotidiano de produtor de mercadorias e já não mais simples vendedor de força de trabalho. Utiliza-se, mesmo que induzido, das conquistas da engenharia genética para facilitar o acesso universal da matéria prima - carne - de frango e de suíno. Apropriar-se desse conceito implica no:

“desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos da produção material. A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção é desde logo, por isso, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos... Só os proletários do presente, completamente excluídos de toda a auto-ocupação, estão em condições de realizar a sua completa auto-ocupação, não mais limitada, a qual consiste na apropriação de uma totalidade de forças produtivas e no desenvolvimento, assim iniciado, de uma totalidade de capacidades” (Marx; 1984: 97)(26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 410.
- 2) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 374.
- 3) MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 379/80.
- 4) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã, São Paulo: Moraes, 1984, p. 95.
- 5) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984, p. 71.
- 6) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 196/97.
- 7) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 218.
- 8) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 219/220.
- 9) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 417/18.
- 10) RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 245.
- 11) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 440.
- 12) FRIGOTTO, Gaudêncio. No Seminário sobre Educação e Trabalho, realizado em 18.08.95 na UFPR - Curitiba, assim se referiu ao trabalho: valor de uso e valor de troca; "Sob o capitalismo o trabalho deixa de ter a prioridade do valor de uso e, passa a ser visto como trabalho sob a ótica do valor de troca. Nas relações sociais capitalistas o trabalho se volta contra o próprio homem, porque ele não tem a lógica do valor de uso, mas a lógica do valor de troca. Definição que justifica o massacre dos sem terras de Rondônia. No Brasil, o insignificante percentual de 6% das terras são tidas como valor de uso, os restantes são valor de troca. Terra, que é mercado de reserva para o futuro. E, como capital, ela não tem a ótica do valor de uso, mas sim a ótica do valor de troca.
- 13) ETGES, J. Norberto. Trabalho e conhecimento. In: Educação e Realidade, Porto Alegre: FASED/UFRGS 18(1), 1993, p. 07.
- 14) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia Alemã. São Paulo: Moraes, 1984, p. 15.
- 15) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985. Capítulo I: A Mercadoria, pág. 79/93. As coisas aparecem diante dos indivíduos como sujeitos com qualidades sociais. "A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores... Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas... Processando-se os contatos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente sociais de seus trabalhos privados". Ver também Mariano F. Enguita em Trabalho Escola e Ideologia, Cap. V. Herbert Marcuse em Razão e Revolução, pág 252/264.
- 16) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 44/45.
- 17) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 55.
- 18) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 55.
- 19) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Volume I, São Paulo: Difel, 1985, p. 43.
- 20) ETGES, J. Norberto. O conceito do trabalho e a ação do conceito. Santa Catarina: CED/UFSC: Mimeo., 1993, p. 10.

- 21) ETGES, J. Norberto. Trabalho e conhecimento. In: Educação e Realidade, Porto Alegre: FACCED/UFGRS, 18(1),1993. "Da mesma forma que o eu, a vida, a cultura, etc., e como o DNA, - coisas objetivamente abstratas, - vão se pondo, mas aparecendo como pondo coisas externas a eles, nas mais diversas formas, assim também o trabalho humano abstrato, cujas características ainda precisam ser determinadas, vai se objetivando, vai se exteriorizando ou pondo em diferentes formas ou determinadas... A árvore é a substância posta 'unidade do ser e da aparência', ou, digamos do conteúdo e da forma enquanto aparência. Aparece só a árvore, e seu conteúdo, seu DNA, nela desapareceu, formando uma unidade".
- 22) ETGES, J. Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Santa Catarina: CED/UFSC, Mimeo. 1994, pág. 10.
- 23) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984, p. 64.
- 24) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984, p. 23.
- 25) ETGES, J. Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: CED/UFSC, Mimeo. 1994, p. 12.
- 26) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984, p. 97.

CAPÍTULO V

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO: DE AGRICULTOR PARA PRODUTOR PLENO

V.1 - REORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVOS

O surgimento, ou a legitimidade do Sistema de Integração, assenta-se numa nova base ideológica de teor capitalista e que se encontra em fase de re-estruturação. A idéia central que perpassa esta nova base ideológica é de que, atualmente, o mundo põe-se em contradição com o passado. O mundo não só está mas é diferente. No bojo dessas transformações estão superadas, as formas e os sistemas produtivos, sustentados por grandes corporações, firmadas na rigidez de estruturas hierárquicas de administração da produção e da força de trabalho. Decorre dessa base de transformação, o desmantelamento das grandes empresas, via uma nova forma produtiva: a terceirização.

A terceirização é a ação produtiva da atual forma de organização das indústrias e empresas, bem como do processo de trabalho. Ela consiste na contratação de serviços de terceiros para que estes realizem serviços específicos de uma determinada empresa ou indústria. Pela terceirização a empresa ou indústria, define entre suas diversas atividades, aquela em que melhor se destaca. Passa então a investir todo o seu potencial nesta atividade, passando a contratar outros grupos ou empresas, que por sua vez se especializam nesta ou naquela área específica, visando a plena execução de atividades necessárias ao funcionamento da primeira.

Com o acirramento da crise do modo de acumulação fordista, nas décadas de 60 e 70, as grandes empresas industriais, começaram a sentir o arcaísmo econômico e produtivo, no exercer de inúmeras atividades simultaneamente. Terceirizar passou a ser então a palavra e a ação na ordem do dia de empresas e indústrias. A contratação de novas empresas, das quais se exige especialidade numa área igualmente específica, passa a ser feita de forma tal que permitam a execução das atividades e do funcionamento da primeira. É nesse viés econômico que embarcam as agroindústrias.

A nível de Europa, o processo de terceirização está sendo implantado desde a década de 50. Nos países de terceiro mundo, a forma terceirizada de produção vem ganhando maior número de adeptos a partir do final da década de 80. Ressalva que aqui se faz necessária é a de que no setor agroindustrial, terceirização, mesmo em países de terceiro mundo, encontra índices expressivos bem anteriores. É o caso do Sistema de Integração, que no Extremo Oeste Catarinense, encontra seu berço na década de 60.

V.2 - CIÊNCIAS E TECNOLOGIA: NOVOS CONCEITOS DE ESPAÇO E TEMPO

Embora ainda incipiente na época, a terceirização era e é o posto da nova forma de revelação do capital. Significou o apagar das luzes de uma época e modelo produtivo agrícola e o conseqüente despertar de uma nova era. Cedo, agroindústria e proprietários produtores, “davam-se as mãos” para, em conjunto e de forma cooperada - desigual - produzirem mais e melhor em menor espaço de tempo.

Consequentemente o setor agrícola, produtor de alimentos, passou a revestir-se de um dinamismo sequer imaginado em períodos anteriores. A produção para a agroindústria projetou o produtor integrado numa nova força estruturadora e socializadora, pela sua inserção objetiva no mercado, agora não mais como força de trabalho, mas sim como produtor de produtos e mercadorias. Uma nova lógica incorpora-se à produção alimentar nas propriedades agrícolas. A engenharia genética, a re-organização do espaço e do tempo, inovadoras formas administrativas dos processos de trabalho, deslocam ou centralizam a produção da riqueza para um novo parâmetro. Agora, a ciência, seus conceitos, teorias e esquemas são elevados à categoria primeira da força produtiva, antes centradas na teoria do valor/trabalho.

De outro lado o avanço das formas produtivas, robótica, informática, engenharia genética, a reorganização do tempo e do espaço, permitem um processo acelerado de universalização tanto do capital, quanto das formas produtivas. Em decorrência temos: a substituição gradativa do trabalho humano imediato, sensível e manual, pela maquinaria: os processos produtivos tornam-se mais eficientes, originando produtos de melhor qualidade; a margem de erros e a perda de produtos beiram os limites do zero; as margens de

lucros sofrem significativos aumentos pela grande centralização da produção mas, caem significativamente em percentual por mercadoria; permite a oferta de mercadorias e mesmo de sistemas prontos e personificados, como perspectiva de negação das massas e estímulos às exigências subjetivas da pessoa humana; diminui sobremaneira o tempo entre a criação de princípios teóricos e sua objetivação material, bem como o encadeamento de esquemas teóricos que se tornam geradores de novos esquemas e consequentemente criadores de novos mundos.

Cada vez mais e de forma concreta as novas formas produtivas e organizacionais, implicam no domínio da ciência pelo homem. Mais e mais o homem se aproxima de produções cognitivas e conceituais. A produção acumulativa de conhecimento, segue o caminho das rupturas, das redefinições e tem como pressuposto básico e central a existência e o desenvolvimento da inteligência. E, conforme acima já foi explicitado, o pressuposto da inteligência está no Trabalho Humano Abstrato. A sua concretização manifesta-se na troca. É ela o momento prático da abstração, em que o trabalho concreto se põe no produto mercadoria. Pois o trabalho concreto não comparece como tal, no modo de produção capitalista. Ele se revela e se põe plenamente na mercadoria, enquanto valor. E, como o produto do trabalho só se torna mercadoria a partir do momento em que se opera a troca,(1) é neste ato que o trabalho humano se realiza como valor. O trabalho:

“comparece disfarçadamente na troca de mercadorias, até porque essa é a forma de aparência, de manifestação primeira capital” (Etges; 1993:13)(2).

Nessa operação prático/abstrata estão presentes as condições plenas e objetivas do devir da inteligência, do conhecimento, criando as condições para o nascimento do trabalho abstrato intelectual. O que vemos hoje é que a inteligência assumiu definitivamente um processo de desenvolvimento autônomo, cujas ilimitadas possibilidades acenam em direção à sua própria e plena realização. É essa virulência do desenvolvimento autônomo que nos surpreende e assusta atualmente. As criações científicas, penetram em minuciosidades e especificidades cada vez maiores, permitindo o domínio de parcelas e partes cada vez menores, microscópicas, obrigando a novos conceitos de espaço e de tempo. O produtor agrícola integrado, está convidado a se integrar nos conceitos da modernidade, tanto nos aspectos tecnológicos quanto nos da compressão temporal e espacial.

A reorganização do espaço e do tempo começa a fugir do conceito “naturalizado”, construído e atribuído a sentidos cotidianos comuns e empíricos, atrelados a uma prática agrícola familiar com pouca expressão comunitária e pouca expressão no mercado consumidor. As variáveis, tempo e espaço, tornam-se agora mais complexas, tornam-se um atributo objetivo das instalações, e sua representação mensurável encontra-se aliada aos conceitos de direção, área, forma, volume, distância que, exatamente por serem mensurados podem ser apreendidas. Tem reflexos não só na melhor ocupação objetiva dos espaços nas instalações, mas são parâmetros para novos conceitos de ocupação do também espaço social. O reconhecimento, o trânsito social, econômico e político, implicam numa diversidade de significados mais amplos e objetivos de espaço, com novas oportunidades de desenvolvimento. Sobre essa mobilidade social, convém uma citação de Kern:

“Uma das respostas foi um crescente sentido de unidade entre as pessoas antes isoladas pela distância e pela falta de comunicação. Isso não foi, contudo, uma coisa pacífica, porque a proximidade também gerou ansiedade - a apreensão de que os vizinhos se aproximassem demais” (In: Harvey; 1993:245)(3).

Uma sistemática seqüência de intensificação da ansiedade que passa a exigir uma reconstrução de novos e alternativos padrões de ações. Citando Giddens:

“A ruptura e o ataque deliberadamente sistemático às rotinas habituais da vida produzem um alto grau de ansiedade, uma eliminação das respostas socializadas à segurança da administração do corpo e a uma estrutura previsível da estrutura social” (Giddens; 1998: 51)(4).

Essa confusão inicial que se estabeleceu a nível de modernidade, também e, certamente marcou presença em idênticos parâmetros no seio dos integrados. Diante da necessidade das novas práticas em relação aos processos materiais de produção, bem como a necessidade de novas práticas sociais, novas concepções de tempo e de espaço são criadas. A objetificação dos novos conceitos de espaço e de tempo, implicam na reconstrução diferenciada tanto do tempo quanto do espaço em forma social e produtiva. Esta reconstrução é constante, o que implica em qualidades objetivas em permanente mudança propiciado pela evolução da engenharia genética e consequentemente das práticas e processos de produção material e social, bem como a reprodução material e paralela

reprodução social. As práticas específicas do novo modo de produção, a nova organização do espaço necessário, de fato e concretamente passam a definir as relações entre as pessoas, entre as suas atividades, entre as coisas e entre os conceitos.

O produtor integrado, só agora sente-se perturbado pelos suaves mas gradativos universalismos da tecnologia, pelo colapso da distância espacial e das identidades temporais, e pela aceleração aparentemente incontrolada dos processos temporais. A modernização envolve a disrupção perpétua dos ritmos espaciais e temporais e o modernismo tem como uma de suas missões, a produção de novos sentidos para o espaço e o tempo num mundo de efemeridade e fragmentação. Dominar o tempo e o espaço, tornou-se objetivo do capital desde o seu estágio inicial de desenvolvimento, remonta portanto ao século XV e XVI, presente já em colégios e principalmente na manufatura. Esse crescimento conceitual chega ao produtor integrado e o perturba. No debate consigo mesmo, ele se busca e se constrói como novo homem, enquanto se prepara para dar um salto de qualidade na produção.

A produção em grande escala, de frangos e suínos, envolve certamente a mudança em sua localização e um conseqüente movimento espacial. A medida que a produção integrada se põe tornando-se mais complexa, mais envolvente, passa a exigir uma reorganização espacial mais adequada. Para que o produtor integrado, possa vencer estas barreiras do redimensionamento espacial, terá que investir dinheiro e tempo bem como mudar a sua concepção de mundo. Sabe, por conseguinte, que a eficiência, tanto na organização quanto no movimento espacial, são questões importantes para a potencialização de lucros. A boa delimitação espacial e a redução do tempo na criação são básicos ao lucro. Por isso o seu esforço e interesse e mesmo insistência em lidar com as altas tecnologias genéticas, inovações técnicas e organizacionais que reduzem o tempo de permanência, e de outro lado aceleram processos sociais de consumo. Num período marcado por dificuldades econômicas e pontuado pela intensificação da concorrência, quem for mais capaz de intensificar a produção, tem melhores condições de sobrevivência e de construir uma existência mais rica e dinâmica.

Fatos concretos como o abate de frangos após quarenta e seis dias de vida, o desmame de leitões após vinte e um dias, a engorda do suíno em quatro meses, a grande

quantidade de sementes do tipo precoce, a medicação de efeitos quase instantâneos, o preparo da ração e a sua distribuição no aviário ou chiqueiro, quase automatizada, o telefone para chamar o técnico - alguns o tem já em sua propriedade, outros dele usufruem via postos de serviço, ou nos comércios locais -, estabelecem a funcionalidade material de novos modos de pensar sobre o tempo e o espaço, determinando novas formas de vivenciá-los.

V.3 - TEMPO E ESPAÇO E AS NOVAS NECESSIDADES DE UMA EXISTÊNCIA MAIS PLENA

Incríveis confusões, oposições e descontinuidades em relação ao tradicional, permeiam o desconcerto das reações diante do crescente sentido da crise nas novas experiências de espaço/tempo. A instabilidade do espaço/tempo do senso comum, entronizada na rotina do cotidiano, acaba por lançar uma luz a este momento crucial da necessidade de re-estruturação e adaptação a novas práticas de vivência e produção.

A nova forma de produção, mobiliza e acelera o ritmo diário das ações do integrado. Acelera o seu ritmo de consumo, tanto em vestuário, ornamentação e decoração, quanto em seu estilo de vida, atividades sociais - frequência a clubes -, atividades culturais e de informação - palestras, filmes - bem como de recreação - lazer, esporte e música.

Por conseguinte significa para o integrado a capacidade de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos fechados e ditos estáveis, como o apego a determinadas coisas, a formas organizacionais, a modos de agir, a modos de ser, de pensar e de sentir, antes tidos como imutáveis. Concretamente a integração golpeia o conteúdo e as formas das experiências quotidianas comuns ao agricultor até então. Os novos conceitos de tempo e espaço, dentro da nova experiência em produzir, formam o conteúdo dos mecanismos, que forçam o agricultor produtor a lidar com a novidade e as perspectivas da fragmentação e da instabilidade. Numa lúcida comparação entre o que acontece na vida em sociedade e o que acontece no novo cotidiano familiar, pode-se afirmar com Toffler:

“Em comparação com a vida numa sociedade que se transforma com - rapidez, hoje fluem mais situações em qualquer intervalo de tempo dado - e isso implica profundas mudanças na psicologia humana”. (Toffler; 1970:40)(6).

Dessa forma distancia-se o produtor integrado, do agricultor que insistentemente nega o ingresso tecnológico, genético e organizacional em sua propriedade, numa insistente permanência presidiária a imagens e formas de um passado perdido. O que começa a fazer a diferença é uma experiência espacial e temporal distinta, vivida por ambos.

Um novo mundo se abre e se põe efetivamente pela integração. É nesse espaço/tempo redimensionado, que o agricultor passa a adquirir um novo sentido de si mesmo, vê uma possibilidade de realizar e de pertencer a alguma coisa que lhe dá destaque, apesar dos limites que a sua identidade lhe impõe. Com a possibilidade de uma transformação radical, o integrado se entrega a fantasia. Imagina e é tomado plenamente pela aura do desejo de vir a ser uma pessoa humana por inteiro, não mais fragmentada e alienada. Aos poucos descobre a possibilidade da totalidade. Ele quer ser um todo, quer ser completo, quer, tal qual a trapezista Marion do filme “Asas do Desejo”, de Wenders, dizer: **“Eu posso me tornar o mundo”**. É a fantasia do desejo e do sentir plenamente o quanto é agradável viver, sentindo e participando ativamente dos eventos e momentos objetivos e objetivados postos pela inteligência do homem através da Ciência.

O produtor integrado ao se aproximar e se envolver numa forma produtiva capitalista, passa a depender dos mercados competitivos. A lógica específica desses mercados de natureza fortemente competitiva, provocam o aguçamento expansionista. Essa nova ordem econômica implica em lançar o produtor integrado a buscar/exigir inovações tecnológicas constantemente, embora muitas vezes de forma difusa. O querer e a própria necessidade de criar um ambiente produtivo de maior ação material, mediado agora pela ciência e pela tecnologia, portanto não mais pelo natural, permitem ao produtor integrado, transformar a matéria prima, a natureza, e o próprio mundo, de formas e maneiras sequer imaginadas em sua situação anterior. Nesse novo ambiente, não apenas natural, mas ambiente produtivo criado, ele transforma a paisagem de sua propriedade tornando-a sujeita ao controle e coordenação, dele, homem produtor integrado. Profundas e, substanciais alterações são manifestas na nova forma de relação entre a nova organização espacial e social do produtor integrado e o meio ambiente. Muitos aspectos do seu conviver cotidiano são diretamente afetados e influenciam o caráter agora mais genérico de sua interação com o meio ambiente.

A emergência do produtor integrado, incrivelmente dinâmico, integra-o a um empreendimento econômico competitivo, associado a uma constante revolução tecnológica e da engenharia genética, torna-o gerador de processos produtivos e produtos mais eficientes, mais baratos - e portanto mais universais - e de maior qualidade.(7) Começa a tomar consciência de que a transformação local, a transformação de sua propriedade, a mudança nas instalações e nos processos produtivos, o produto final de sua ação, a sua estrutura de homem, superam o subjetivismo e se extrapolam em conexões sociais mais amplas. Sente-se lançado para fora, pelo seu produto consumido em escala mundial, sente-se invadido por esse mesmo universo, pela ciência, tecnologia e genética que aplica na sua ação trabalho.

Opera dentro de um mercado globalizado. Integra uma complicada rede de laços econômicos mundializados, dentro dos quais encontra e pratica novos conceitos de espaço e de tempo, muito distanciados das concepções tradicionais. Ele percebe-se apresentando características de integração, sente-se engajado em um outro sistema, onde se relacionam novas forças crescentes e diferentes determinando novos detalhes essenciais e mesmo secundários da vida quotidiana, mas, profundamente entrelaçados com outros fenômenos sociais cuja extensão espaço temporal é certamente mais consistente. É na vivência desse novo contexto, e diante das novas formas de interação, que se manifestam dentro das práticas quotidianas, mais normatizadas, que o produtor integrado apreende adequadamente outros modos de posicionamento e de mensuração do espaço/tempo.

Todo o conjunto de ações e condições, já trabalhados anteriormente, para integrar-se na nova modalidade produtiva e conseqüente com novos reflexos sociais, depende da coerência dos procedimentos que os diversos agentes cognoscitivos lhe oferecem e o quanto permitem a sua viabilização. A consciência das novas práticas mais dinamizadas consiste no reconhecimento das normas e táticas que constituem e viabilizam a vida produtiva e social capaz de ser reconstituída pela implementação das diversas e inovadoras formas de organização do espaço e do tempo. O conhecimento cognoscitivo que se incorpora às atividades práticas da vida quotidiana, caracteriza-se pela capacidade de coordenar as suas atividades com as de outros, de modo que objetivos traçados sejam atingidos.

A atividade produtiva do produtor integrado, tem um novo fundamento: os conhecimentos técnico científicos e as criações genéticas. Fatalmente este novo fundamento, entra em oposição ao trabalho rotineiro, desqualificado e sem perspectivas, predominante até então. É o integrado, um trabalhador produtor que, no caminho do tornar-se sujeito começa a ser o regulador do seu processo de trabalho. Nessa inversão lê-se a grande expectativa de aumento do grau de libertação objetiva, pelo domínio mais premente dos antes obscuros processos de trabalho.

V.4 - A NOVA FONTE DE VALOR

A agroindústria tal qual, e revestida da lógica do capital, historicamente passou por uma sucessão de formas, na busca daquela que melhor se adequasse às exigências de valorização. Nessa lógica do desenvolvimento do capital, destaca-se a forma de produção pela cooperação simples, que num processo interno de evolução passa para a manufatura, culminando na grande indústria.

Marx, no Cap. IV, Vol. I de O Capital, apresenta a lógica desse desenvolvimento das formas. Na forma de produção da grande indústria, o homem passa a ser o servo da máquina. Ocorre um processo gradativo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. É na forma da grande indústria, que o capital, supera em definitivo as barreiras do domínio sobre o trabalho. Analisado parcialmente e não tendo a ciência como base do desenvolvimento das forças produtivas, seremos conduzidos a conclusões precipitadas. Qual seja, a medida que ocorre um desenvolvimento das forças produtivas, máquinas, o capital entra em contradição com a sua base primordial de valorização, o tempo de trabalho humano, trabalho vivo como criador de valor de troca.

Como processo histórico, o capital na sua lógica dá-se conta de que por maiores e mais eficientes que sejam as inovações nos processos de trabalho e nas forças de trabalho, proporcionados pela ciência, não é possível a substituição completa do trabalho vivo. Exige pois a permanência do trabalho vivo como manancial produtor de valor e de mais valia, porém de uma forma menos alienante. Isto quer dizer que por mais que as grandes indústrias e, dentro delas as agroindústrias, potencializarem mecanicamente as

estruturas produtivas, alcançando em alguns casos os limites da automação plena, é imprescindível, mesmo que de forma indireta, a presença e participação do trabalho vivo. Uma das formas buscada no seu conteúdo e trazida para a materialidade, e que se caracteriza como fonte indireta de valor, é a terceirização - possibilitada pela tecnologia -, uma espécie de subcontratação da força de trabalho. A terceirização é um desenvolvimento inerente ao capital, da mesma forma que a maquinaria o é. Nem um e outro são:

“mera casualidade histórica, mas fruto de um desenvolvimento necessário e essencial, pelo qual serve de instrumento de transmutação ou ‘metamorfose histórica’ do meio de trabalho tradicional em adequado para o capital”(Marx; 1989:586)(8)

É esta uma das opções do capital, para viabilizar a superação da sua crise estrutural de valoração. A base do valor já não é mais o tempo de trabalho vivo e imediato. As grandes empresas, indústrias e agroindústrias, encontram na terceirização o seu revigorecimento e a possibilidade concreta de majoração de lucros, além de superaram as pesadas e arcaicas regulamentações trabalhistas. Cercam-se mais e mais de pequenas e médias empresas, cujo compromisso é o fornecimento de partes de um todo, que naquelas será montado.

A agroindústria está cercada por um enorme contingente de trabalhadores domésticos - pequenos proprietários rurais - peças-chaves nessa rede de terceirização. A nova lógica do capital, marcando presença nas ainda grandes corporações e também em toda a estrutura produtiva, não é mais a compra e a venda da força de trabalho em seu estado livre, mas, agora objetivada e subjacente em mercadorias pré-elaboradas.

As implicações dessa inversão, são profundas e complexas. A nova demanda estrutural produtiva, traz várias e amplas consequências e, uma delas é superação da até então centralidade do elemento quantidade de tempo de trabalho, pois:

“O pressuposto desta produção é e continua sendo a magnitude de trabalho empregado como fator decisivo na produção da riqueza”(Marx; 1989: 592) (9).

Já hoje e, para os produtores integrados, está claro que não é o tempo de trabalho, mas a nova tecnologia genética e organizacional que potencializa o valor e gera riqueza. A qualidade e a quantidade da produção do integrado basicamente depende do:

“estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção” (Marx; 1989: 592)(10) e Marx continua dizendo nos Grundrisse: “A agricultura , por exemplo transforma-se em mera aplicação da ciência que se ocupa da troca material de substâncias, de como ajustá-la de maneira mais vantajosa para todo o corpo social”(Marx; 1989:592)(11).

O valor já não é mais expresso pela quantidade de trabalho vivo, imediato e tradicional. Isto implica na também mudança da base das formas de pagamento, deixando de estar atrelado ao tempo de trabalho despendido, e passando a sua medida para a qualidade da mercadoria produzida. Significa que os produtores integrados e demais vendedores de trabalho materializado tem agora a oportunidade de fazerem de seu próprio trabalho a razão de seu sucesso, de seus rendimentos, antes retido com exclusividade nas mãos da categoria patronal.

Percebe-se nesta nova situação, uma possibilidade, antes sequer imaginada de o produtor integrado realizar de forma mais universal o seu potencial humano, ao descobrir-se comerciante, ao saber que suas atividades lhe abrem perspectivas de um existir mais pleno. Neste sentido, o pequeno, o micro-empresário, e aqui especialmente o integrado, desvinculam-se da subjetividade do assalariamento. Ele é abandonado e entregue a si mesmo. Tal qual o parto, é um rompimento violento do aconchego seguro uterino, mas necessário e único, para continuar o viver e um viver em desenvolvimento, livre das amarras e da redoma uterina.

O fim do assalariamento e a possibilidade de libertação, do jogar para fora - hinausgeworfen werden - e do assumir-se como homem, como sujeito de suas ações e do seu existir. A proteção excessiva e as amarras protecionistas e determinadas, conduzem inesoravelmente à aniquilação, à morte. O discurso retórico de cunho assistencialista induz ao falso humanismo. Sob o véu da redoma de “os coitados”, esconde-se o desprezível fato do não acreditar no potencial humano. Portanto, sem a violência do parto não há superação. É de fato uma forma violenta de dizer que o homem é bom, que ele está

pronto e, que agora é preciso abraçar o mundo, sair do marasmo protetor da concha e arriscar-se a viver plenamente.

Assim analisado, o parto é uma violação agressiva e radical. É ele a causa e a consequência, é um pressuposto e se põe como vida, é a derrocada da obscuridade e o começo para a luz. É simplesmente a divisória entre o limite presidiário e o incomensurável mundo sem fronteiras. O fim da compra/venda, da força de trabalho, é o parto de um homem sofrido internamente, preso internamente às amarras da subjetividade salarial. Abre-se pela terceirização e pela subcontratação uma perspectiva de maior equivalência, posto que agora nas duas extremidades do mercado, estão assentados proprietários produtores, ao invés da anterior situação: proprietário dos meios de produção e vendedor da força de trabalho. Novas relações de cunho ainda contraditório, tendem a se estabelecer. São relações antagônicas, concorrenciais e porque não dizer circunstanciais, ainda refletindo o poder de dominação. E, os produtos mercadorias aparecem com outras características valorativas. Já não são possuidoras de valor baseado no tempo de trabalho empregado, mas carregam agora algo expressivo humanamente. Carregam exatamente a qualidade do homem. O deslocamento quantitativo para o qualitativo é a forma de valor em desenvolvimento. O homem é produtor não assalariado.

Certamente não é ainda a forma sublime de libertação plena do homem das contradições do capitalismo, nem ainda a universalização do tempo livre de trabalho, nem a concreta possibilidade para o desenvolvimento pleno de atividades de nível superior, intelectuais, espirituais e do mundo artístico. Mas é certamente melhor e gerador de um vasto campo de possibilidades, que nem sequer no imagético era possível no assalariamento obnubilado pelo roubo extensivo do tempo de trabalho ao trabalhador. Daí porque o assalariamento deve ser condenado e considerado como crime contra a humanidade (Etges, 1994:04)(12), assim como já o foram a escravidão e a servidão.

Passa-se gradativamente de uma sociedade de compra e venda da força de trabalho, para uma sociedade de proprietários produtores, para uma sociedade que se encontra no mercado, como vendedora de trabalho objetivado.

Nessa sociedade de proprietários produtores, divisa-se um novo homem. Diante da possibilidade de superação do trabalho assalariado, da necessidade de os produtores integrados serem eficientes, possuidores de um vasto conhecimento no campo tecnológico e científico, o homem trabalhador precisa ser mais habilidoso, maior e melhor dominador conceitual e com capacidade abstrativa. Na reorganização das formas produtivas, que também acenam para uma profunda alteração no conteúdo do trabalho, exige-se em consequência outro nível de qualificação para a sua execução.

Numa estrutura solidificada no desenvolvimento da tecnologia científica e de formas produtivas sofisticadas, a atividade humana direciona-se para a tomada de decisões no que concerne à regulação e manutenção de sistemas e mutações da genética especializada. Isto implica em capacidade criativa, em liderança, em tomada de decisões rápidas, posicionamento rápido diante de situações imprevistas e portanto de grande capacidade de abstração. Significa o gradativo apagar das luzes de um modelo de produção que combinava recursos materiais, máquinas, músculos..., enfim, onde o que importava era a matéria e o trabalhador era visto como proprietário da tão só mercadoria força de trabalho e acéfalo. Necessário se faz hoje a substituição do operariado pelo cognitariado, ou seja, precisa-se de um produtor inteligente, criativo, capaz de conceitos e de abstrações. Eis o perfil do produtor integrado - um cognitário. Significa o desenvolvimento máximo da capacidade potencial do homem a ponto de ele mesmo transmutar-se:

de capital variável em capital fixo: isto é: a capacidade criadora de seu cérebro, de seu pensamento científico é tal, que reduz inteiramente o espaço de tempo entre a concepção e a execução tecnológica. Supera-se a separação entre ciência pura e ciência aplicada”(Etges, 1994: 11)(13).

Significa o domínio intelectual do homem sobre a matéria. Ao pensar, teorizar e materializar, põe-se concretamente a possibilidade da omnilateralidade. E, é nesse momento que a matéria torna-se solidária, dando ao homem a sua resposta positiva. Nessa ótica, rapidamente estar-se-á saindo da sociedade de proprietários produtores, para entrar-se numa sociedade de decisão, numa sociedade de autonomia - a entscheidungsgesellschaft.

V.5 - SUPERANDO IMPASSES E EQUÍVOCOS

Quando a propriedade do agricultor, suas instalações, ele mesmo, passam a ser usados como campos experimentais de novas variações genéticas tanto animal quanto vegetal, fica caracterizado o Modelo Toyotista, pelo qual o capital além de extrair do trabalhador a sua força de trabalho, envolve-o cooptativamente, extrai e se apropria também de seu saber, amparado em anos de prática. Este exercício de experienciar e poder opinar sobre determinada espécie animal ou tipo de semente, além de ser um elemento de uso de sua capacidade é por outro lado também uma forma de valorização. Sentir-se, nem que seja a título de reclamação, mas com potencial e oportunidade de dizer, falando das qualidades ou não do material vivo experimentado, é para muitos motivo de orgulho. Para outros é motivo de distinção entre integrados e não integrados, uma vez que os últimos não tem essa oportunidade. Se tecnologicamente e economicamente o experienciar aparece pouco significativo, a relevância dessa possibilidade está no fato da auto-valorização que gera entre os integrados.

É no Sistema de Integração que o agricultor, proprietário produtor, encontra as condições de melhorar a sua estrutura material, não apenas no benefício em benfeitorias, mas também sua estrutura social, material e econômica. Já hoje é notável a distinção entre uma propriedade inserida no Sistema de Integração e aquela que está alheia à um melhoramento tecnológico, genético e organizacional.

Não apenas nos aspectos da genética animal e vegetal, mas também no manejo da propriedade como um todo. Há subsídios materiais e empíricos que permitem esta afirmativa. Ocorrem melhorias econômicas na propriedade e na família, enquanto se avolumam necessidades e carecimentos. Por outro lado, se ocorrem sensíveis melhorias nos aspectos materiais, o que então dizer da amplitude e dos novos limites de concepção social, política, religiosa, e de homem, que esta forma produtiva lhe confere. Se por um lado o agricultor fica mais atrelado e controlado, de outro lado ele encontra a possibilidade de um abrir de horizontes, uma possibilidade de ver um mundo sob outros aspectos, de incluir em sua vida novas categorias, novas modalidades, novas formas de se realizar como homem. São aspectos e argumentos, que não apenas se pretende enxergar, mas eles de fato ocorrem com o produtor integrado como relatados anteriormente.

Não há dúvida que um novo homem está em construção, um homem diferente em habilidades, diferente na produtividade, diferente na competitividade, diferente como ser social, diferente em suas concepções, diferente em seus argumentos, em sua comunicação, em suas ações, em seu ser, em suas relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo, enfim um homem simplesmente diferente, mais senhor de suas decisões e de muito mais decisões a tomar. Um homem mais humano e mais cheio de vida. Ele percebe-se mudando radicalmente as suas atitudes, os seus valores, os seus conceitos de mundo e de homem. Precisa e necessita incorporar novas dimensões de tempo e de espaço. O que antes se lhe apresentava como sagrado e fixo, agora é efêmero e mutável. Ele sabe que como homem está sendo reconstruído e a agroindústria sabe que precisa reconstruí-lo, torná-lo diferente, mais produtivo, mais competitivo, mais senhor de si capacitando-o para a tomada de decisões que em sua propriedade são importantes e necessárias para a empresa, para ele e também para os homens.

Pretende-se com isso dizer, que é possível e necessário superar o mundo das aparências que envolvem e encobrem a integração e o agricultor integrado. Nela, como nas formas anteriores, mas com muito maiores condições concretas, estão postas as possibilidades de reverter as relações sociais de dominação. Uma possibilidade de, via descompromisso com a manutenção e com o velho, estabelecer uma conexão com um ser homem mais intelectualizado. A atividade do agricultor integrado pode ser um ato revolucionário, na medida em que nega as condições materiais postas, primeiro na sua primitiva forma de produtor artesanal, familiar, e agora, de romper com as condições sociais de produção capitalista. E, sendo um ato revolucionário, a integração, a condição de agricultor integrado, poderá contribuir para colocar indivíduos concretamente livres e soberanos para decidir o que produzir e como produzir, deixando de ser um simples objeto do mercado. Por outro lado, analisar a possibilidade de formação da autoconsciência do proprietário integrado, à luz do que Hegel expressa como sendo a **“luta de vida ou morte”**, porque o hoje agricultor integrado deixou de ser **“o indivíduo que não arriscou a vida”** e ao arriscá-la conquista a possibilidade de ser reconhecido como pessoa, alcançando: **“a verdade desse reconhecimento como uma consciência-de-si independente”**, (Hegel, 1992:129)(14).

Os produtores integrados devem ser os protagonistas de uma luta pela solução de sua situação de exploração e da situação limitante e de exploração de toda a agricultura tradicional. É deles e neles, massa de produtores qualificados de mercadorias que pode ser gestada mais rapidamente a semente da revolução. Deve e será sim, sob pena de fracasso, uma decisão interior, cujo desenvolvimento funcionará como elemento agregador, como consciência e guia da dinâmica de atos e ações sem dependências externas, sem corporativismos, sem paternalismos. Esta possibilidade é imanente e concreta, desde que os integrados, ingressem profundamente num processo de apreensão dos conhecimentos presentes e inseridos nos vegetais e nos animais, na organização, nas construções, no técnico, nas palestras, nos panfletos, nos cursos, na possibilidade de discutir entre si e com outros.

É pela integração que o pequeno agricultor, passa a ter contato com um mundo moderno. As mais altas tecnologias de produção de alimentos estão postos a sua disposição. A sofisticação da engenharia genética marca presença em sua propriedade através do frango, leitão, suínos, sementes, insumos, divisão das e nas instalações. Ele torna-se um trabalhador qualificado, porque conhece, decide, opina e sugere, quando se experiencia alguma semente, alguma variação genética do frango, do suíno, de algum medicamento, da melhor forma de fazer as instalações. Percebe sua importância, toma consciência do seu potencial produtivo, de sua reivindicação da força e da importância que representa para o mercado mundial, do quanto tornou-se indispensável ao agro-industrial e aos homens. Sabe que não só ele é dependente, que o mercado mundial também é seu dependente. Isso coloca o integrado diante de novos desafios, de novas expectativas e diante da possibilidade de opção, de decisão e como consequência de caminhada para a libertação.

Hegel, na Fenomenologia do Espírito, afirma que somente o servo tem e encontra as contradições necessárias para o estabelecimento da negação e é capaz de permitir a elevação para a consciência de si pelo entendimento e pela autoconsciência. Tratado e analisado dessa forma, é pela integração que o proprietário produtor, fará a passagem para a liberdade, pois aí encontra a possibilidade de construir-se mais e melhor, numa perspectiva de ultrapassar o senso comum. Toda a sua vida, terá uma nova dinâmica dirigindo as suas ações. Ele será todo movimento, será decisão, será e terá que ser

competitivo, qualificado e altamente produtivo. Sentir-se-á mais confiante em si mesmo, seu relacionamento com a natureza será diferente. Sabe que precisa submetê-la, para buscar dentro dela a satisfação de seus infinitos carecimentos.

Para Marx, a libertação real do homem, é um processo de relações que culminam num ato histórico, não acontece, portanto, como uma mera ação do pensamento. Dizia ele mais claramente:

“de que não se pode abolir a escravidão sem a máquina a vapor... Nem a servidão sem uma agricultura aperfeiçoada - e hoje, a exploração capitalista sem o fim do assalariamento e suas diretrizes limitantes implicando na conseqüente erradicação da propriedade privada - de que de modo nenhum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida, bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas” (Marx & Engels; 1984:25)(15).

Não se pode negar a existência da opressão, da intervenção alienatória em princípio, bem como o enquadramento do assim proprietário produtor como “escravo” do moderno. Mas ficar nisso é por outro lado condená-lo a continuar sendo exatamente esse indivíduo espoliado de uma maior participação nos lucros de sua produção e de uma vida mais digna e como ser humano. Está aí a importância da busca de formas e ações que viabilizem e oportunizem a sua congregação em associações para aumentar e fortalecer o seu poder de reivindicação. Não convém, e o agricultor nem deseja voltar ao que era antes. Mas certo é também que não pode sentir-se pura e simplesmente agindo para os outros e percebendo-se explorado.

É preciso que, continuando em sua atividade, cada vez mais consciente de sua importância, reverta mais benefícios a seu favor, assegurando um maior volume de ganhos econômicos para si. Como negociante de mercadorias entenderá mais rapidamente que a tão propalada assimetria entre dois produtores possui cada vez menos saliências, apontando para relações cada vez mais simétricas possíveis, possibilitadas pelas tecnologias, outras formas de organização e inclusive a possibilidade da industrialização em sua propriedade.

O “grande” produtor certamente tem que seguir especificações administrativas e técnicas mais rigorosas que o “pequeno”. A sua margem de lucro cada vez mais estreita de 1% a 2% impõe disciplina e controle total. A medida que o “grande” se desfaz de atividades não centrais, ou mesmo de setores inteiros de sua produção, terceirizando-os, horizontaliza a produção e conseqüentemente a distribuição de lucros. Assim é preciso buscar as soluções dentro daquilo que está posto. O contrário implica em perda de tempo e risco de destruição e morte. Necessário é ver o mercado como um instrumento do homem, não o contrário. É preciso ter claro e reverter os sistemas que só enxergam rentabilidade, legitimando o descarte de velhos, pobres, crianças, enfim do povo a quem se nega os benefícios da ciência, do conhecimento e da tecnologia.

Buscar uma sustentação ou mesmo processar um enquadramento teórico de uma prática já consagrada há décadas, e mais ver nela uma possibilidade para além da exploração pura e simples, certamente não é tarefa fácil e nem um exclusivo ato de divertimento, muito menos de fácil aceitação. Implica em proceder uma exaustiva incursão e compreensão das mais diversas teorias da economia política, da política social, da sociologia formativa educacional, da epistemologia das formas, que tentaram conhecer e integrar o homem em seu todo. Na busca de elementos e categorias que viabilizam esse descobrimento do homem como uma totalidade, certamente serão encontradas as raízes daquilo que possibilitou, estruturou e continua dando sustento e vida própria ao sistema de integração, associação entre o pequeno proprietário rural e o agro-industrial.

Convém salientar, reforçando mais uma vez, que a estrutura da integração, aliança proprietário produtor e agroindústria encontra sustentação na própria estrutura do capital. O capital, e as forças produtivas, dele decorrentes, criam novas formas de agir. Estas formas constituem-se no pressuposto, cuja materialização objetiva-se pela integração. As relações decorrentes e resultantes do capital via forças produtivas são universais, no entanto a forma como estas relações se põe, obedecem ao maior ou menor uso da tecnologia produtiva. Daí se poder afirmar que a integração, proprietário produtor e agroindústria, está em estreita ligação com a estrutura lógica do capital. A diferença do proprietário produtor integrado, do não integrado, reside no maior grau de uso das tecnologias de produção: engenharia genética, ocupação dos espaços, contração do tempo, maior relação com o mercado e maior potencial humano praticado pelo integrado.

O princípio gerador desse desenvolvimento é o Trabalho Humano Abstrato, que se converte em valor e aqui aparece como puro capital, com capacidade para realizar-se a si mesmo. É essa a lógica inerente ao capital, que corresponde ao valor e que se realiza, tendo como sujeito do processo o Trabalho Humano Abstrato. É ele um conjunto de relações que põe uma ainda estrutura dependente do capital, mas que, com a possibilidade tecnológica da industrialização, torna concebível o não-emprego. No desenvolvimento mudam as formas no tempo e no espaço, mas permanece a interdependência tanto entre si quanto com o próprio capital.

Temos então, como base o Trabalho Humano Abstrato, cujo desenvolvimento de seu conjunto de relações, que se põe no trabalho de produção, universaliza-se, mas cuja forma de materialização foi aqui denominada de integração. O conjunto dessas relações, é permeada pela lógica da evolução tecnológica, evolução do conhecimento, e da expansão das forças produtivas. Sem dúvida estas relações são mediadas também pelo Estado, pelas forças sociais, antropológicas, políticas, religiosas, etc., mas que não foram objeto de análise no presente estudo.

Como integrado, o agricultor passa por um novo ajustamento ao trabalho e à produção. Ele passa a integralizar um todo, do qual é parte integrante e imprescindível. Integra uma engrenagem ligada a outras, às quais deve estar ajustado. Implica num ajustamento a um novo horário de trabalho, a uma nova estrutura, à novas dimensões de tempo e espaço. O produtor integrado, está diante de um novo modo de produzir a sua vida, percebe-se diante “de uma forma determinada” de suas atividades que lhe proporciona, por outro lado, um outro mas também “determinado modo de vida”, diferente do anterior. A partir da integração eles exprimem uma nova forma de vida.

V.6 - PERSPECTIVAS DE PRODUÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS DE AÇÃO

A injustiça e a desigualdade, ao assumirem novas formas e novos conteúdos, mexem com o segredo do eu, são ameaças de libertação do novo que no velho encontra sustento e impulso para um abrir de tempo e de espaço ao possível projeto de liberdade. Nesse

embate ganha consistência a força da humanização do homem contra a objetificação, numa perspectiva de maior universalização contra a particularidade. Hoje o agricultor, o produtor integrado, já tem consciência de que a veia da exploração representada pelo comerciante, é apenas um elemento visível, mas que existe o elemento invisível: o mercado. Ao tornar-se mais universal, com maior mobilidade social ao sair do arcaísmo da produção familiar e para a subsistência, começa a perceber que a injustiça que o atinge, que a exploração a que é ainda submetido encontra presença na circulação de produtos mercadoria, no seu preço injusto e no valor de troca determinados pelo mercado; que ela está presente, do valor de uso ao valor de troca ao valor em si, ou seu equivalente universal - dinheiro - bem como no processo de acumulação de forma desigual.

Esta ainda situação de dominação não pode ser perenizada. O produtor integrado tem algumas condições materiais que podem auxiliá-lo na superação da incômoda situação. Uma possibilidade que em potência lhe pertence, basta externá-la. Constitui-se na perspectiva, ou na utopia do esclarecimento e da libertação descritos por Kant (15). Diz Kant, é cômodo “ser menor”. E é nesta situação que grande parte dos homens, por um ato de preguiça ou até de covardia, continuam de bom gosto, menores durante toda a vida.

Mas, decidir por sair de sua condição de produtor passivo, hibernante em sua propriedade cuja estrutura e forma produtiva remontam a um passado inócuo, à semelhança da irracionalidade da divisão dos homens em nobres e não nobres pelo nascimento e pela religião, o agricultor rompe com esta postura de inatividade. Ao negar a sua condição de produtor artesanal, assentado no imobilismo familiar, arcaico e jurássico, ele encontra a fonte e a força motriz do movimento. A sua situação de indolência, que se caracteriza por uma produção para a subsistência que mal e mal lhe asseguram a sobrevivência, é a saída do imobilismo estático e a conseqüente entrada em uma nova forma de atividade, que passa a demonstrar por ações todo o seu potencial.

Ao situar-se numa relação de interdependência com o agro-industrial, distancia-se da imediatez do puro instinto de conservação, de impulsos particulares e do personalismo irracional. Assim, a opção pela integração é uma opção para um viver mais universalizado, para sentir a vida mais plena e palpitante, tirando-o do estado inercial estático de

agricultor tradicional enclausurado na propriedade e confinando sua vida às relações familiares. Esta experiência artesanal, baseada na comodidade e morosidade de suas ações, certamente mereceu por parte do agricultor, hoje integrado, uma estreita atenção quanto ao resultado de sua ação, levando-o a abandonar um conhecimento restrito e limitado, pela opção de um conhecimento aberto ilimitado e universal.

A integração é a oportunidade de sair da certeza/incerteza sensível, e adentrar para um nível de percepção, que induz ao novo e ilimitado conhecimento, capaz de levá-lo ao entendimento e a um entendimento da certeza, pela maior racionalidade subjacente ao processo. O entendimento e o esclarecimento não são no entanto resultado mecânico e imediato de uma revolução decisória, mas um processo lento. Neste processo vagaroso, irá ocorrendo a mudança no modo de pensar, lenta e dolorosamente. É, no seu próprio conceito um processo histórico e pessoal.

Ao agricultor importa o conhecimento e o reconhecimento do seu eu invisível, do seu potencial oculto. Ele precisa desvendar para si o mistério e os limites de seu potencial como ser humano. No reconhecimento e no acreditar em suas possibilidades, terá também melhores condições de desvendar o lado oculto das relações sociais, olhá-las com seus próprios olhos, revelando-lhe aquilo que ele enxerga mas ainda não vê na essência. Ao tornar visível a sua essência e a das relações sociais, encontra-se mais próxima das condições objetivas e do abrir de possibilidades para o resgate pleno de sua universalização. Uma universalização que é para Kant o “uso público” da racionalidade tecnológica à qual assim se refere:

“... Nada mais se exige senão liberdade. E a mais inofensiva entre tudo aquilo que possa chamar liberdade, a saber: a de fazer uso público de sua razão em todas as questões. O uso público da razão deve ser sempre livre...”(Pucci; 1995:20)(17).

Esta afirmação implica em dizer que fazer uso público da razão e da racionalidade produtiva não é privilégio de gênero, raça, religião, ou classe, qualquer ser humano pode e precisa usá-la. A ordem estabelecida cerceia a liberdade e impõe limites. Enquanto o agricultor caracterizar-se como um simples elo da terceirização, uma situação determinada pela estrutura capitalista, ele estará submisso a estas determinações e, não terá como atingir uma maior universalização. Porém no seu potencial de esclarecer-se e de univer-

salizar-se está dada a possibilidade da discordância e da subsunção e o abrir dos pressupostos para construção de novos mundos. Ser um produtor mais racional e universal, torna o integrado um cidadão do mundo, rompendo com as barreiras estreitas e tancas de feudos e corporações. Será um pressuposto para que o produtor de frango se una ao produtor de leitão, ao terminador de suínos, ao plantador de cereais, ao consumidor..., com possibilidades inclusive de superar as barreiras e os limites de nacionalidade. Será, uma atitude eminentemente política e prática, um caminho para a autonomia, um caminho para a autodeterminação de suas ações.

Na racionalidade desta sua nova dinâmica, na superação da passividade, na capacidade de se tornar produtivo, eficiente e competitivo, ele enseja uma nova caminhada na formação de si mesmo. Torna-se mais senhor da situação, da vida e do mundo. Participa ativamente da grande capacidade produtiva do mercado, hoje em fase de mundialização e, a sua vida limitada e submissa passa a ser superada, na medida em que trabalha, buscando e alcançando a intuição de ser independente. A medida que vai transformando a natureza - o frango, o fumo, o suíno, o material de construção a água, os medicamentos, etc. - ele apreende o domínio sobre as coisas, e neste apreender ele se educa, ele se forma, ele executa um exercício de autocontrole e passa a adquirir um vasto contingente de determinadas habilidades que o tornam não só útil mas, necessário para a sociedade.

V.7 - DIALÉTICA DAS ESTRUTURAS DE AÇÃO E, AUTONOMIA

O integrado cada vez mais começa a perceber sua importância e superioridade em relação à consciência da dominação. Por outro lado o agro-industrial, torna-se cada vez mais dependente do integrado. Quanto mais terceirizar mais o produto lhe está distante e menos independente será. Para industrializar o produto já não pode mais prescindir do integrado, e pelo terceirizar, perde gradativamente a maestria sobre a matéria prima de seu processo industrial. O agro-industrial adquire o produto do integrado, a preços determinados pelo mercado, mesmo assim este produto é apenas uma expressão exterior da atividade exercida. O que no entanto ele não lhe consegue tirar é o fato de que pela nova racionalidade imanente a seu trabalho, o integrado produtor, encontra uma contribuição essencial para educar-se e para tomar consciência de sua importância. É o prin-

cípio do encontrar-se como autoconsciência. A medida que vencer as dificuldades e limites, legados da agricultura tradicional, reconhece que a luta e a apreensão educativa da racionalidade das novas atividades são uma das formas de chegar à autoconsciência, e ao conhecimento de suas potencialidades, bem como à liberdade de realizá-los efetivamente. Ou como o próprio Hegel expressa:

“O servo, ao serviço do senhor, vai formando a sua singular e própria vontade, suprime a imediatez interna do apetite e, nesta alienação e no medo para com o senhor, dá início à sabedoria, e assim a passagem para a autoconsciência”(Landucci, :6)(18).

O produtor integrado passa a aceitar uma maior disciplina em suas atividades. A racionalidade da disciplina imposta é exigência da própria base tecnológica presente agora em sua propriedade. Os elementos dessa nova disciplina encontram presença na extensão do horário de trabalho, na organização e programação, na necessidade de estar presente, na responsabilidade de produzir com qualidade e no compromisso social de sua produção. Quanto mais seguir a lógica da racionalidade, exigência e necessidade da tecnologia implantada, maior será a congruência entre ele e a sua produção.

A absorção das inovações tecnológicas nos seus processos produtivos facilitam um aprendizado mais consistente, transformando-se em atividade auto-formadora, muito além da exigência do agroindustrial. Pela nova disciplina em seu trabalho, o integrado rompe com as formas tradicionais de produção agrícola. A presença da nova tecnologia produtiva e organizacional tem a capacidade de transformar o mundo, não mais baseado na obsoleta imposição de trabalho manual ao produtor agrícola, que destroi a ecologia e além disso é incapaz de resolver os problemas da alimentação humana.

A eficiência e a presença efetiva das modernas engenharias genéticas, presentes no seu novo espaço produtivo serão o viés da transformação/criação de seu micro-mundo e ao transformá-lo/criá-lo, transforma-se e cria-se a si mesmo diferente. Seu desafio integra-se ao próprio desafio da ciência: o domínio do tempo. A inserção das inovações, conquistas da ciência, diminuem as horas de serviço direto e tradicional, permitindo-lhe mais tempo de gerenciamento, de aprendizagem e de lazer. Seu produto é cada vez mais uma demonstração de que a natureza, a matéria, está mais solidária. Isso fará com que

o integrado esteja cada vez mais inserido no seu processo de produção, e o seu produto será cada vez mais a manifestação suprema de sua exteriorização.

Quanto mais planejado e controlado for a sua produção, mais o integrado poderá reconhecer-se no seu produto, o que significa dizer que estes produtos deixam de ser coisas mortas funcionando como elos de ligação entre outros homens. São frutos de seu trabalho pensado, racional e técnico e portanto com ingredientes e elementos que integram o seu próprio ser. No outro lado da mesa do mercado comprador da mercadoria com trabalho objetivado, está o agro-industrial que também não mais recebe um produto morto, mas recebe uma matéria, uma mercadoria que é fruto do trabalho do produtor integrado. Um produto que carrega consigo o selo, conquista da racionalidade desenvolvida pelo integrado, seu produtor.

Sentindo a presença concreta do integrado muito maior do que o dinamismo de seu exímio trabalho, nos produtos que adquire, o agroindustrial se percebe não independente e soberano, mas dependente do integrado e da ação por ele executada. O agro-industrial, ao saber-se inserido numa relação de interdependência, integrando e sendo ele próprio um elo da grande rede produtora de alimentos para a humanidade, será gradativamente forçado a quebrar a sua posição no interior de uma estrutura hierárquica, já em rápido estado de obsoletização. A medida que o grau de interdependência se tornar mais consistente, integrados e agroindústria estarão mais próximos, interligados e comprometidos com a eficiência e a efetiva qualidade de sua produção.

É no caminho da superação das velhas e arcaicas estruturas de produção tradicional, que o integrado conquista um maior grau de liberdade. Quanto mais sentir-se importante e necessário na grande rede produtiva de alimentos, mais valor se atribui, mais se conhece e realiza as próprias potencialidades. A possibilidade de se tornar mais senhor de si mesmo, de integrar uma rede juntamente com seus colegas integrados, e também com a agroindústria, torna-o capaz de constituir a rede de sua autonomia, já entrando no limiar da própria produção industrial ou com a participação nos lucros da agroindústria. A capacidade desse desenvolvimento, certamente regado de angústias e incertezas, traz em seu interior a grande certeza de que o fato de ter decidido abandonar uma produção tradicional limitado às concessões naturais da matéria e, diante das novas relações com o

mundo, hoje intermediadas pela ciência e pela tecnologia, põe novas e efetivas condições de liberdade. É o desafio de arriscar a própria vida de correr o risco de viver intensamente e com o dinamismo da inteligência proporcionado pelo Trabalho Humano Abstrato. O simples fato de colocar a vida em risco, de sair do estado letárgico, confinado ao trabalho manual e imediato, já é uma certeza da conquista da liberdade, (Hegel; 1992:128)(19). Ou quando Marx expressa que a racionalidade do homem e da sociedade só pode ser alcançada se uma ordem inovadora reger o princípio de organização social. Este princípio está exposto, é preciso agilizar a sua consecução. Etges, captou este princípio gerador:

“Temos certeza que o dinamismo do trabalho humano abstrato, no interior de cada ação ‘produtiva’ dos homens e das mulheres de hoje fará crescer a ciência e a tecnologia em ritmos cada vez mais acelerados; temos certeza que esse crescimento se acelera ainda mais pela pressão das carências cada vez mais elevadas da maioria das pessoas, que, como nós, não estão envolvidos diretamente nos processos produtivos imediatos. Temos a certeza de que, embora a forma capital, que reveste e impregna esta tecnologia, com sua lógica e como tal tende a transformar toda a vida do trabalhador e, por indução, todas as nossas vidas em tempo de trabalho, esta mesma forma acelera, pela exigência de maior produtividade em todos os níveis e em todas as áreas da vida humana, a diminuição do tempo de trabalho. A substância social da riqueza efetiva será, não o tempo de trabalho, mas o tempo disponível, o tempo de não-trabalho.”(Etges; 1994:13)(20)

Nessa ótica o trabalho será a expressão da universalidade da satisfação de todas as potencialidades do indivíduo, segundo seus carecimentos.

Na angústia da tomada da grande decisão: integrar ou não, o agricultor se dissolve, treme nas suas certezas mais profundas e tudo o que já era considerado fixo, se abala e se torna efêmero na agora condição de produtor integrado. Sentindo-se flexível e cada vez mais flexível, percebe-se disposto a mutações profundas e neste amplo campo de indeterminações projeta-se num impressionante mundo de oportunidades, de desafios e de liberdade. Percebe-se com perspectivas e possibilidades concretas de aumentar o controle sobre sua vida e sente-se cada vez mais em condições de decidir. O grau de

autonomia está em fase de construção e quanto mais o integrado regular-se por idéias e condutas próprias maior será o seu poder individual e global enquanto categoria.

A saída do imobilismo da agricultura tradicional, oportuniza ao produtor integrado um caminho para a liberdade, transforma-o interiormente, tornando-o outro em si mesmo. Ao educar-se para a autoconsciência ele passa a ser uma autoprodução de si mesmo, porque põe em jogo a sua vida e por isso mesmo terá o reconhecimento de uma consciência de si cada vez mais independente e autônoma. Ao aceitar o expandir-se na e pela vida, o produtor integrado, submerge ativamente na busca do alcance da verdade, a partir da negação da sua consciência anterior, evanescente mas supracumida e reconhece o quanto a vida lhe é essencial. Quanto mais abalados e estremecidos forem os conteúdos da sua consciência natural anterior, mais ele deixará de ser determinado, mais se distanciará da habilidade de dominar apenas determinada coisa, e mais será capaz de expandir toda a sua potencialidade na direção do domínio do universal e na penetração da essência objetiva em toda a sua totalidade. Esta penetração, conquista e domínio do universal, assemelha-se à história da dominação de uma classe, pela qual:

“cada nova classe que substituíra outra que a precedera na dominação era obrigada, meramente para realizar sua meta, a representar seu interesse como interesse comum de todos os membros da sociedade... Ela dará às suas idéias a forma da universalidade e haverá de representá-las como as únicas idéias racionais universalmente válidas”
(Hegel; 1997: 128) (21)

V.8 - O TRABALHO HUMANO ABSTRATO PÕE O SUJEITO COM TEMPO LIVRE

Quanto mais avança o integrado na sua construção como homem intelectual e universal, para além do material e do empírico, mais avançará a sociedade, mais ele/ela farão a ligação à abstração, mais irão desenvolver conceitos e idéias que gradativamente vão assumindo formas universais, acabando com estruturas e organizações obsoletas que já não encontram sustento para o seu funcionamento. Os abalos nos seus fundamentos anteriores, não ocorrem tanto por uma imposição, mas pelo fato de penetrar numa nova dinâmica e na dinâmica de uma nova realidade.

Está destinado ao homem o libertar-se da servidão, da falsidade da aparência e da experiência sensível, e penetrar no reino da essência, no reino das atividades superiores do entendimento, esclarecer-se sobre as suas possibilidades. Kant, respondendo à questão: Vivemos agora em uma época esclarecida? nos responde:

“Não, vivemos em uma época de esclarecimento... Somente temos claros indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral...” (Pucci; 1995:22)(22).

A tecnologia que chegou ao campo em grande parte vinculada à integração, acena como a possibilidade maior de melhor compreensão do homem e do mundo, apoiado na ciência. A penetração no reino da essência do entendimento do científico constitui-se como o pressuposto e a prerrogativa para o não trabalho. A prática universal de atividades superiores só é viabilizada a partir do momento em que o homem dominar o tempo de trabalho, transformando-o em tempo disponível em tempo livre. Norberto Etges, citando Marx - Grundrisse - confirma a presença destes pressupostos:

“O roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual se funda a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparado com este fundamento, recém desenvolvido, criado pela própria grande indústria. Logo que o trabalho deixa, e tem que deixar, de ser sua medida e portanto valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. O trabalho excedente da massa deixou de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não-trabalho de uns poucos deixou de sê-lo para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isto se desprende a produção fundada no valor de troca, se libera o processo de produção da forma de necessidade angustiante e o antagonismo. Desenvolvimento livre das individualidades, e por aí, não redução do tempo de trabalho com o fim de pôr sobre-trabalho, mas em geral redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então a formação da vida artística, científica, etc., dos indivíduos graças ao tempo que se tornou livre e aos meios criados para todos” (Etges; 1994:10)(23).

Só assim, o produtor integrado - homem, sujeito -, terá a possibilidade de se apropriar do mundo e de apreendê-lo, transformá-lo em um mundo seu, pelo domínio da realidade por meio de uma prática autoconsciente, destruindo a objetividade morta e pas-

sando a reconhecer o mundo não mais como algo hostil e falso, mas algo com vida e sendo fonte de vida. Pelo atingir da autoconsciência, o agricultor produtor - homem sujeito -, estará no caminho da verdade do seu próprio mundo. A autoconsciência o desperta e a partir daí ele deseja as coisas da natureza, quer delas dispor, apropriar-se e usá-las na satisfação de seus carecimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) MARX, Karl. O Capital, crítica da economia política. São Paulo: Difel, 1985, p. 97 e 93.
- 2) ETGES, J. Norberto. Trabalho e conhecimento. In: Educação e Realidade, Porto Alegre: FACCED/UFRGS, 18(1), 1993, pág. 13.
- 3) KERN, S. The culture of time and space, 1983. In: Condição pós-moderna de David Harvey. São Paulo: 1993, p. 245.
- 4) GIDDENS, Anthony. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 51.
- 5) TOFFLER, Alvin. O choque do futuro. Rio de Janeiro: Record, 1970, p. 40.
- 6) Note o preço de compra de 1 kg de frango por R\$0,99, conforme a Revista Isto É nº 1374 de 31.01.96, pág. 20/23. Sendo que o frango é produzido com tecnologia e de forma sistemática, contra o kg de peixe de R 3,50 a R 10,00, produzido naturalmente.
- 7) Citado por Norberto J. Etges, em Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 07.
- 8) Citado por Norberto J. Etges, em Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 09.
- 9) MARX, Karl. Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse) Argentina: Siglo Veintiuno, 1989, p. 592.
- 10) Citado por Norberto J. Etges, em Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 09.
- 11) MARX, Karl. Elementos fundamentales para la critica de la economia política (Grundrisse). Argentina: Siglo Veintiuno, 1989, p. 592.
- 12) ETGES, J. Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 04.
- 13) ETGES, J. Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 11.
- 14) HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992, p. 129.
- 15) MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984, p. 25.
- 16) KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é iluminismo? Os Pensadores. São Paulo: Cultural. 1979.
- 17) Citado por PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. A questão da formação cultural na escola de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 20.
- 18) LANDUCCI, Sérgio. A Figura do "Servo". Excertos escolhidos e traduzidos por Dr. Selvino J. Assmann. Florianópolis: CED/UFSC, 1992, p. 06.
- 19) HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992, p. 128.
- 20) ETGES, Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 19.
- 21) Hegel. G.W.F. Os Pensadores. São Paulo: Cultural, 1979, p. 128.

22) Citado por PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. A questão da formação cultural na escola de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 22.

23) ETGES, Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho, desemprego estrutural. Florianópolis: Mimeo. CED/UFSC, 1994, p. 10.

CONCLUSÃO

Apesar de a integração ser uma relação não amistosa, por ainda encontrar-se amparada na exploração, é uma relação entre indivíduos livres - ambos são produtores de mercadorias - que, ao buscarem a satisfação de seus próprios interesses, realizam interesses comuns. Tanto produtor integrado, quanto agroindustrial são livres, mas esta liberdade não significa igualdade, pois eles são diferentes, pertencem à classes diferentes e com interesses antagônicos, apesar de se situarem ambos como produtores de mercadorias. Um, é ainda dominante detentor da tecnologia, e outro é ainda dominado, por ser um produtor limitado e não deter a totalidade do processo produtivo. Mesmo assim uma das conseqüências normais de o integrado usar e pretender usar as novas tecnologias dos instrumentos, das instalações, novas tecnologias no trato e a própria tecnologia da engenharia genética, é o poder contribuir para a reprodução, reinvestimento e continuidade das pesquisas tecnológicas no setor de produção de alimentos. O fato de utilizar-se das novas tecnologias é uma atitude intencional, no entanto a sua contribuição para o aprofundamento da pesquisa tecnológica ainda não o é. O produtor integrado não se torna um assalariado da agroindústria, mesmo que na balança da relação, a inclinação penda para a agroindústria. Existem como vimos determinações, limites e obrigações a serem cumpridas por ambas as partes. Estas obrigações apesar de penderem numa maior intensidade sobre o integrado, não lhe tiram a condição de comparecer diante do agroindustrial com uma mercadoria a ser negociada. Um comparecimento que caracteriza a divisão social do trabalho ao qual Marx se referiu dizendo: **“A divisão social do trabalho põe em contato produtores independentes que só reconhecem a autoridade da concorrência”** (Marx, O Capital, p.: 408), concorrência hoje exercida pelo mercado em nível de globalização. O integrado não pretende vender a sua força de trabalho. A relação caracteriza-se como uma relação entre dois produtores de mercadorias.

Certamente o produtor integrado, via interferência da agroindústria que viabiliza o deslocamento de modernas técnicas produtivas e alta tecnologia genética, qualifica-se para produzir um produto padronizado e de melhor qualidade. Fato que gera um distanciamento e torna a competição com os agricultores não integrados desigual. No entanto para os produtores integrados, a integração é sinal e sinônimo de segurança. Segurança quanto a venda do produto, quanto ao fornecimento da ração, medicação, assistência

técnica e grande certeza de estar inserido nos modernos moldes da produção agrícola. Está claro para os integrados que a diversificação da produção é uma garantia de prevenção contra intempéries como; secas, geadas, granizo, chuvas torrenciais e também contra a instabilidade do mercado de grãos e preços dos produtos agrícolas. Tem plena consciência de que a integração caracteriza-se como uma continuidade do processo a que estavam submetidos anteriormente, qual seja a dependência do comerciante. Sabem que a maior força sustentadora da integração não é o contrato formal estabelecido com a agroindústria, nem são as dívidas contraídas junto ao sistema financeiro, mas o fato de não possuírem o capital de giro necessário e suficiente para na atual política agrícola, sozinhos adquirirem as bases materiais, as bases científicas e de conhecimento para produzir qualitativamente e quantitativamente a matéria prima com a qual se integrou.

No entanto o grande mérito da integração está na sua abrangência de construir o agricultor como mais homem. É a oportunidade que já em Hegel ficou estabelecida, ou seja de que a servidão é a intermediação para a liberdade e para a universalização do homem. A partir disso é lícito crer que todas as dimensões de dominação que permeiam o sistema de integração trazem dentro de si, as reais e concretas possibilidades de sua própria superação. Quando todos os estágios da integração tiverem sido esgotados, ela irá sucumbir sobre si mesma. A plena realização dessa atividade capitalista, e de todas as formas capitalistas de produção, asseguram a não mais dependência do homem do trabalho e a não mais dependência do trabalho do homem. Criam-se as condições objetivas, reais e concretas de o homem tornar-se livre e ingressar no mundo do não trabalho. A evolução possibilitada pelo desenvolvimento das formas produtivas do capitalismo, a sua plena exaustão e esgotamento, permitem o conceber e, agora mais do que isso, de desenvolver o que já se tornou conceito e se delineia como uma nova sociedade, a sociedade de homens livres e universais.

Está amplamente difundido o conceito de que o homem só será livre, se todos os homens forem livres e existirem como seres universais. Para os integrados esta é uma proposição que parece exceder a imaginação mais alucinada. Mas, no momento em que a produção da existência do homem ultrapassar os limites do próprio homem, ou seja de não mais depender de seu esforço físico e mental, de suas habilidades e de suas vontades, abre-se o espaço e estarão produzidas as condições objetivas de liberdade do ho-

mem como ser universal. Realizar em plenitude o conceito de homem é pressupor a sua construção para além do empírico e sensível é buscá-lo realizado na sua universalidade. Prescindindo do imediato e do concreto, e, abstraído cada vez mais do empírico, criam-se as condições objetivas, pressupostas de todo o desenvolvimento intelectual de homem. Destroem-se as condições concebidas a partir dos instrumentos de dominação, a partir da forma de trabalho capitalista. Construindo-se e construindo as condições objetivas de sua produção, independentes dele - homem - postos e concretizáveis na máquina automática, materializa-se a condição de liberdade e universalidade.

A expansão da capacidade de criação mental, intelectual e a sua materialização na máquina automática viabiliza uma nova proposta/ação de o homem pensar livremente e a máquina executar. A inimaginável liberdade e universalização do homem, torna-se possibilidade concreta, pois o homem idealiza e produz intelectualmente. Põe-se as condições concretas de produção da existência humana dentro e a partir de novos parâmetros daqueles firmados e acorrentados à forma de trabalho capitalista. Uma nova racionalidade, com novos aspectos, novos carecimentos, novas normas, outros tipos de contato a serem estabelecidos, agora entre indivíduos livres e universais. Já hoje a informática e a multimídia estão tornando imediatamente transparentes e universais as informações, o conhecimento e as idéias. São condições concretas e materiais de desenvolver toda a potencialidade de homem, que jazem inertes, permitindo que aflorem e se realizem na sua plenitude. Estas condições condizem com a própria natureza do conhecimento, que é ser livre e universal. O desenvolvimento livre da subjetividade é uma ação realista do que está posto porque é esta a realidade e não fazemos parte de outra. É a saída da sociedade de massas, para a sociedade de indivíduos livremente associados.

Todo esse conjunto de transformações aproximam o integrado de uma inovadora estrutura de vida e estrutura social a ponto de ele perceber a queda da verticalidade das e nas relações sociais e de produção. Começa a entender e a se integrar na nova estrutura de redes, as formas horizontais de contato, de produção e de distribuição, tanto da produção material quanto da produção intelectual, do conhecimento e da ciência. No momento em que o produtor integrado assume plenamente a concepção das metas e o domínio sobre a genética animal e vegetal, estarão dadas as reais e concretas possibilidades de opção no o que produzir e como produzir, para além do subjetivismo do agro-

industrial. Sua fonte de dependência será ainda o mercado, pois não tem sentido algum produzir para o não consumo. Tudo isto está sendo proporcionado, e aos poucos o integrado terá a sua disposição, pela materialização da informatização, que já rompeu com as barreiras do tempo e do espaço, tornando presentes e transparentes, aqui e agora os acontecimentos, os conhecimentos, a criação científica. O produtor integrado, hoje ainda preso a tarefas rotineiras, será e terá dado uma enorme contribuição para a afirmação da sociedade do não trabalho, da sociedade da produção intelectual, da sociedade da produção universal dos homens como HOMENS. Tendo todos esses pressupostos diante de si, o integrado não propõe neste momento a extinção da integração, pois muito bem sabe que numa economia a caminho da globalização as suas chances são reduzidas se agir de forma isolada. O que almeja é o aumento do poder de barganha junto à agroindústria.

O produtor integrado ao sentir-se e mostrar-se capaz de produzir dentro das novas condições tecnológicas e organizacionais, ao mostrar a sua capacidade de agir de outro modo e de forma mais racional externa o seu potencial de intervenção no mundo. As conseqüências tem efeito imediato: ele influencia todo o processo produtivo, o estado específico das instalações, da organização da produção, do consumo, da economia, enfim do mercado como um todo. Ele passa a exibir no seu novo cotidiano, um novo fluxo de vida, uma nova e enorme gama de poderes causais. As ações mais dinâmicas e mais racionais expõe o potencial da capacidade do produtor integrado em criar uma diferença em relação ao estado inócuo da produção artesanal ou ainda sobre o curso de uma trajetória que talvez se apresenta como preestabelecida.

O produtor integrado necessita acelerar à caminhada rumo a apropriação coletiva dos meios e das bases científicas e tecnológicas de sua produção. Somente uma colaboração voluntária e efetiva pode erradicar a divisão hierárquica entre o conceber e o executar. Apropriar-se coletivamente das técnicas, da ciência incorporada na instalação, na organização, no segredo da fórmula da ração, na medicação e na genética das sementes, das linhagens do frango e das espécies de suínos, terão para eles o significado da reapropriação coletiva, podendo transformar-se num fórum de poder em comum, transformando os integrados em pesquisadores e não apenas em experimentadores. No entanto resta ainda outra questão pertinente que precisa ser colocada: Apreendido sistemati-

camente todos os segredos do “ofício” de criar suínos e frangos, o segredo laboratorial da genética da produção, da industrialização, o segredo da lógica da industrialização capitalista e dos mecanismos do consumo, não são no entanto suficientes se em paralelo não lhe for permitido o acesso ao segredo ou a arte da estrutura financeira, ou seja, isto não lhe permite a estrutura e a solidez financeira e eles, ficarão ineptos e estáticos, incapazes de poder estabelecer-se por conta própria.

Uma das saídas é partir para a industrialização da produção com o estabelecimento de um novo código de ética, de novas normas de higiene, de qualidades mais orgânicas do produto, que extrapolam os interesses da racionalidade capitalista. Esta será regida por uma nova rede de integrados: uma rede de integração de proprietários produtores. O novo código ético, será por eles construído, na busca de saídas a serem encontradas neles mesmos, como opção de entrada na produção industrial dentro de sua própria propriedade. É este um dos elementos que tornará viável a sociedade de decisões.

BIBLIOGRAFIA

- 01) ANDERSON, Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- 02) ANTUNES, Ricardo. A rebeldia do trabalho, o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Unicamp, 1992.
- 03) ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense, 1993.
- 04) ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- 05) BERMANN, Marshall. Tudo o que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- 06) BLACKBURN, Robin. (Organ.) Depois da queda: fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- 07) BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- 08) DELUIZ, Neise. Mudanças no conteúdo do trabalho no setor terciário: implicações para a educação. In: Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro: Editado pelo departamento nacional do SENAC, Vol. 19, nº2, Maio/Agosto, 1993.
- 09) ENGUITA, F. Mariano. Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- 10) ETGES, J. Norberto. Sociedade do trabalho sem trabalho: desemprego estrutural. Florianópolis: CED/UFSC, Mimeo. 1994.
- 11) _____ Trabalho e conhecimento. In: Educação e Realidade, Porto Alegre: FASED/UFRGS, Vol. 18(1): Jan/Jun, 1993.
- 12) _____ Conceito de trabalho e ação do conceito. Florianópolis: CED/UFSC, Mimeo. 1993
- 13) FAUSTO, Ruy. Marx lógica política. São Paulo: Brasiliense, Tomo I e Tomo II, 1987.
- 14) FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1989.
- 15) FONTANELLA, Denise TAVARES, Veline LEIRIA, Souto. O lado des-humano da terceirização: o impacto da terceirização nas empresas, nas pessoas e como administrá-lo. Salvador: Casa da Qualidade, 1994.
- 16) GIANNOTTI, José Arthur. Origens da dialética do trabalho, estudo sobre a lógica do jovem Marx. Porto Alegre: LPM, 1985.

- 17) GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unespe, 1991.
- 18) _____ A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- 19) GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- 20) GUIMARÃES, S. Antonio & AGIER, Michel CASTRO, A. Nadya. Imagens e identidades do trabalho. São Paulo: Hucitec, 1995.
- 21) GORZ, André. Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- 22) HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- 23) HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Vozes, Parte I, 1992.
- 24) HPPOLITE, Jean. Consciência de si e vida: o combate pelo reconhecimento. A luta pela vida e pela morte. Florianópolis: CED/UFSC, Mimeo., Trad. Selvino Assmann, 1976.
- 25) HOBBSBAWM, J. Eric. Mundos do trabalho, novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- 26) HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor W. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- 27) LANDUCCI, Sérgio. A figura do servo. Florianópolis: CED/UFSC, Mimeo., Trad. Selvino Assmann, 1976.
- 28) LISBOA, Teresa Kleba. A luta dos sem terra no Oeste Catarinense. Florianópolis: UFSC, 1988.
- 29) MACHADO, Lucília R. De Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo: Cortez, 1991.
- 30) MATTOSO, Jorge. A desordem do trabalho. São Paulo: Página Aberta, São Paulo, 1995.
- 31) MARCUSE, Herbert. Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- 32) MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- 33) MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Difel, Vol. I, 1985.
- 34) _____ Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. (Grundrisse). Argentina: Siglo Veintiuno, 1989.

- 35) _____ & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984.
- 36) MOSER, Anita. A nova submissão. Mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: Edipaz, 1985.
- 37) MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta. São Paulo: Vértice, 1988.
- 38) NETO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.
- 39) SANTOS, Henrique José. Trabalho e riqueza na fenomenologia do espírito de Hegel. São Paulo: Loyola, 1993.
- 40) SARUP, Madan. Marxismo e educação. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- 41) SILVA, Tomaz Tadeu da. (Organ) Teoria educacional crítica em tempos pós-modernos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- 42) SILVA, Tomaz Tadeu da. O que produz e o que reproduz em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- 43) SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- 44) OHLWEILER, Otto Alcides. Materialismo histórico e crise contemporânea. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.